UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FERNANDO JOSÉ COSCIONI

**O propósito da Geografia e a relação entre os enfoques sistemático e regional na obra de
Richard Hartshorne**

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**O propósito da Geografia e a relação entre os enfoques sistemático e regional na obra de
Richard Hartshorne**

Fernando José Coscioni

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia
Humana

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Júnior

São Paulo

2015

Nome: COSCIONI, Fernando José.

Título: O propósito da Geografia e a relação entre os enfoques sistemático e regional na obra de Richard Hartshorne

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Resumo:

A pesquisa consiste em um esforço de exposição, análise e interpretação de algumas questões teórico-metodológicas referentes à natureza da ciência geográfica presentes na obra do geógrafo estadunidense Richard Hartshorne (1899-1992). O recorte de análise escolhido pretende, a partir da definição do propósito da Geografia formulada pelo autor, compreender suas reflexões a respeito da relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina e pensar seu papel na história do pensamento geográfico do século XX, buscando evidenciar a operação de determinados mecanismos constitutivos do campo científico e de certas posturas filosóficas em sua obra. Hartshorne deixou um extenso legado para a Geografia em importantes obras e artigos publicados, sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1960. Dentre essas contribuições, as obras *The Nature of Geography* (1939) e *Perspective on The Nature of Geography* (1959) estão entre as mais importantes peças da extensa produção intelectual do autor. Essas duas obras, conjuntamente aos textos de alguns comentadores e críticos, constituem o material fundamental da nossa análise.

Palavras-chave: Hartshorne, Epistemologia, Geografia Regional, Geografia Sistemática.

Abstract:

The research consists in an effort to display, analysis and interpretation of some theoretical and methodological issues concerning the nature of geographical science in the works of American geographer Richard Hartshorne (1899-1992). The chosen analysis clipping want, from the definition of the purpose of Geography formulated by the author, understand his reflections on the relationship between systematic and regional approaches in the discipline and think his role in the history of geographical thought of the twentieth century in order to enhance the operation of certain constituent mechanisms of the scientific field and certain philosophical positions in his work. Hartshorne left an extensive legacy for Geography in important works and published articles, especially between the 1930s and 1960. Among these contributions, the works *The Nature of Geography* (1939) and *Perspective on The Nature of Geography* (1959) are among the most important parts of the extensive intellectual production of the author. These two works, together to the texts of some commentators and critics, are the fundamental material of our analysis.

Key-words: Hartshorne, Epistemology, Regional Geography, Systematic Geography.

ÍNDICE

Agradecimentos	6
Introdução	7
Capítulo 1 - A trajetória de Hartshorne e a definição do papel da disciplina em <i>The Nature of Geography</i>	10
1.1 - A Geografia acadêmica nos EUA entre o fim do século XIX e o início do século XX e a trajetória de Hartshorne	10
1.2 - A genealogia histórica construída em <i>The Nature of Geography</i>	28
1.3 - A posição de Hartshorne e a influência de Hettner	38
Capítulo 2 - A questão epistemológica central: a relação entre os enfoques sistemático e regional	51
2.1 - A Geografia Sistemática	51
2.2 - A Geografia Regional	63
2.3 - As discussões epistemológicas de Hartshorne à luz de alguns trabalhos empíricos	79
Capítulo 3 - Reflexões sobre duas críticas e considerações sobre o problema da unidade da Geografia	85
3.1 - O discurso presidencial de Sauer	85
3.2 - A crítica de Fred Schaefer	99
3.3 - A unidade da Geografia e as ideias de Hartshorne	116

Considerações Finais	124
Bibliografia	129

AGRADECIMENTOS

A pesquisa aqui apresentada foi realizada no período entre julho de 2012, quando ingressamos no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, e janeiro de 2015, quando finalizamos a redação do texto final da dissertação. Gostaríamos de registrar nosso agradecimento a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que nos contemplou com uma bolsa de pesquisa durante 24 meses entre janeiro de 2013 e janeiro de 2015.

Dentre as pessoas que exerceram importante papel nos rumos que a pesquisa tomou, gostaria de agradecer aos amigos do LABOPLAN, que forneceram privilegiadas ocasiões nas quais pude expor minhas inquietações como pesquisador e aos professores doutores Sérgio Luiz Nunes Pereira (UFF) e Miguel Soares Palmeira (USP), que deram, com suas ricas leituras no Exame de Qualificação, contribuições importantíssimas para as questões que foram tratadas na dissertação.

Gostaria de expressar gratidão a meu amigo e professor doutor, Breno Viotto Pedrosa (UNILA), pesquisador cujo grande conhecimento de história da Geografia serviu de inspiração constante para alimentar a reflexão sobre o objeto que escolhi estudar.

Para encerrar, queria agradecer imensamente a meu orientador, o Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Júnior, pelo estímulo e pelo incentivo que me deu desde o início da pesquisa, pela presteza com que sempre se colocou à minha disposição todas as vezes que precisei de sua ajuda, pelas nossas longas conversas nas muitas ocasiões em que nos encontramos para que me orientasse e pela amizade que tem me proporcionado já há alguns anos.

Introdução

Richard Hartshorne (1899-1992) é considerado um dos grandes teóricos de fôlego da Geografia do século XX. O autor deixou um extenso legado para a disciplina em importantes obras e artigos publicados, sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1960. Dentre as contribuições de Hartshorne, *The Nature of Geography* (1939)¹, a principal fonte bibliográfica de análise da nossa pesquisa, destaca-se como obra que o projetou no cenário intelectual da Geografia mundial. O intento de Hartshorne com a obra foi a realização de uma reconstrução minuciosa do desenvolvimento histórico do debate teórico-metodológico em Geografia desde as décadas finais do século XVIII até a terceira década do século XX, com o objetivo de daí extrair uma síntese que pudesse fundamentar uma definição clara do papel da disciplina perante o conjunto das ciências. Esta obra ocupa um lugar de destaque no debate teórico-metodológico da Geografia da primeira metade do século XX, tanto pelo largo domínio demonstrado por Hartshorne das contribuições dos geógrafos alemães, como pela grande abstração teórica de seus argumentos, características pouco comuns na história da disciplina até a época de sua publicação.

Nossa dissertação buscará, a partir de um exame da definição do propósito da Geografia formulada por Hartshorne, compreender suas reflexões a respeito da relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina e pensar seu papel na história do pensamento geográfico do século XX, buscando evidenciar a operação de determinados mecanismos constitutivos do campo científico em sua obra. Também pretendemos oferecer reflexões a respeito da relação entre as ideias de Hartshorne e algumas correntes de pensamento mais amplas que transcendem a especificidade do debate disciplinar da Geografia. A relação entre as posições do autor e o kantismo, o historicismo e o positivismo, será discutida em alguns momentos da dissertação. Ofereceremos uma leitura crítica das posições teórico-metodológicas de Hartshorne e buscaremos evidenciar a manifestação de posturas filosóficas mais genéricas que estão implícitas em suas elaborações epistemológicas.

Em síntese, nosso problema de pesquisa reside em três preocupações básicas inter-relacionadas: na busca da compreensão das posições epistemológicas de Hartshorne, com ênfase na definição do propósito da Geografia formulada pelo autor e em sua discussão sobre a fulcral questão da relação entre os enfoques sistemático e regional; na tentativa de pensar a ligação possível entre essas posições epistemológicas e algumas correntes mais amplas de

¹ HARTSHORNE, R. *The Nature of Geography*. Annals of Association of American Geographers, v. 29, numbers 3 and 4, Lancaster, Pennsylvania, 1939.

pensamento e na elucidação da operação de alguns mecanismos constitutivos do campo científico na obra e na trajetória de Hartshorne.

No primeiro capítulo será traçado um panorama da situação da Geografia estadunidense nas décadas anteriores à publicação de *The Nature of Geography* (1939) com ênfase em alguns aspectos epistemológicos e institucionais que caracterizaram a disciplina nesse período. Após traçar esse quadro, abordaremos alguns aspectos da trajetória de Hartshorne e tentaremos refletir sobre a relação entre as particularidades dessa trajetória e a situação da comunidade geográfica estadunidense na qual o autor se insere. Essa consideração das condições institucionais e epistemológicas da disciplina pensadas na relação com a trajetória de Hartshorne preparará o terreno para a compreensão de como um quadro de recepção favorável à publicação de sua principal obra se formou. Logo adiante, com o apoio dessas reflexões, versaremos um pouco sobre o impacto de *The Nature of Geography* na comunidade geográfica estadunidense e concluiremos nossa análise da trajetória de Hartshorne pontuando sucintamente alguns aspectos de sua atuação no campo após a publicação da obra.

Depois de nossa consideração a respeito desses aspectos da trajetória individual do autor e da situação da comunidade geográfica estadunidense, entraremos na análise da definição do papel da disciplina que o geógrafo constrói em sua obra. A primeira parte dessa análise dedica-se à compreensão da reconstrução histórica seletiva que Hartshorne realiza em sua principal obra para tentar determinar uma definição para a disciplina. Nessa parte da dissertação destacaremos alguns autores que cumprem grande papel na genealogia histórica edificada pelo geógrafo. Após essa análise da reconstrução histórica feita por Hartshorne, passaremos a analisar suas próprias posições, refletiremos brevemente sobre a influência das ideias de Alfred Hettner em sua obra e faremos uma exposição analítica de sua definição do papel da Geografia como Ciência Corológica. Ao final dessa exposição sobre a definição do papel da Geografia será oferecida uma apreciação crítica sobre os problemas envolvidos na tentativa de cristalização de uma definição para a disciplina a partir de um procedimento de reconstrução histórica. Leremos essa estratégia como um dispositivo de legitimação no campo científico e analisaremos seu significado.

No capítulo dois, abordaremos a reflexão de Hartshorne sobre a relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina, mesclando as reflexões de *The Nature of Geography* com as de *Perspective on The Nature of Geography* (1959). No primeiro item, referente à Geografia Sistemática, nos debruçaremos sobre o papel desse enfoque na

disciplina, discutiremos o princípio da *significância geográfica* e a questão da diferenciação entre a Geografia Sistemática e as Ciências Sistemáticas. Na segunda parte do capítulo, discutiremos a questão da Geografia Regional, com grande ênfase na posição racionalista que concebe a região como uma construção intelectual e na reflexão metodológica sobre a questão dos critérios de divisão regional. Nesse trecho da dissertação também será oferecida uma discussão sobre a questão da filiação kantiana indireta das posições racionalistas de Hartshorne. Após a abordagem separada dos enfoques sistemático e regional na disciplina, faremos uma reflexão sobre a sua interdependência, e tentaremos pensar, na parte final do capítulo, a relação entre a produção teórica e a produção empírica de Hartshorne à luz de três textos selecionados. Todo esse capítulo tem como questão de fundo a discussão do problema da relação entre a especificidade epistemológica da Geografia e a divisão do trabalho intelectual que privilegiou o desenvolvimento das Ciências Sistemáticas.

No capítulo três será feito um paralelo entre as posições epistemológicas de Hartshorne e as críticas feitas por dois outros autores importantes do debate geográfico estadunidense do período: Carl Sauer e Fred K. Schaefer. Na parte que trata da crítica empreendida em 1940 por Sauer, realizaremos uma comparação entre as posições desse autor e de Hartshorne a respeito de várias questões, como o lugar da temporalidade na Geografia, a interdisciplinaridade, o papel das discussões teórico-metodológicas que buscam definir o escopo da disciplina e a diferença entre a postura que centra a Geografia no conceito de região e a que ressalta o conceito de paisagem. Na consideração da crítica realizada por Fred K. Schaefer, publicada em 1953, o paralelo entre as posições desse autor e as de Hartshorne será bastante voltado para a questão da relação entre o estudo de casos individuais e a formulação de princípios genéricos na Geografia e para o contraste entre as influências filosóficas neopositivistas de Schaefer e a postura historicista e racionalista de Hartshorne. Após a abordagem dessas duas críticas, encerraremos a dissertação com uma reflexão sobre a forma como Hartshorne tratou a questão da unidade da disciplina, pensando-a a partir do problema da incomensurabilidade metodológica entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais.

Capítulo 1 – A trajetória de Hartshorne e a definição do papel da disciplina em *The Nature of Geography*

1.1 - A Geografia acadêmica nos EUA entre o fim do século XIX e o início do século XX e a trajetória de Hartshorne.

O momento crítico a partir do qual ocorre uma inflexão que desencadeia o desenvolvimento do saber geográfico nos EUA pode ser localizado na segunda metade do século XIX. Nesse período, e desde pelo menos o início do século XIX, de acordo com Schulten², muito do conhecimento geográfico que era produzido foi definido e largamente utilizado por uma ampla comunidade, incluindo acadêmicos, exploradores, burocratas e políticos, que pertenciam basicamente a duas organizações: a *American Geographical Society* (AGS) e a *National Geographical Society* (NGS). No caso da AGS, boa parte de seus membros esteve envolvida nas expedições de exploração, exame e mapeamento dos recursos naturais do Oeste estadunidense, seguindo os trabalhos do *U.S. Geological Survey* (USGS) nas décadas de 1860 e 1870 (SCHULTEN, 2001, p. 69).

O papel da expansão para o Oeste no imaginário coletivo da sociedade estadunidense e a necessidade de mapeamento dos recursos naturais para a viabilização de sua exploração econômica, foram fundamentais para o impulso de desenvolvimento do saber geográfico nos EUA nesse período. Somando-se a isso, uma crescente percepção interna aos EUA, de que o país estava passando a ser uma das principais potências capitalistas do mundo, acabou contribuindo para consolidar uma demanda utilitária pela produção de estudos geográficos. A amarração umbilical entre as demandas extra-acadêmicas geradas por tendências políticas e econômicas e o conteúdo do saber geográfico desenvolvido é uma das marcas desse período.

Schulten nos lembra que nas décadas finais do século XIX, Halford Mackinder, figura central para a consolidação da Geografia acadêmica na Inglaterra, declarou que todas as áreas do mundo já haviam sido exploradas, e que o imperativo de expansão das potências entrava em choque com o fato de que a maioria das regiões já era reivindicada. Frederic Jackson Turner, em tom bastante semelhante a Mackinder, já havia também declarado o fim da expansão da fronteira interna dos EUA. Essas declarações coincidiram, segundo Schulten, com a expansão e profissionalização da universidade estadunidense (SCHULTEN, 2001, p. 70).

² SCHULTEN, S. *The Geographical Imagination in America (1880-1950)*. University of Chicago Press, 2001.

O crescimento das disciplinas universitárias nas décadas de 1880 e 1890, junto com as declarações simbólicas de Mackinder e Turner, criou um contexto que obrigou a Geografia a se reconceitualizar como um corpo de conhecimento científico mais analítico. Institucionalmente e intelectualmente foi uma transição difícil para a Geografia. Seus praticantes estavam preocupados com a reputação do tema como uma demanda de intelectuais amadores ou como um frouxo e idiossincrático corpo de conhecimento associado com as descobertas das explorações territoriais do passado (SCHULTEN, 2001, p. 70).

O esgotamento do estoque de áreas para as quais a expansão da ocupação e da exploração econômica dentro dos EUA era direcionada, *leitmotiv* fundamental para justificar a necessidade da produção de saber geográfico até as décadas finais do século XIX, impôs para a Geografia a busca de condições de autonomia acadêmica que a distinguissem de um mero conjunto de conhecimentos utilitários colocados a serviço de interesses políticos e econômicos. A forte ligação com as demandas extra-acadêmicas fez com que a Geografia, ao expandir sua institucionalização universitária nos EUA, carregasse para o campo propriamente intelectual, uma grande fragilidade epistemológica.

Essa incipiência na profissionalização de uma Geografia propriamente acadêmica fez com que a conquista de condições de autonomia para a disciplina como um campo de saber fosse bastante difícil. Quando falamos em campo, remetemos à concepção de Pierre Bourdieu, que acredita que um campo é um espaço relativamente autônomo de um microcosmo social com leis próprias, distintas das leis do macrocosmo social (BOURDIEU, 2003a, pp. 20-21)³. Para esse autor, os diversos campos científicos possuem graus de autonomia maiores ou menores em relação ao mundo social global que os envolve. Isto significa que existem campos mais autônomos, que têm capacidade de *refratar* as pressões externas, retraduzindo sob sua lógica específica essas pressões, e campos mais heterônomos, em que as demandas externas se exprimem mais diretamente (BOURDIEU, 2003a, pp.22-23).

No caso da Geografia estadunidense do final do século XIX, podemos dizer que até esse período, a capacidade da disciplina em criar condições de autonomia satisfatórias, que refratassem as imposições heterônomas das demandas políticas e econômicas, era bastante limitada. Essa limitação na refração das demandas heterônomas, representada pela ligação com a AGS, a NGS e com o USGS, teve grande impacto na institucionalização da Geografia acadêmica, pois todo campo que aspira obter condições de dignidade para ingressar no universo acadêmico necessita constituir um corpo teórico-conceitual mínimo que o distinga

³ BOURDIEU, P. *Os Usos Sociais da Ciência*. São Paulo, Unesp, 2003.

(mesmo que de maneira tênue em muitos casos) de outros campos e que garanta sua autonomia.

Mesmo diante dessas adversidades, representadas pela força das tendências heterônomas no desenvolvimento da disciplina e por sua conseqüente debilidade epistemológica, na última década do século XIX, a Geografia ganhou certo impulso e começou a aparecer de fato nas universidades dos EUA. Nesse período as universidades estadunidenses foram reorganizadas com metas mais seculares e campos de conhecimento mais especializados e a grande amplitude do escopo da Geografia gerou uma insegurança a respeito do valor da disciplina em um contexto em que a legitimidade dos saberes passou a depender da delimitação de fronteiras entre as disciplinas. As dúvidas a respeito do valor da Geografia como uma ciência a mantiveram, nos EUA, estreitamente amarrada e frequentemente subordinada à Geologia; esse relacionamento teve grandes implicações para a independência e maturação da Geografia nas universidades (SCHULTEN, 2001, p. 72).

O primeiro departamento separado de Geografia a ser estabelecido foi o da Universidade de Berkeley na Califórnia no ano de 1898 (SCHULTEN, 2001, p. 253)⁴. Embora Berkeley tenha sido o primeiro departamento de Geografia separado, o oferecimento de cursos de graduação e doutorado em Geografia começou apenas em 1903 com a criação de um departamento de Geografia na Universidade de Chicago. Esta universidade foi a primeira nos EUA a conferir um doutorado em Geografia no ano de 1907 (BUSHONG, 1981, p. 203)⁵. Antes disso a Geografia era comumente encontrada em departamentos de Geologia ou de “Geologia e Geografia”. Figuras importantes da Geografia do período compreendido entre o fim do século XIX e início do século XX, como W. M. Davis (fundador da *Association of American Geographers* [AAG] em 1904), Harlan Barrows (autor de um importante artigo publicado em 1923) e Rollin D. Salisbury (que foi o responsável pela fundação do departamento de Geografia em Chicago) vieram da Geologia para a nova disciplina em fundação (RUGG, 1981, p. 187)⁶.

⁴ É importante pontuarmos aqui que embora a existência de departamentos separados de Geografia nas universidades dos EUA tenha começado apenas nesse período, alguns estudiosos isolados já praticavam a disciplina anteriormente. Schulten coloca que entre as figuras influentes da Geografia no período anterior à efetiva institucionalização acadêmica da disciplina estão Louis Agassiz, que ingressou na Universidade de Harvard em 1848, e Arnold Guyot, que lecionou Geografia Física e Geologia no *College of New Jersey* entre 1854 e 1880 (SCHULTEN, 2001, p. 71).

⁵ BUSHONG, A. *Geographers and Their Mentors: A Genealogical View of American Academic Geography*. In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp. 193-220.

⁶ RUGG, D. *The Midwest as a Hearth Area in American Academic Geography*. In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp.175-192.

A figura de maior peso para a profissionalização inicial da Geografia acadêmica nos EUA foi W. M. Davis (1850-1934), um geólogo de formação, fato que reflete claramente a ausência de programas de doutorado em Geografia no período. Davis entrou como professor em Harvard em 1885 e defendeu que a Geografia, para se maturar, deveria interessar-se por fortalecer a sua controversa reputação, tal como Halford Mackinder já havia proposto, de “mãe de todas as ciências”. Schulten alega que em um contexto em que a especialização era a chave para o sucesso institucional de uma disciplina em processo de afirmação, isso poderia atrair muito a Geografia (SCHULTEN, 2001, p. 72).

O ceticismo dos não-geógrafos e dos acadêmicos em geral a respeito da relevância da disciplina, junto com a batalha de Davis para separar a Geografia tanto de outras disciplinas estabelecidas na universidade, como das sociedades geográficas convencionais (AGS e NGS), desencadeou uma crise de longa data que colocou o problema de como um campo que é essencialmente sintético (que busca realizar sínteses de fenômenos humanos e naturais que caracterizam as áreas terrestres) pode explicar sua importância para um corpo de ciências que estão baseadas na unicidade de seu caráter? Davis acreditava que declarações firmes das fronteiras intelectuais e institucionais da Geografia poderiam resolver esse problema (SCHULTEN, 2001, p. 73).

Davis foi responsável por formar a primeira geração de geógrafos nos EUA. O estudioso difundiu um conceito da Geomorfologia⁷ que ajudou a legitimar a Geografia na universidade e deu aos geógrafos um importante impulso no processo. Contudo, se a Geomorfologia trouxe alguma medida de clareza para a Geografia, ela também reforçou a identidade da disciplina como um sub-ramo da Geologia. A tentativa de emancipação institucional da Geografia, encabeçada por Davis, também teve de enfrentar a reputação da disciplina como uma forma de conhecimento ligada ao diletantismo de amadores e à sua estrita aplicabilidade como ferramenta utilitária; essa reputação era fortalecida pela existência de organizações como a AGS e a NGS. A crença de que os geógrafos amadores estavam prejudicando o processo de profissionalização da disciplina motivou, de acordo com Schulten, grande parte do comportamento de Davis (SCHULTEN, 2001, p. 74).

Davis via com péssimos olhos o estado das sociedades geográficas nos EUA, e encorajou a criação de uma nova organização que seria fechada para eruditos amadores. Com essa meta em mente, ajudou a fundar a *Association of American Geographers* (AAG) em

⁷ Subdisciplina que atualmente é um ramo da Geografia Física, com discussões bastante particularizadas dentro do conjunto da disciplina.

1904⁸. A AAG manteria padrões rigorosos para a admissão de membros e daria aos geógrafos um fórum no qual as práticas acadêmicas próprias à disciplina poderiam ser consideradas seriamente. Na virada do século, Davis formou muitos jovens geógrafos na “Fisiografia”, que era uma descrição da superfície terrestre que buscava ligar causalmente os elementos naturais do ambiente. A pressão para se diferenciar da Geologia impulsionou Davis a alargar seu escopo e estudar os elementos orgânicos da paisagem, com especial ênfase para a dimensão humana da vida orgânica. O estudo da dimensão humana da vida orgânica e da ligação causal entre um determinado ambiente natural e seus habitantes, foi denominado por Davis de “Ontografia”. Essa posição epistemológica de Davis trouxe à tona a ideia de que um dos problemas centrais da Geografia é a compreensão da resposta humana à paisagem física (SCHULTEN, 2001, p. 75).

O esforço de Davis revela como a criação de condições de autonomia para a Geografia acadêmica nos EUA teve de se voltar contra a força de fatores internos e externos ao campo científico. No caso dos fatores externos, o utilitarismo e o amadorismo encarnados na AGS e na NGS, acabaram desencadeando a necessidade de refinar os requisitos de admissão para que um membro fosse aceito na comunidade geográfica. Esse refinamento dos requisitos de admissão para os membros que aspiravam pertencer à disciplina em processo de afirmação ganhou corpo com a criação da AAG⁹. No caso dos fatores internos, o largo escopo da Geografia como disciplina de síntese, tal como definido por Davis, teve de se defrontar com o crescente enrijecimento da divisão do trabalho intelectual que privilegiava as ciências que se debruçavam sobre classes mais delimitadas de fenômenos. A elaboração epistemológica de Davis foi bastante determinada pela necessidade de distinguir a Geografia da Geologia.

Embora o centro dos desenvolvimentos intelectuais propostos por Davis fosse a Universidade de Harvard, na virada do século, a graduação em Geografia podia ser encontrada em outras universidades, como é o caso das universidades de Chicago (já citado anteriormente, como a primeira instituição a fornecer cursos de doutorado em Geografia nos EUA) de Yale e da Pennsylvania. Na primeira década do século XX, embora a disciplina estivesse ainda muito centrada no estudo dos aspectos fisiográficos e geológicos, o interesse pelos aspectos humanos começou a crescer (SCHULTEN, 2001, p. 75).

⁸ Os geólogos foram aceitos na AAG inicialmente com o objetivo de fortalecer a organização numericamente, fato que perdurou até a década de 1910, quando eles passaram a não mais ser aceitos e a busca de uma espécie de pureza disciplinar se intensificou (SCHULTEN, 2001, p. 75)

⁹ Baseamos a nossa interpretação na discussão de Bourdieu (2008, pp. 67-79) sobre os requisitos de admissão e o fechamento do campo sobre si mesmo para a criação de uma lógica interna própria.

A instituição que acabou fornecendo o primeiro suporte efetivo para a emergência de ideias distintas das defendidas por Davis foi de fato a Universidade de Chicago, que como veremos mais adiante, foi onde Hartshorne realizou o seu doutorado. O Departamento de Geografia de Chicago foi fundado em 1903, tendo como figura chave para a sua criação Rollin Salisbury (1858-1922). Em um primeiro momento, Salisbury veio para Chicago em 1892 para contribuir com a criação de um departamento de Geologia. Onze anos depois acabou sendo diretamente responsável pela criação do departamento de Geografia (PATTISON, 1981, p. 151)¹⁰. Salisbury, assim como Davis, era um geólogo de formação e praticou a “Fisiografia”. Dada essa limitação de escopo da “Fisiografia” e sua restrição ao estudo dos aspectos naturais (especialmente os inorgânicos), a partir do momento em que o estudo das relações entre a vida humana e as condições terrestres passou a se colocar para geólogos como Salisbury e Davis, estava claro que uma possível transferência de abordagem da Geologia para a Geografia poderia ocorrer (PATTISON, 1981, p. 153).

Com o objetivo de fomentar o estudo da questão da influência ambiental sobre as formas terrestres (incluindo as formas produzidas pelo homem) Salisbury procurou o apoio da Universidade de Chicago e acabou conseguindo criar um departamento de Geografia em 1903 do qual seria o decano. Pattison argumenta que a empreitada de Salisbury com a criação do departamento, consistia em um empreendimento intelectual que visava fortalecer uma variante ambientalmente definida das ciências sociais. O núcleo dos estudos propostos por Salisbury consistia tanto em estudos de aspectos naturais com referência sempre às condições ambientais como em uma abordagem da vida humana compreendida a partir de suas relações com o ambiente (PATTISON, 1981, p. 156).

O caso da criação da Universidade de Chicago tornou-se especial, porque lá, a existência pioneira de um departamento autônomo de Geografia (que fosse distinto de um departamento de “Geografia e Geologia”), deu condições para que as posições de Salisbury se difundissem e para que uma nova geração emergisse e pudesse testar decisivamente sua capacidade de profissionalização. As inovações mais importantes do departamento ocorreram entre os anos de 1913 e 1919, período em que Salisbury instituiu a prática de seminários semanais de estudantes, dentre os quais estavam figuras como Wellington Jones (futuro orientador de Hartshorne no início da década de 1920), Carl Sauer, Charles Colby, Robert Platt e S. Visser. Pattison, ao ler a produção desses seminários, argumenta que àquela altura,

¹⁰ PATTISON, W. *Rollin Salisbury and the Establishment of Geography at the University of Chicago* In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp.151-163.

já é possível ter a impressão de que a escola ambiental de pensamento social, que constituía a grande promessa intelectual de Salisbury, estava se tornando para a nova geração um desconfortável e restritivo quadro de referência. Sauer e Barrows e passaram a defender posições revisionistas, cada um à sua maneira, rejeitando a forma pela qual Salisbury encaminhava a questão da relação homem-ambiente. Jones, Colby e Platt encontraram sua identidade como geógrafos defendendo a tradição do estudo de questões locais (PATTISON, 1981, pp. 158-159).

O discurso presidencial de Harlan Barrows na AAG em 1922¹¹, intitulado “Geography as Human Ecology”, feito três anos após Salisbury passar para a liderança do departamento de Chicago para Barrows, é o discurso no qual os geógrafos são chamados a limitarem-se aos problemas humanos, os formulando do ponto de vista do ajuste ativo do homem ao meio ambiente, com o objetivo de minimizar o risco de atribuir aos fatores ambientais uma influência determinativa que não exercem. O discurso de Barrows trouxe à tona que o departamento de Geografia de Chicago continuaria a representar uma abordagem ambiental para o pensamento social, se tal abordagem alterasse suas condições conceituais de modo enfraquecer sua conexão com a Geologia (PATTISON, 1981, pp.159-160).

O fortalecimento da Geografia em Chicago, especialmente após a década de 1920, é uma das evidências de um movimento mais amplo de deslocamento de importância dos departamentos de Geografia da costa leste rumo ao meio-oeste. Em uma análise quantitativa da história acadêmica dos geógrafos estadunidenses do período entre 1893 e 1946, Dean Rugg revela que após a década de 1930, universidades da costa leste como Yale, Pennsylvania e Cornell declinam no número de doutorados conferidos em relação ao número total de doutorados em Geografia conferidos nos EUA. Durante todo o período analisado por Rugg, as universidades de Chicago, Wisconsin (onde Hartshorne passará a maior parte de sua carreira como professor) e Michigan, todas do meio-oeste, figuram entre os quatro maiores centros de formação de doutores em Geografia, e a única das universidades da costa leste que mantém um número expressivo de doutores formados até 1946 é a Universidade de Clark (RUGG, 1981, p. 186).

Essa transferência do epicentro de produção geográfica da costa leste para o meio-oeste, que passa a ocorrer nos EUA nas décadas de 1920 e 1930, também tem relações com a renovação geracional que atinge a Geografia acadêmica estadunidense nesse período. As

¹¹ BARROWS, H. *Geography as Human Ecology*. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 12, No.1, (Mar., 1923), pp. 1-14

universidades da costa leste (especialmente Harvard, que teve o seu departamento de “Geografia e Geologia” extinto em 1948, com a permanência apenas da Geologia¹²) haviam até então produzido vários nomes importantes para a disciplina entre o fim do século XIX e a primeira década do século XX, dentre os quais figuras destacadas como o já mencionado W. M. Davis, Mark Jefferson, Richard Elwood Dodge, Ellsworth Huntington, e Isaiah Bowman¹³. A transferência de poder na definição dos rumos da Geografia acadêmica da costa leste para o meio-oeste foi acompanhada da emergência de um grupo de geógrafos já formados nas universidades do meio-oeste, como Carl Sauer (que posteriormente imigraria para a Califórnia e constituiria uma importante escola de pensamento distinta das ideias nas quais foi formado em Chicago¹⁴), Harlan Barrows, Derwent Whittlesey, Edward Ullman e o próprio Hartshorne, além de outras figuras menos conhecidas.

Do ponto de vista epistemológico, podemos dizer que a transição dos anos 1920 e 1930 marca o enfraquecimento das influências darwinistas e larmackistas¹⁵ (tão marcantes nas obras de W. M. Davis, Ellsworth Huntington e Ellen Semple) que embasavam teoricamente a posição de que o problema da influência ambiental sobre os grupos humanos deveria ser o problema central da Geografia. O crescente foco das Ciências Sociais na cultura que ganha força nesse período e o descréscimo do darwinismo social após a I Guerra, forçam os geógrafos a buscar um novo quadro conceitual para a disciplina. Os geógrafos começam a sentir a pressão para a especialização, e a abrangência, fonte de orgulho para os defensores da disciplina no final do século XIX, passa a ser um problema (SCHULTEN 2001, p. 90).

Esse quadro de crise disciplinar e o imperativo de definição clara de um objeto de estudo em um momento de intensificação da divisão do trabalho intelectual foram fundamentais para que a necessidade de reconceitualizar o papel da Geografia perante o conjunto das disciplinas científicas se impusesse. O colapso da visão ambientalista da disciplina criou condições favoráveis à recepção da definição da Geografia como Ciência Corológica que visa explicar a diferenciação de áreas da superfície terrestre tal como seria defendida por Hartshorne em *The Nature of Geography*. Para compreendermos um pouco das articulações entre os escritos de Hartshorne e o contexto epistemológico e institucional da

¹² SMITH, N. “Academic War Over the Field of Geography”: *The Elimination of Geography at Harvard 1947-1951*. Annals of the Association of American Geographers. Vol. 77, No. 2, (Jun. 1987), pp. 155-172.

¹³ Essas informações foram extraídas de RUGG (1981, p.187).

¹⁴ Voltaremos a discutir esse ponto no capítulo 3, quando realizaremos um paralelo entre algumas ideias de Sauer e de Hartshorne.

¹⁵ Sobre as influências do darwinismo e do lamarckismo no pensamento geográfico ver LIVINGSTONE, D. *The Geographical Tradition*. Blackwell Publishing, 2008. Especialmente o capítulo 6.

Geografia acadêmica estadunidense até aqui traçado por nós, abordaremos agora alguns aspectos mais específicos da trajetória do autor.

Hartshorne estudou na Universidade de Princeton, onde ingressou em 1917. Enquanto lá esteve elegeu a Matemática como seu principal campo de estudos, no entanto, após se graduar em 1920 outros temas passaram a interessá-lo mais. Hartshorne relata em entrevista concedida em 1972, que ao tomar contato com a obra de Ellsworth Huntington¹⁶, seu interesse pela Geografia cresceu, e em uma carta enviada a este último autor, afirmou estar muito interessado em saber quais oportunidades existiam para alguém que pretendesse passar a sua vida dedicando-se ao estudo e desenvolvimento da Geografia tal como definida por Huntington. Este último sugeriu em sua resposta, que Hartshorne procurasse ingressar nas universidades de Columbia, da Pennsylvania ou de Chicago. Huntington era o único geógrafo residente na Universidade de Yale, e não poderia aceitar Hartshorne como aluno de doutorado, pois o departamento de Geografia dessa universidade havia sido extinto em 1915 (MARTIN, 1994, p. 480)¹⁷.

Hartshorne seguiu o conselho de Huntington e em março de 1921 ingressou no departamento de Geografia da Universidade de Chicago, onde tomou contato e teve aulas com Derwent Whittlesey, Robert Platt, Harlan Barrows e Charles Colby. No entanto, foi com Wellington Jones que Hartshorne desenvolveu o relacionamento mais próximo. Hartshorne participou do curso de Jones sobre os ambientes de Chicago e do curso de Colby sobre o comércio e o transporte nos oceanos, e isso o levou a escolher como tema de tese de doutorado um estudo sobre o tráfego nos Grandes Lagos do nordeste estadunidense e a importância dos portos da área de Chicago. Tal escolha colocou Hartshorne sob a orientação de Jones em sua tese (MARTIN, 1994, p. 481).

Martin afirma, que durante os seus anos em Chicago, Hartshorne já manifestava algum interesse em questões teórico-metodológicas da Geografia, embora ainda as tivesse estudado muito pouco. O departamento de Geografia de Chicago apresentava, na visão de Hartshorne, um marcado grau de uniformidade a respeito do que a Geografia era e como ela deveria ser estudada. Como contrapartida negativa a esse relativo “consenso”, Hartshorne sentia uma carência de discussões dos métodos e dos propósitos da Geografia. Esse consenso era uma espécie de limitador, ou mesmo um obstáculo à discussão e ao debate (MARTIN, 1994, p. 482).

¹⁶ Geógrafo estadunidense do início do século XX.

¹⁷ MARTIN, G. *In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. Annals of The Association of American Geographers*, vol. 84. No. 3 (Sep. , 1994), pp. 480-492.

Durante muitos meses Hartshorne trabalhou em “The Lake Traffic of Chicago”, sua tese de doutorado, que foi obtido com uma excelente performance no exame final em agosto de 1924. Logo após a obtenção do doutorado, Harlan Barrows, membro do Departamento de Chicago, mediu a ida de Hartshorne para um posto no recentemente estabelecido departamento de Geografia na Universidade de Minnesota. Durante os dezesseis anos que permaneceu na Universidade de Minnesota, Hartshorne ministrou cursos introdutórios em Geografia Econômica e passou também posteriormente a se interessar largamente pela Geografia Política. Suas publicações em Geografia Econômica abordaram uma diversidade de temas referentes à geografia dos EUA: a localização das indústrias de ferro e aço, a geografia das manufaturas, a importância do tráfego dos lagos para a produção de grãos da área de Chicago (que em certa medida é um desdobramento de seu doutorado), dentre outros temas (MARTIN, 1994, p.483).

O protagonismo assumido pela Universidade de Chicago no processo de autonomização da Geografia acadêmica nos EUA fez com que a escolha de Hartshorne em realizar seu doutorado nessa instituição o colocasse em contato com a nova geração de geógrafos que já havia criado certo distanciamento das posições pioneiras de Davis e Salisbury. O revisionismo de figuras como Barrows e Sauer deixou claro que uma nova fase na definição do papel da Geografia estava se consolidando no início dos anos 1920. Hartshorne ingressou em Chicago em 1921, dois anos após Salisbury passar a liderança do departamento de Geografia para Barrows. Essa passagem por Chicago nos revela que Hartshorne já inicia sua carreira como geógrafo com um privilégio em sua trajetória institucional ao passar por um departamento que teve um papel central no surgimento de novas ideias na Geografia estadunidense.

Entender como as disposições de Hartshorne, nesse primeiro período de sua trajetória, foram se formando, não foi uma tarefa simples dada a escassez de fontes às quais tivemos acesso. O autor migra de uma graduação em Matemática para um doutorado em Geografia, e de acordo com Martin (1994), o contato com a obra de Ellsworth Huntington, teria sido importante para despertar o interesse de Hartshorne pela Geografia. A visão que Huntington tinha da disciplina, de forte apelo ambientalista e naturalista, é distinta das posições com as quais Hartshorne toma contato em Chicago e das posições que defenderá posteriormente em *The Nature of Geography*. Também encontramos poucas pistas para entendermos como a disposição para o trabalho teórico de largo alcance, que marcaria a produção de Hartshorne após o fim da década de 1930, foi se constituindo no autor. A pista deixada por Martin (1994,

p.482), de que Hartshorne sentia uma carência das discussões teórico-metodológicas no período em que passou por Chicago, parece ser um fator de grande importância aqui, mesmo que não preencha todas as lacunas para a compreensão da formação dessa disposição em Hartshorne.

Hartshorne produziu alguns artigos em temas de Geografia Econômica a partir da segunda metade dos anos 1920, e na década de 1930 passou a somar à sua produção nesse tema alguns artigos de Geografia Política. O autor tomou contato nesse período com os trabalhos de Isaiah Bowman e James Fairgreve, e também passou a ler mais sistematicamente a literatura geográfica de língua alemã, fato que seria fundamental para a publicação de *The Nature of Geography* em 1939. Durante a década de 1930 as publicações de Hartshorne se alternam entre alguns temas de Geografia Econômica já abordados nos anos 1920 e entre temas de Geografia Política, especialmente ligados à dinâmica das fronteiras políticas da Europa no pós I Guerra (MARTIN, 1994, p. 483).

Durante os anos 1930 a produção de Hartshorne em Geografia Política ganha certa importância, tanto pelo escopo de suas análises, que buscavam fazer um exame detalhado dos trabalhos até então disponíveis, como pelo rigor com que reconstruiu as contribuições dos geógrafos alemães, difundindo-as no pensamento geográfico dos EUA. Esse objetivo de compreender mais claramente as contribuições da Geografia que se desenvolveu na Alemanha, também levou Hartshorne a aprofundar seu estudo da língua alemã (MARTIN, 1994, p.483). Ao passar a produzir a respeito de temas ligados à Geografia Política, o autor realizou um claro investimento com o objetivo de fortalecer esta subdisciplina em um contexto em que esse tipo de estudo revelou-se como essencial para as demandas das grandes potências¹⁸.

Na terceira década do século XX, Hartshorne passa a preocupar-se com o fato de que não havia um acordo mínimo entre os geógrafos estadunidenses respeito da definição daquilo que constituiria o propósito da Geografia enquanto disciplina. A Fisiografia de W. M. Davis (que guardava alguma força ainda àquela altura), o estudo do determinismo ambiental, uma emergente Geografia Cultural (encarnada principalmente nos escritos de Carl Sauer), e a Ecologia Humana (posição que havia sido fortalecida pelo importante discurso de Harlan

¹⁸ Ver a esse respeito COSTA, W. M. *Geografia Política e Geopolítica – discursos sobre o território e o poder*, São Paulo, Edusp, 2008. Esse autor acentua que o crescimento notável de publicações de Geografia Política registrado no período coincide com o agravamento das tensões internacionais dos anos 1930 (2008, p.160). Podemos interpretar o crescimento apontado por Costa, como a manifestação de uma tendência heterônoma (BOURDIEU, 2003b, pp. 22-23) ligada a interesses políticos que incidiu sobre o campo disciplinar como um todo e sobre a trajetória de Hartshorne.

Barrows em 1922) ofereciam algumas variedades em competição pelo monopólio da definição daquilo que a Geografia deveria ser (MARTIN, 1994, p.484). A luta pelo monopólio da autoridade científica¹⁹ entre as diversas definições do papel da disciplina que estava colocada na Geografia estadunidense dos anos 1920 e 1930 é outro fator de peso para a formação de uma disposição para o trabalho teórico-metodológico em Hartshorne.

O descontentamento de Hartshorne com a ausência de um quadro de referência comum em torno do qual os geógrafos estadunidenses pudessem trabalhar somou-se, no final dos anos 1930, a outro fato pontual, que teria alguma importância para a publicação de *The Nature of Geography* em 1939. Em 1937, John Leighly, professor no departamento de Geografia na Universidade de Berkeley, escreve um artigo²⁰, com alguns comentários bastante críticos a respeito da metodologia utilizada em muitos trabalhos geográficos realizados até então. Martin afirma, que no encontro anual de 1937 da AAG, em Ann Arbor, Michigan, Hartshorne criticou o artigo de Leighly ao almoçar com Derwent Whittlesey, então editor dos *Annals* da associação. Para Hartshorne, Leighly havia tratado as questões metodológicas sem demonstrar um conhecimento prévio dos estudos metodológicos já existentes. Whittlesey então escreveu uma carta a Hartshorne o convidando a escrever algo referente a essas questões nos *Annals* (MARTIN, 1989, p.69)²¹.

Durante os próximos dezoito meses, Hartshorne passou a dedicar-se a escrever, sempre contando com os comentários de Whittlesey. Seu manuscrito cresceu progressivamente. Em abril de 1938, um manuscrito de 62 páginas intitulado “The Nature of Geography” foi enviado a Whittlesey; em julho do mesmo ano havia crescido para 194 páginas (MARTIN, 1989, p. 69). Durante o período entre a incitação inicial de Whittlesey e a publicação da obra, Hartshorne fez uma viagem de estudos à Europa em abril de 1938 com o objetivo de realizar um estudo de Geografia Política sobre a bacia do rio Danúbio, porém, as condições políticas do momento o impossibilitaram de realizar tal estudo. Em sua estadia na Europa, Hartshorne foi recebido pelo geógrafo austríaco Johann Sölch, que lhe proporcionou acesso às bibliotecas da Universidade de Viena. Hartshorne acabou abandonando o seu

¹⁹ Sobre a acepção do termo “autoridade científica” aqui utilizada ver BOURDIEU, P. *O campo científico*. In: *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. ORTIZ, R. (org.). São Paulo, Olhod’Água, 2003. A *autoridade científica* é uma mistura de capacidade técnica e poder social que um determinado agente do campo possui para falar e agir legitimamente (BOURDIEU, 2003b, p. 112).

²⁰ LEIGHLY, J. *Some Comments on Contemporary Geographic Method*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 27, No. 3, Sep. 1937, pp. 125-141.

²¹ MARTIN, G. *The Nature of Geography and the Schaefer-Hartshorne Debate*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne’s The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

objetivo original e utilizou-se da ocasião da viagem para aprofundar seu estudo das questões teórico-metodológicas da Geografia (MARTIN, 1994, p.484).

Essa situação vivida em sua estadia na Europa, fez com que Hartshorne retornasse aos EUA no verão de 1939 carregando um manuscrito de centenas de páginas. Hartshorne se encontrou com Whittlesey, então editor dos *Annals*, e este último persuadiu os membros do Conselho da associação a publicar o manuscrito (que estava com quase 500 páginas) em sua integralidade. *The Nature of Geography -- A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, foi publicado em dois números dos *Annals* da AAG em 1939 e logo depois em livro. Ron Johnston (1986, p. 63)²² sustentou que a obra “se tornou a maior contribuição filosófica e metodológica à literatura geográfica, então disponível em inglês”. Em uma argumentação parecida, Paul Claval (1974, p. 111)²³ afirmou que o livro se converteu, a partir de então, em uma obra chave, para todos aqueles que se interessavam pela história da ciência geográfica, e que os conceitos trazidos por ele, passaram a ser utilizados e ampliados por um grande número de geógrafos estadunidenses.

A meta de Hartshorne era nas suas próprias palavras, em carta enviada a Whittlesey em dezembro de 1938, parcialmente transcrita por Martin (1994, p.485),“(...) trazer uma ideia suficientemente clara do que o campo da Geografia é – não do que deveria ser (...)”. No primeiro capítulo de *The Nature*²⁴ o autor diz que:

“O exame detalhado da natureza da Geografia que esse artigo se esforça para apresentar não é baseado em nenhuma assunção de que a Geografia é ou deveria ser uma ciência --- ou de que deveria ser qualquer coisa diferente do que é. Assumindo apenas que a Geografia é um tipo de conhecimento referente à Terra, nós nos esforçaremos para descobrir exatamente que tipo de conhecimento é.” (HARTSHORNE, 1939, p. 29)²⁵

A empreitada encarnada em *The Nature* é fruto de uma disposição em ambicionar definir claramente a disciplina a partir de um exame detalhado dos escritos teórico-metodológicos dos geógrafos do passado. O autor acredita que em qualquer campo de conhecimento estabelecido, o crescimento do conhecimento depende menos de um escopo particular para o qual possamos encontrar justificativa lógica para sua existência, do que de

²² JOHNSTON, R. J. *Geografia e Geógrafos – A Geografia Humana anglo-americana desde 1945*. São Paulo, Difel, 1986.

²³ CLAVAL, P. *Evolución de La Geografía Humana*. Barcelona, Oikos-tau, 1974.

²⁴ Daqui em diante chamaremos *The Nature of Geography* dessa maneira.

²⁵ “The detailed examination of the nature of geography which this paper endeavors to present is not based on any assumption that geography is or ought to be a science --- or that It ought to be anything other than is. Assuming only that geography is some kind of knowledge concerned with the earth, we will endeavor to discover exactly what kind of knowledge it is”

sua continuidade histórica como uma forma de saber (HARTSHORNE, 1939, p. 30). Hartshorne afirma que: “Se desejamos nos manter no caminho (...) nós devemos primeiramente olhar atrás de nós para ver em que direção aquele caminho levou. Nossa primeira tarefa será aprender o que a Geografia foi em seu desenvolvimento histórico” (HARTSHORNE, 1939, p. 31)²⁶. O autor acredita que a tentativa de definição da natureza da Geografia é um problema de pesquisa histórica e que não se deve proceder nas discussões teórico-metodológicas partindo-se de assunções *a priori* do que a Geografia é ou deveria ser. A compreensão da situação presente da disciplina e a determinação de sua natureza só são possíveis, em seu entendimento, a partir de um exame crítico do passado.

A ideia do campo científico, concebido como universo de disputas pela manipulação legítima dos bens científicos e pela definição das finalidades, objetivos e métodos da ciência (BOURDIEU, 2008, pp. 67-68), evidencia-se de maneira bastante clara no contexto do pensamento geográfico estadunidense da década de 1930. No caso de Hartshorne, os bens científicos dos quais o autor se apropria para legitimar sua posição em *The Nature*, são os escritos teórico-metodológicos dos geógrafos europeus, com especial ênfase para as discussões da Geografia alemã²⁷.

A Geografia europeia, especialmente a produção dos geógrafos alemães e franceses, constituía a principal fonte de discussões referentes ao papel da Geografia até a metade do século XX. Na Alemanha, a partir de 1870, ocorre um grande desenvolvimento da Geografia nas universidades apoiado fortemente nos esforços anteriormente deixados por Alexander Von Humboldt e Carl Ritter no início do século XIX. Emergem no período entre as últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX figuras como Oscar Peschel, Georg Gerland, Ferdinand Von Richthofen, Albrecht Penck, Friedrich Ratzel, Otto Schlüter e Alfred Hettner (a figura de maior importância para entendermos as posições de Hartshorne)²⁸, entre outros²⁹. Na última década do século XIX praticamente todas as universidades da Alemanha possuíam ensino especializado em Geografia (CAPEL, 2012, p. 101).

No caso da França, a Geografia acadêmica também ganhou grande impulso após 1870, motivado pelas necessidades coloniais do Estado francês, pelo contexto de expansão universitária e pela derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). No ano de 1895 a

²⁶ “If we wish to keep on the track (...) we must first look back of us to see in what direction that track has led. Our first task will be to learn what geography has been in its historical development”

²⁷ *The Nature of Geography* possui 400 referências bibliográficas, número elevadíssimo quando comparado com o padrão usual de quantidade de citações das discussões teórico-metodológicas da Geografia da época.

²⁸ A esse respeito ver CAPEL, H. *Filosofía y Ciencia en La Geografía Contemporánea. - Una Introducción a La Geografía*. Barcelona, Ediciones del Serbal, 2012. Nueva Edición Ampliada.

²⁹ Todos esses autores citados aparecem em *The Nature of Geography*.

Geografia já era encontrada em boa parte das Faculdades de Letras e Humanidades do país (CAPEL, 2012, p. 126). Em alguns casos, como no caso da Universidade de Paris, a Geografia possuía uma cátedra desde o ano de 1809. A França já guardava certo protagonismo como um centro de produção de saber geográfico na Europa mesmo antes da efetiva expansão universitária da disciplina (final do século XIX), como atesta a fundação da primeira sociedade geográfica da Europa, a Sociedade Geográfica Europeia, em 1828, que tinha como sede Paris (CAPEL, 2012, p.111). Na última década do século XIX e ao longo das duas primeiras décadas do século XX ganham evidência os importantes escritos de Paul Vidal de La Blache, que teriam influência em todo o pensamento geográfico francês subsequente e seriam seguidos por outras contribuições de peso, como as de Camille Vallaux e Jean Brunhes.

O contraste entre o desenvolvimento da Geografia na Alemanha e na França e o processo tardio de institucionalização Geografia acadêmica estadunidense (em que o primeiro doutorado em Geografia conferido por um departamento específico de Geografia só foi obtido em 1907, como vimos) evidencia o peso que a demonstração de controle e de compreensão dos escritos dos geógrafos europeus tinha na afirmação da autoridade da obra de Hartshorne dentro dos EUA. A legitimidade da definição do conceito de Geografia defendido pelo autor em *The Nature* está amplamente amparada nessa demonstração de domínio da produção geográfica europeia.

The Nature foi lido por grande parte dos membros da AAG e por muitos estudantes dos departamentos de Geografia dos EUA nos anos que se seguiram à sua publicação. A história da Geografia, seu escopo, seus métodos, e as raízes europeias do pensamento geográfico que se desenvolveu nos EUA foram bastante examinados pela comunidade geográfica estadunidense neste período. Nos anos pós 1945 a obra se tornou uma fonte fundamental para as discussões históricas e epistemológicas da disciplina³⁰. O autor recebeu cartas de entusiasmo pela publicação de *The Nature* de uma série de geógrafos dentro e fora dos EUA, dentre os quais podemos destacar: Alfred Hettner, Otto Schlüter, Johann Sölch,

³⁰ KLIMM, L. “*The Nature of Geography*”: *A Commentary on the Second Printing*. Geographical Review, Vol. 37, No. 3, Jul. 1947, pp. 486-490. Neste comentário redigido na ocasião da publicação da segunda edição de *The Nature of Geography*, Klimm afirma que na tentativa de determinar o impacto da obra na educação dos geógrafos, em 1947, um questionário foi endereçado para dezessete departamentos de Geografia nos EUA e no Canadá nos quais foram realizados 150 dos 162 doutorados completados entre 1935 e 1946. Dentre os dezessete departamentos de Geografia que receberam o questionário, dezesseis o responderam; dentre essas dezesseis respostas, quinze departamentos alegaram utilizar a obra como leitura em algum curso, sete disseram requerer para os candidatos ao título de doutor familiaridade com a obra e quatro responderam que exigem familiaridade com a obra para os candidatos ao título de mestre. Estes dados trazidos por Klimm evidenciam empiricamente a força que a obra de Hartshorne obteve na comunidade geográfica estadunidense nos anos seguintes à sua publicação.

John Leighly, Léo Waibel, Griffity Taylor, Wellington Jones, entre outros (MARTIN, 1994, p.485).

Dada a rarefação no círculo de ideias do pensamento geográfico estadunidense de trabalhos que tratassem do tema com a extensão, a profundidade e o rigor de pesquisa histórica encarnado em *The Nature*, a obra se tornou uma das maiores referências de toda a história da Geografia anglo-saxônica. Os qualificativos de “contribuição vigorosa” (SOUZA, 1989,p.7)³¹, “texto padrão” da epistemologia geográfica (ENTRIKIN e BRUNN, 1989, pp. 9-10)³², “obra-chave” (CLAVAL,1974, p.111), “maior contribuição filosófica e metodológica à literatura geográfica, até então disponível em inglês” (JOHNSTON, 1986, p. 63), atestam a força da imagem pública associada à obra de Hartshorne.

A obtenção de capital científico, que é uma espécie particular de capital simbólico fundado no conhecimento e no reconhecimento (BOURDIEU, 2008, p.53), certamente foi uma das consequências do impacto de *The Nature* e da autoridade conferida à obra de Hartshorne como uma referência fundamental para as discussões em torno da história e da epistemologia da disciplina. Existir cientificamente significa ter “algo mais”, significa sobressair-se através de uma contribuição distintiva que é sustentada pelas categorias de percepção em vigor no campo que são operacionalizadas pelos juízos dos pares (BOURDIEU, 2008, p. 80). No caso de Hartshorne, pode-se dizer que os qualificativos que aparecem em referência a *The Nature* certamente evidenciam a existência de um grande peso simbólico associado aos seus escritos.

Pudemos ver que um conjunto bastante particular de condições epistemológicas e institucionais da Geografia acadêmica estadunidense entre o final do século XIX e o início do século XX foi fundamental para a consagração de *The Nature* e da obra de Hartshorne como um todo. O processo tardio de autonomização da Geografia acadêmica tanto em relação a outras disciplinas acadêmicas, como em relação às demandas heterônomas mais utilitárias das sociedades geográficas, perpetuou uma insegurança permanente a respeito do papel e da relevância da disciplina. A Geografia teve de afirmar sua vocação de disciplina de síntese que ora postulava a busca da integração entre os fenômenos humanos e naturais, ora buscava entender o ajuste e a ação do homem em relação ao ambiente natural, tal como encarnado nos

³¹ SOUZA, A. *Serie's Editor Preface*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

³² ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. *Editor's Preface*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

esforços pioneiros de Davis e Salisbury, em meio a um contexto de intensificação da divisão do trabalho intelectual.

O declínio da visão ambientalista da disciplina e das tendências lamarckistas e darwinistas que a fundamentavam lançou a Geografia em um vácuo nas décadas de 1920 e 1930. Isso contribuiu para despertar a concorrência na comunidade geográfica estadunidense em torno das possíveis definições da disciplina, e para o aparecimento de posições revisionistas, como é o caso das posições de Barrows e Sauer. Hartshorne passou pela Universidade de Chicago justamente no momento em que essa instituição consolidava uma ruptura com as posições ambientalistas defendidas por Davis e Salisbury. A necessidade de fornecer uma definição clara de um objeto de estudo de um lado e o descompasso entre a situação da Geografia nos EUA e a situação da disciplina na Alemanha e na França de outro, criaram condições para que Hartshorne obtivesse uma recepção favorável a seu *tour de force* epistemológico, que acabaria fornecendo, para uma comunidade científica em situação adversa, uma justificativa para sua própria existência. *The Nature* foi uma das cartadas finais no longo processo de busca de autonomia de um campo que lutava para justificar sua existência nos EUA desde o final do século XIX.

Dois anos após a publicação de *The Nature*, em 1941, em virtude do contexto de envolvimento dos EUA na Segunda Guerra Mundial, Hartshorne foi chamado para integrar a seção de Geografia da Divisão de Pesquisa e Análise do *Office of Strategic Services* (OSS), instituição mantida pelo governo estadunidense com o objetivo de agregar uma *intelligentsia* que produzisse um conhecimento que fosse instrumentalizável pelos interesses de guerra do governo³³. Durante os anos de guerra em Washington, houve uma grande concentração de geógrafos trabalhando não apenas no OSS, como também no Departamento de Guerra e na Divisão de Inteligência. O número de geógrafos trabalhando para instituições governamentais em Washington chegou a 300 neste período. Essa grande concentração de geógrafos ali trabalhando durou até 1945, ano em que a conflagração mundial terminou (MARTIN, 1994, p. 488).

Hartshorne sofreu algumas críticas a sua principal obra nas décadas que se seguiram à sua publicação, dentre as quais se destacam as de Fred. K. Schaefer, publicada em 1953, e a de Carl Sauer, publicada em 1941. Essas críticas fizeram com que o autor decidisse escrever uma nova obra epistemológica no ano de 1959, intitulada *Perspective on The Nature of*

³³ BARNES, T. *Geographical Intelligence: American Geographers and Research and Analysis in the Office of Strategic Services 1941-1945*. *Journal of Historical Geography*, 32, 2006, pp. 149-168. Barnes argumenta que esse tipo de trabalho de inteligência continuou sistematicamente após a II Guerra e esteve na base da criação de agências nacionais de inteligência como é o caso da CIA, fundada em 1947 (2006, p.150).

*Geography*³⁴, que foi produto tanto de uma reação de Hartshorne às críticas que recebeu por *The Nature*, quanto da necessidade de retomar algumas conclusões atingidas anteriormente³⁵. A segunda metade dos anos 1950 marcaria também a emergência da Revolução Quantitativa na Geografia estadunidense, fato que contribuiu, segundo Martin (1994, p. 487), para que a obra publicada em 1959 não recebesse tanta atenção quanto *The Nature*. Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, o autor manteve uma produção bibliográfica de artigos bastante focada em Geografia Política e em discussões epistemológicas diretamente derivadas dos problemas tratados em *The Nature*. Em 1940 se transferiu da Universidade de Minnesota (instituição na qual lecionou desde que havia concluído seu doutorado em 1924) para a Universidade de Wisconsin, onde permaneceu até a sua aposentadoria em 1970, tornando-se professor emérito desta instituição (MARTIN, 1994, p. 488).

A longa permanência de Hartshorne na Universidade de Wisconsin é outro fator importante que contribuiu para reforçar sua trajetória institucional privilegiada. Segundo o levantamento de Rugg (1981, p. 203), essa instituição foi a terceira maior atribuidora de títulos de doutorado em Geografia nos EUA entre os anos de 1907 e 1946³⁶, ficando atrás apenas das universidades de Clark e Chicago. Além das condições já apontadas até aqui, de dificuldades na obtenção de autonomia e de fragilidade epistemológica da disciplina, que marcaram a Geografia acadêmica estadunidense em toda primeira metade do século XX, certamente a trajetória institucional de Hartshorne como um doutorando em Chicago nos anos 1920, em um momento em que o epicentro da produção geográfica estadunidense se transferia das universidades da costa leste para o meio-oeste, e depois como professor em Wisconsin (também no meio-oeste) por três décadas, contribuiu para seu êxito intelectual e para a recepção ampla de sua obra. Iremos agora considerar alguns aspectos da reconstrução histórica que Hartshorne realiza em *The Nature* para fundamentar suas posições e logo em seguida ofereceremos algumas reflexões sobre a definição do papel da Geografia edificada pelo autor.

³⁴ HARTSHORNE, R. *Propósitos e Natureza da Geografia*. São Paulo, Hucitec, 1978.

³⁵ Segundo o geógrafo brasileiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, que assina o prefácio da tradução brasileira de 1978, essa obra não é uma síntese da obra de 1939, mas sim uma reconsideração de dez questões fundamentais presentes naquela obra, visando responder às críticas que o autor recebeu nas décadas de 1940 e 1950.

³⁶ Não deixa de chamar atenção que na tabela do número de doutorados orientados por figuras importantes da Geografia estadunidense do período entre 1907 e 1946, que é fornecida por Rugg (1981, p. 204), Hartshorne aparece na última posição, junto com outros dezoito geógrafos, que haviam orientado apenas um doutorado até 1946.

1.2– A genealogia histórica construída em *The Nature of Geography*

Dos doze capítulos de *The Nature of Geography*, o capítulo dois, intitulado “The nature of Geography according to its historical development” é o momento da obra de Hartshorne em que a reconstrução histórica realizada pelo autor atinge a sua maior profundidade e detalhamento. O autor inicia sua argumentação, ressaltando, que embora as raízes da Geografia como uma forma de saber remetam à Antiguidade Clássica, seu estabelecimento como uma ciência moderna se dá apenas no período entre 1750 e 1850, com especial destaque para as décadas finais do século XVIII em diante, quando os trabalhos dos estudiosos alemães Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859) começam a aparecer. Para o autor a influência do trabalho desses dois estudiosos em todo o pensamento geográfico subsequente justifica uma referência a eles como os primeiros mestres da Geografia moderna, e como importantes nomes do que denomina de “período clássico” na história do pensamento geográfico (HARTSHORNE, 1939, p. 35) ³⁷.

Ritter foi um estudioso, que, de acordo com o autor, apresentava, desde os anos iniciais de sua formação universitária, um grande interesse pelo conhecimento geográfico, juntamente com as Ciências Naturais, a História e a Teologia. A preparação de Ritter para a pesquisa cobriu um escopo extremamente amplo e teve nos métodos de observação das Ciências Naturais de um lado, assim como, nos problemas humanos (especialmente ligados à História) de outro, seus dois grandes focos de preocupação. A Geografia, em certa medida, manteve a conexão entre esses dois interesses. Seus primeiros estudos de caráter geográfico lidaram com o continente europeu e apareceram entre 1804 e 1807, deixando uma grande impressão na Alemanha (HARTSHORNE, 1939, p. 51).

O princípio trazido por Ritter, em vários de seus escritos que aparecem após 1804, foi a alegação de que a Geografia deveria ser uma ciência empírica, ao invés de um conhecimento deduzido de *a priori* filosóficos ou de teorias de uma suposta “Geografia Geral”. Ritter defendia a necessidade de se proceder de observação para observação para a produção do conhecimento, e não de hipóteses ou opiniões, para posteriormente, tentar verificá-las através da observação. Ritter acreditava que existiam leis que governavam os

³⁷ Hartshorne no capítulo dois de *The Nature* faz referências pontuais a trabalhos de outros estudiosos da segunda metade do século XVIII que também deram contribuições para o posterior desenvolvimento do saber geográfico. Dentre essas contribuições estão os trabalhos de August Leopold Bucher, Johan Christoph Gatterer, J. R. Forster, e George Forster na Alemanha, e de Phillipe Buache na França. Além dessas referências a autores pouco conhecidos da segunda metade do século XVIII, existem referências pontuais ao trabalho de Bernard Varenius que data da segunda metade do século XVII.

fenômenos humanos e não-humanos na Terra, e que ao juntarmos os fatos e relações observados nas áreas, eles poderiam tornar possível a afirmação de tais leis (HARTSHORNE, 1939, p. 54).

Hartshorne salienta também a importância que Ritter dava à organização das informações que deveriam ser acumuladas a respeito das diversas áreas do mundo. A multiplicidade de informações, tanto as extraídas de fontes bibliográficas, como as extraídas diretamente em observações de campo, deveria ser organizada de acordo com o princípio corológico. Isto não significa, no entanto, uma simples acumulação de dados referentes a cada área do mundo, mas um desejo de mostrar a relação coerente de causa e efeito da multiplicidade de elementos que constitui o caráter essencial de uma área, procedendo assim, das relações simples para as complexas, com o objetivo de estabelecer a totalidade dos elementos inter-relacionados que distingue uma determinada área de outras áreas (HARTSHORNE, 1939, pp.55-56).

Se de um lado Ritter chama atenção para o que distingue uma determinada área de outras áreas, de outro, o autor ressalta a importância de proceder dos fatos individuais rumo à coerência das forças e fenômenos como um Todo (HARTSHORNE, 1939, p. 62). Vale ressaltar também, que Ritter possuía influências religiosas do pensamento cristão³⁸ e do idealismo romântico alemão e que acreditava que não existiam explicações científicas para fatos fundamentais que deveriam ser reconhecidos pela Geografia, como a singularidade da Terra e do universo, e o dado de que a Terra constituía o lar de uma criatura única (o homem) (HARTSHORNE, 1939, p.60).

Capel (2012, p. 60) ressalta a importância que a ideia de um Todo unitário que compõe o sistema de forças próprio à natureza tem na concepção de Ritter. Para o erudito alemão, o Todo é ao mesmo tempo uma imagem divina e uma visão global da natureza, e é para a compreensão desse Todo que o geógrafo deve contribuir. Isso se realizaria estudando em particular a relação entre o homem e natureza terrestre assim como outras totalidades subordinadas ao grande Todo absoluto: o cosmos, o globo terrestre, a superfície terrestre. O Todo geográfico que Ritter propõe estudar se insere no grande Todo da natureza. Esse Todo consiste em um mundo harmônico marcado pelo equilíbrio e coesão de suas partes e pela harmonia das relações entre o homem e a natureza. Através da atividade racional e da reflexão científica se descobre, para Ritter, o lugar do homem no Todo ao mesmo tempo em que se revela a totalidade do mundo.

³⁸ Ver a esse respeito o capítulo dois de Capel (2012).

Humboldt, de acordo com Hartshorne, não foi inicialmente treinado nem para a Geografia nem para a ciência, mas para o serviço governamental através de cursos em Tecnologia, História, Economia e Filologia. O interesse dominante de Humboldt, porém, estava no estudo da natureza. O erudito alemão trabalhou como inspetor de minas e tal fato despertou o seu interesse pelos estudos de vegetação. Humboldt realizou no ano de 1790 uma viagem com George Forster, evento que contribuiu para que tomasse contato com o método de estudo geográfico deste último. Uma parcela importante de sua produção intelectual veio também como resultado de suas viagens para a América tropical entre 1799 e 1804 e de sua viagem para a Ásia Central em 1829 (HARTSHORNE, 1939, p.50).

A Geografia não era, para Humboldt, um tipo de saber a ser estudado como um fim em si mesmo, mas como um meio de compreender a harmoniosa unidade do “cosmos”, concebido como um “Todo vivo”, dotado de unidade em meio à multiplicidade de sua realidade. Em sua concepção, a unidade da natureza não era nem teleológica, nem antropocêntrica, mas sim uma unidade equilibrada de um todo intrínseco à própria natureza, do qual o homem seria uma parte. O estudioso alemão defendia a ideia de uma coerência orgânica de todos os fenômenos, posição que também é defendida por Ritter (HARTSHORNE, 1939, p. 65). Capel (2012, p. 37) assinala que o projeto intelectual de Humboldt desde os anos finais do século XVIII é a fundamentação de uma ciência integradora que estudaria as relações entre os fenômenos da vida e da natureza inanimada.

Humboldt reflete um espírito de integração holística dos fenômenos da natureza próprio à cultura romântica e enciclopédica da Alemanha de fins do século XVIII e início do século XIX que o aproxima bastante de Ritter. Para Hartshorne, embora Humboldt e Ritter possuíssem em comum o conceito de unidade da natureza e do homem como parte constitutiva dessa unidade, em Ritter tal conceito estava associado à ideia de propósito divino (e aqui podemos ver um reflexo da influência do pensamento cristão sobre Ritter), enquanto para Humboldt, a assunção de tal conceito encontrou uma aproximação mais estética do que religiosa, que certamente tem relação com a influência que o romantismo exerceu sobre este último (HARTSHORNE, 1939, p.65).

Ambos os autores diferiram de seus predecessores no esforço de demonstrar seus conceitos filosóficos (como é o caso da ideia de unidade da natureza) não pela lógica dedutiva, nem pelas descrições de impressões subjetivas da natureza, mas sim através de descrições objetivas baseadas em observações. Por outro lado, nos escritos desses dois autores, pode-se encontrar expressão de conceitos filosóficos, que segundo Hartshorne, estão

comumente excluídos do trabalho científico segundo os moldes do século XX. Nem Ritter, nem Humboldt viam conflito entre a ciência e a filosofia. Ritter acreditava que a Geografia (e também a História) deveria se voltar para a integração das ideias e logo estaria forçada a se “filosofizar”. Humboldt, em uma posição bastante próxima, como estudioso da filosofia da natureza que era, acreditava que tal filosofia jamais deveria virar as costas à pesquisa empírica (HARTSHORNE, 1939, p.66).

Para Humboldt e Ritter, o conceito de unidade da natureza presumia uma inter-relação causal de todos os seus elementos individuais. Os fenômenos da natureza eram estudados com o objetivo de estabelecer sua coerência e unidade. Para os dois era axiomático que a unidade da “natureza” incluísse tanto o inorgânico quanto o orgânico, o humano como o não humano, o imaterial como o material. A exclusão de qualquer parte seria não apenas arbitrária, mas poderia destruir a coerência e a unidade do Todo (HARTSHORNE, 1939, p. 67).³⁹ O conceito de unidade da natureza foi carregado pelos dois autores em sua consideração das áreas individuais, e todos os elementos de tais áreas em sua interconexão eram concebidos como parte de um complexo naturalmente unificado (HARTSHORNE, 1939, p.68).

Uma ressalva importante para a operacionalidade do conceito de unidade da natureza, que é extraída por Hartshorne de sua leitura de Humboldt e Ritter, é a ideia de que o estudo de uma determinada área geográfica não deve se confinar apenas à consideração de tal área como um todo. Embora tanto Humboldt quanto Ritter tenham assumido que todos os objetos e forças da natureza (entendida como o mundo material externo à nossas mentes, o que certamente incluiria nas reflexões geográficas o considerado objeto de estudo da Geografia Humana atual) estariam interconectados para formar um Todo, ambos também reconheceram, tanto na teoria quanto na prática, que essa assunção só poderia ser estabelecida cientificamente investigando os elementos individuais das áreas em suas relações uns com os outros que contribuiriam para formar o Todo. A função do geógrafo com uma mentalidade científica seria perceber esses elementos não separadamente, mas em suas inter-relações que tornariam possível reproduzir intelectualmente a realidade do Todo integrado que constitui a natureza (HARTSHORNE, 1939, pp. 68-69).

Humboldt acreditava que a “Geografia Física”⁴⁰ deveria explicar as inter-relações de diferentes categorias de fenômenos, e determinar a forma dos tipos, as leis das relações, e os

³⁹ Essa concepção a respeito do significado da ideia de “natureza” contrasta fortemente com o que contemporaneamente a Geografia Física concebe como “natureza”.

⁴⁰ Tal como concebido no período, o adjetivo “físico” referia-se a todos os fenômenos da Terra que fossem externos à mente do estudioso, fossem inorgânicos, orgânicos ou humanos.

vínculos que amarravam os fenômenos da vida com os da natureza inanimada. No primeiro volume do *Cosmos*⁴¹ Humboldt descreve a “Geografia Física” como o estudo dos fenômenos organizados nas áreas em suas mútuas relações com todos os outros fenômenos com os quais eles formariam um Todo natural (HARTSHORNE, 1939, p. 76). Hartshorne acredita que Humboldt pensou a Geografia como tendo um ponto de vista fundamentalmente diferente de todas as outras ciências preocupadas com o estudo da natureza. As Ciências Naturais estudariam, para Humboldt, as formas e processos da existência de plantas, animais e de outros elementos que fizessem parte da natureza, tentando organizá-los de acordo com classes e famílias baseadas em suas características. A Geografia, na concepção humboldtiana, deveria se preocupar com a existência conjunta desses elementos relacionados uns com os outros causalmente em uma dada área. Em contraste com as Ciências Sistemáticas que dividem os objetos da natureza de acordo com tipos, a Geografia deveria conceber os elementos da natureza, como parte de um Todo, sendo que tais elementos teriam sua conexão evidenciada pela configuração espacial das áreas (HARTSHORNE, 1939, p. 77).

Humboldt também defendeu que para compreender um Todo que consiste em uma multiplicidade de elementos em inter-relação, era necessário entender primeiramente as relações de alguns desses elementos com outros elementos. Seus estudos em Geografia Sistemática concentraram-se em classes particulares de fenômenos (especialmente a vegetação) buscando compreender a relação dessas classes com todos os outros fenômenos que compunham as áreas (HARTSHORNE, 1939, pp. 77-78). Humboldt, na apreciação de Hartshorne, reconheceu que, embora um estudo sistemático em Geografia devesse ser focado em uma categoria de elementos da realidade, tal estudo não deveria, de forma alguma, se restringir aos objetos da categoria em questão, mas deveria considerar tais elementos na relação com outros fenômenos geográficos. Hartshorne ainda pondera que a “Geografia Física”⁴² de Humboldt não pode ser dividida em uma lista de saberes especializados cada um separado do outro; mas deve ser entendida a partir do pressuposto de que embora em cada parte específica da análise um grupo de elementos seja o centro da atenção, as suas relações com outros elementos inevitavelmente levam o trabalho para uma intersecção com os elementos tratados nas outras divisões do trabalho sistemático em Geografia (HARTSHORNE, 1939, p. 78).

⁴¹ Principal obra de Humboldt, composta por quatro volumes que começaram a aparecer a partir de 1845.

⁴² O que Humboldt entendia por “Geografia Física” possui um parentesco com o que à época da publicação de *The Nature* se entendia por “Geografia Sistemática”.

Hartshorne entende que desde que os relacionamentos entre os fenômenos tenham a sua compreensão organizada a partir de sua ocorrência em áreas, o princípio unificador fundamental é o princípio corológico. Para o geógrafo estadunidense, a contribuição de Humboldt para o desenvolvimento da Geografia Sistemática, deve ser encontrada não apenas no valor dos trabalhos que ele produziu, mas também no fato de que ele relatou claramente a distinção entre os estudos sistemáticos pautados pelo princípio corológico (que seriam os estudos próprios à Geografia Sistemática para Hartshorne) e os estudos sistemáticos realizados pelas ciências sistemáticas (HARTSHORNE, 1939, p.78)⁴³.

Se Humboldt tem o seu papel na construção da moderna noção de uma Geografia Sistemática ressaltado de um lado, de outro, Hartshorne sustenta que seria um grande mal-entendido presumir que o erudito alemão tivesse limitado o escopo do trabalho geográfico aos estudos corológicos de Geografia Sistemática. Humboldt também realizou descrições explicativas de regiões individuais que estudou buscando retratar a totalidade inter-relacionada de seus fenômenos. Além de se preocupar com os estudos sistemáticos, Humboldt se preocupou com a compreensão do caráter das diversas regiões do mundo, que em seu entendimento estaria diretamente relacionado com a história da raça humana e de sua cultura. (HARTSHORNE, 1939, p.78). A explicação da unidade da natureza e de sua manifestação nas áreas da Terra deveria ter no homem uma de suas preocupações fundamentais em seu entendimento.

A incursão realizada por Hartshorne nos trabalhos de Humboldt e Ritter e nos pressupostos filosóficos que os fundamentam revela certa inclinação do geógrafo estadunidense a procurar uma espécie de manifestação embrionária do ponto de vista corológico que sustentará ao longo da obra como sua própria posição. Existe uma tendência pessoal de Hartshorne, que permeia toda genealogia histórica do capítulo dois de *The Nature*, em buscar construir uma linha de continuidade histórica que sirva para fundamentar a sua posição individual.

Quando Hartshorne enuncia no primeiro capítulo o procedimento de reconstrução histórica que seguirá ao longo da obra, dizendo que o propósito de um estudo histórico que visa determinar a natureza da Geografia não deve ser pautado pela busca nos autores do

⁴³ Tal distinção encontrada nos escritos de Humboldt é fundamental para a proposta que Hartshorne irá defender em *The Nature* a respeito da especificidade do ponto de vista geográfico, e para a distinção que estabelecerá sobre a diferença entre os estudos sistemáticos em outras ciências e os estudos sistemáticos na Geografia. O primeiro destes temas será abordado no próximo item da primeira parte de nossa dissertação. O segundo será abordado ao longo da segunda parte de nossa dissertação que tratará com mais detalhes a posição de Hartshorne sobre a relação entre a Geografia Sistemática e a Geografia Regional.

passado de posições que se perfilam às posições pessoais defendidas pelo realizador do estudo no presente e ressalta que tentará considerar os conceitos dos autores do passado independentemente de suas posições pessoais⁴⁴, acaba dando a entender que existe a possibilidade de uma consideração isenta e neutra do passado.

O que podemos constatar até aqui é que a genealogia histórica construída por Hartshorne acaba servindo, nas suas análises de Humboldt e Ritter, justamente para fortalecer a legitimidade de sua posição pessoal a respeito da Geografia como uma Ciência Corológica, contrariando todo o procedimento que alega seguir. O peso maior ou menor dos autores na reconstrução histórica de Hartshorne tem uma relação direta com a maior ou menor afinidade eletiva do autor estudado com suas próprias posições. Isso torna bastante claro, porque mesmo diante da demonstração de domínio e das citações de centenas de autores que marcam a obra, no capítulo dois, dedicado à reconstrução histórica do desenvolvimento do saber geográfico, Hartshorne prioriza as análises de Humboldt, Ritter e posteriormente de Hettner, dedicando a este último uma grande quantidade de citações ao longo de *The Nature*.

O período que se instala após 1859⁴⁵ foi, no entendimento de Hartshorne, um breve interlúdio antes do último quartel do século XIX, quando houve um rápido desenvolvimento da Geografia acadêmica na Alemanha. Esse período é considerado pelo autor como o período crítico no desenvolvimento da disciplina. As importantes fundações que Humboldt e Ritter estabeleceram para a Geografia, embora tenham deixado princípios fundamentais para o posterior desenvolvimento do pensamento geográfico, não proporcionaram um discurso disciplinar unificado (HARTSHORNE, 1939, p.86).

Hartshorne após considerar alguns aspectos das reflexões de Humboldt e Ritter, passa a abordar, no segundo capítulo de *The Nature*, outras reflexões de geógrafos alemães do final do século XIX que teriam inaugurado, em seu entendimento, um novo momento no desenvolvimento do saber geográfico. A atmosfera científica que se estabeleceu a partir do final do século XIX na Alemanha era pouco receptiva para os conceitos deixados por Humboldt e Ritter. O novo ponto de vista intelectual que estava em gestação era caracterizado por uma crescente especialização das ciências e por uma emergente ênfase na busca de leis científicas. Subjacente a esse novo contexto intelectual havia também, um novo pressuposto filosófico de um universo materialista e mecânico, no qual o homem deveria ser estudado como uma “coisa” material. (HARTSHORNE, 1939, p. 86).

⁴⁴ HARTSHORNE, 1939, p. 34.

⁴⁵ Ano em que morrem Humboldt e Ritter.

Hartshorne argumenta que a mudança no pensamento geográfico rumo a um novo período, distinto do período dos trabalhos de Humboldt e Ritter, é geralmente considerada, pelos geógrafos alemães, como decorrente primeiramente dos trabalhos de Oscar Peschel e Ferdinand Von Richthofen. Peschel levou os geógrafos a estudarem a morfologia terrestre, mas também se preocupou com a influência que as formas e feições terrestres poderiam exercer na história humana. A morfologia para a qual Peschel se dedicou foi fortalecida pelos geógrafos que foram inicialmente treinados como geólogos, como é o caso de Richthofen, que deixou importantes seguidores como Albrecht Penck e W. M. Davis nos EUA. Em consequência desta influência de Peschel, inaugurou-se na Alemanha um período no qual a Geomorfologia se fortaleceria como a principal subdisciplina da Geografia (HARTSHORNE, 1939, p.88)⁴⁶.

Tem sido comumente reconhecido, de acordo com Hartshorne, que sob a influência de Peschel, a Geografia tendeu a se expandir nas Ciências Naturais rumo a campos que já eram reivindicados pelas outras ciências, o que levou à ideia de que a Geografia deveria se interessar por todos os ramos das Ciências Físicas que fossem relacionados com a Terra. A Geografia Humana, por outro lado, era considerada sempre na relação com as formas da terra, e em muitos casos confinada a estudos em Geografia Regional (HARTSHORNE, 1939, p.88).

Essa divisão entre o estudo dos fenômenos humanos e naturais que começa a demonstrar os seus primeiros contornos na Alemanha no final do século XIX levou nesse período o pensamento geográfico para duas direções opostas de desenvolvimento. A direção que teve os impactos mais importantes pode ser traçada, segundo Hartshorne, dos escritos de Friedrich Ratzel (1844-1904), que exerceram influência nos EUA pelos trabalhos de Ellen Semple, ganhando também expressão lógica através do importante texto de Harlan Barrows (1923), que define a Geografia como o campo da “ecologia humana”, das mútuas relações entre o homem e o ambiente natural. Outra direção, que teve menos impacto, de acordo com Hartshorne, foi advogada pelo estudioso alemão Georg Gerland, que em artigo publicado em 1887, defendeu que a Geografia deveria excluir totalmente o homem de suas preocupações. Essa defesa por parte de Gerland veio também como uma decorrência de um contexto de intenso cultivo dos trabalhos de Geografia Física que já havia sido desencadeado por Peschel duas décadas antes (HARTSHORNE, 1939, p. 89).

O movimento contrário à posição de Gerland, no entanto, já estava colocado, tanto no trabalho geográfico como nas considerações metodológicas. A publicação da

⁴⁶ Assim como nos EUA, na Alemanha a Geografia durante o final do século XIX, manteve relações muito próximas com a Geologia.

Antropogeografia de Ratzel em 1882 teve grande importância pela defesa da ideia de que a Geografia deveria se preocupar com os indivíduos, com as raças humanas, e especialmente com os produtos da vida social do homem em sua relação com a Terra. Ratzel havia sido treinado nas Ciências Naturais, e a Geografia ofereceu para ele a possibilidade de inter-relacionamento entre os estudos de fenômenos naturais e humanos. O propósito de Ratzel era estabelecer o estudo da Geografia Humana em uma base científica. Hartshorne⁴⁷, citando Schmidt, argumenta que a grande contribuição de Ratzel foi trazer a Geografia Humana rumo a um sistema científico de organização dos fenômenos e a um estabelecimento dos conceitos e das conexões significantes dos resultados obtidos (HARTSHORNE, 1939, pp.90-91).

Para Hartshorne, a *Antropogeografia* de Ratzel representa o primeiro grande estudo sistemático da Geografia Humana, tal como os estudos sistemáticos em Geografia haviam sido sugeridos por Humboldt⁴⁸. Ratzel teve importância por demonstrar que os aspectos humanos (assim como os não-humanos) da Geografia também poderiam ser submetidos a um estudo sistemático e levar a interpretações confiáveis na Geografia Regional. O autor ainda argumenta que o fato de a Geografia Humana desse período ser estudada nos termos das influências do meio natural sobre o homem, levou alguns a acreditarem que a disciplina deveria se constituir basicamente pelo estudo de tais relações (HARTSHORNE, 1939, p. 91)⁴⁹.

No ano seguinte à publicação da *Antropogeografia* de Ratzel, em 1883, Richthofen apresentou em sua aula inaugural em Leipzig, a formulação que veio a ser conhecida posteriormente como a elocução programática da Geografia alemã moderna. Richthofen fez do princípio corológico a base fundamental do seu conceito de Geografia, o que significou, para Hartshorne, uma forma de levar adiante algumas ideias que já estavam postas em Humboldt e Ritter. A ideia essencial de Richthofen era de que a Geografia deveria estudar as diferenças dos fenômenos causalmente relacionados nas diferentes partes da superfície da Terra. Para este autor, a diferença entre a Geografia Sistemática e a Geografia Regional (que Richthofen chamava de “corologia”), não seria uma diferença no material estudado, mas no método de estudo (HARTSHORNE, 1939, p.92).

⁴⁷ Hartshorne está citando a apreciação do alemão Peter Heinrich Schmidt sobre Ratzel neste momento de *The Nature*.

⁴⁸ Como já foi comentado anteriormente, Humboldt chamava de “Geografia Física” o que contemporaneamente se entende por “Geografia Sistemática”. O adjetivo “físico” referia-se a todos os fenômenos materiais externos à mente do pesquisador, incluindo os fenômenos humanos.

⁴⁹ Em nosso entendimento, tal concepção do propósito da Geografia difere da visão corológica fortemente influenciada por Hettner que é defendida por Hartshorne.

Para Richthofen, não seria possível limitar os fenômenos a serem estudados na Geografia. Em virtude do caráter grandemente heterogêneo de muitos desses fenômenos, eles deveriam ser estudados por classes na Geografia Sistemática. O autor alemão reconheceu três grupos de fenômenos: o dos físicos, o dos biológicos e o dos humanos. Embora o homem fosse um elemento biológico, o fato de suas relações com a superfície terrestre serem governadas por um conjunto de fatores (históricos, sociais e culturais) que não são significantes para o restante do reino animal, obrigaria a Geografia a ter uma abordagem diferente quando estudasse esses fenômenos. Nos estudos regionais as relações causais entre todos os grupos de fenômenos os uniriam em estudos singulares. Hartshorne argumenta que Richthofen, como Humboldt, sem basear-se em qualquer conceito limitado de ciência, não viu nenhuma objeção à existência de uma ciência que considerasse conjuntamente diversos tipos de fenômenos que existem nas áreas e estão amarrados por conexões causais (HARTSHORNE, 1939, p.93).

Após retomar algumas ideias de Richthofen e Peschel, e de maneira mais pontual de Ratzel, Hartshorne estabelece uma periodização que distingue o período clássico dos trabalhos de Humboldt e Ritter, do período que se instala a partir das últimas décadas do século XIX na Alemanha. A atmosfera intelectual das últimas décadas do século XIX, período crítico na expansão da Geografia na universidade alemã (e também na França, é importante lembrar), é bastante distinta, como o próprio Hartshorne reconhece, da atmosfera intelectual que incidia sobre os trabalhos de Humboldt e Ritter. O final do século XIX marcou enrijecimento da divisão do trabalho intelectual entre as disciplinas científicas⁵⁰ que protagonizariam a produção de conhecimento durante toda primeira metade do século XX.

A mentalidade holística fortemente influenciada pelo romantismo que marca os trabalhos de Humboldt e Ritter dificilmente poderia ser conciliada com os parâmetros de divisão do trabalho científico que passaram a se estabelecer no final do século XIX. Embora Hartshorne reconheça e constate esse problema, deixa bastante a desejar na exploração das implicações que ele carrega para a edificação de uma linha de continuidade histórica.

Aqui cabe perguntar até que ponto é possível conciliar a busca da compreensão da unidade holística da natureza e de sua manifestação diferencial nas áreas terrestres (como pretendiam Humboldt e Ritter) com exigências de delimitação disciplinar que postulam a necessidade de maior rigor na definição do objeto de estudo de cada campo de saber.

⁵⁰ Dizer que há um enrijecimento da divisão do trabalho intelectual entre as disciplinas é diferente de acreditar que elas sejam entidades reificadas dotadas de coerência absoluta e de um fechamento total sobre si mesmas. As porosidades entre as diversas disciplinas e mesmo o contato de figuras-chave de uma disciplina com saberes, ideias e posturas filosóficas de outras disciplinas são recorrentes na história do campo científico.

Hartshorne instrumentaliza reflexões que precedem a divisão do trabalho intelectual própria ao final do século XIX e ao século XX para tentar construir uma epistemologia disciplinar específica enquadrada nas exigências dessa divisão do trabalho. Não se podem conciliar facilmente esses dois momentos na história do pensamento geográfico. Essa impossibilidade de conciliação (que é muito diferente de uma ausência de relação entre esses dois momentos) coloca sérios problemas para a tentativa de construção, por parte de Hartshorne, de uma linha de continuidade histórica que supostamente evidenciaria um processo crescente de desenvolvimento do saber geográfico rumo à afirmação de sua natureza “essencial” através do princípio corológico.

No próximo item abordaremos a apropriação que o autor faz de Hettner para a conclusão de sua genealogia histórica, e analisaremos a posição sobre o papel da Geografia, que com base nessa genealogia construída, Hartshorne defende.

1.3 – A posição de Hartshorne e a influência de Hettner.

O ponto culminante da genealogia histórica construída em *The Nature* está na análise da obra do geógrafo alemão Alfred Hettner (1859-1941)⁵¹, autor que para Hartshorne ofereceu uma formulação lógica bastante clara para o conceito da Geografia que vinha se desenvolvendo até então. Para Hartshorne, a geografia alemã das primeiras décadas do século XX tinha um grau de unidade muito grande a respeito de seus conceitos fundamentais, e as discussões introduzidas por Hettner desde pelo menos 1898⁵², que conduziram o geógrafo alemão a publicar uma grande obra em 1927⁵³, passaram a ser tidas como clássicas na Geografia, e como referências centrais da discussão teórico-metodológica da disciplina por parte dos geógrafos alemães, exercendo também influência fora da Alemanha (HARTSHORNE, 1939, p.98).

Hettner estava apoiado largamente nos esforços de Richthofen, Humboldt e Ritter para fundamentar suas posições teórico-metodológicas. Em seu artigo de 1958, intitulado “The

⁵¹ Para informações sobre a trajetória de Hettner ver SAHR, W. D. e ARANTES, L. *A profusão das teorias espaciais e a fusão do espaço geográfico: Alfred Hettner e o projeto corológico*. Revista Geographia, vol. 13, No 25, 2011.

⁵² Hettner fundou a revista *Geographische Zeitschrift* em 1895, onde em 1898 publicou um exame sucinto do desenvolvimento da Geografia que forneceu a base para a série de ensaios metodológicos que se iniciariam em 1903 e apareceriam intermitentemente ao longo de seus quarenta anos como editor (HARTSHORNE, 1939, p.139).

⁵³ Intitulada “A Geografia, sua história, sua essência e seus métodos”

concept of Geography as a Science of Space from Kant and Humboldt to Hettner”⁵⁴, Hartshorne tenta demonstrar a existência de uma linha de continuidade entre os autores que entende serem os propositores do conceito fundamental da Geografia como uma Ciência Corológica da superfície terrestre, elegendo Alfred Hettner como o portador legítimo e o condensador da proposta de Geografia que já havia sido esboçada por seus antecessores. Hartshorne ao se valer deste dispositivo de legitimação no campo que é a reconstrução histórica com o objetivo de indicar o estado da arte na discussão sobre o propósito da disciplina, está difundindo uma genealogia consagrada de pensadores com vistas à classificação e seleção dos trabalhos indicados como mais e menos relevantes⁵⁵, privilegiando assim as contribuições deixadas por Hettner.

Hartshorne defende que qualquer classificação ou limitação da natureza da Geografia deve sempre partir do lugar designado a ela em um arranjo lógico de divisões da ciência. A justificativa para tal afirmação é retirada pelo geógrafo do sistema de divisão das ciências de Immanuel Kant⁵⁶, no qual o filósofo apresenta um “diagrama” da divisão do conhecimento científico em que a posição da Geografia se explicita claramente. O autor cita uma passagem de Kant em que o filósofo versa a respeito de duas formas de classificação do conhecimento empírico: uma classificação de acordo com concepções (classificação lógica), que distinguiria um sistema da natureza através de classes, independentemente da ocorrência espaço-temporal dos fenômenos estudados, e outra de acordo com o tempo e o espaço (classificação física) que consideraria os fenômenos de acordo com o lugar que os inclui na Terra. Em contraste com o sistema da natureza, a descrição geográfica da natureza mostraria os lugares onde os fenômenos seriam encontrados. (HARTSHORNE, 1939, pp.134-135).

Hettner, segundo Hartshorne, quando considera a determinação lógica do propósito da Geografia, procede, de maneira análoga à Kant, não a partir da consideração de ramos científicos particulares, mas a partir da visão de todo o sistema das ciências (HARTSHORNE, 1939,p.140). O geógrafo alemão defende que a realidade é tridimensional, e que, portanto, os

⁵⁴ HARTSHORNE, R. *The Concept of Geography as a Science of Space, from Kant and Humboldt to Hettner*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 48, No. 2 (Jun., 1958), pp. 97-108.

⁵⁵ GRYNZSPAN, Mário. *Ciência, Política e Trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Devemos essa ideia a este estudo, que demonstra como as apropriações de autores clássicos, ou tidos como clássicos, no caso estudado por Grynspan sobre a Teoria das Elites, são fundamentais para a obtenção de legitimidade quando se ingressa nesse campo de estudos. Acreditamos que no caso estudado por nós, a demonstração de controle sobre os autores clássicos, e mesmo a eleição de quais autores são aceitos como “clássicos”, são estratégias fundamentais para a consagração de *The Nature of Geography* como referência para as discussões teórico-metodológicas da Geografia.

⁵⁶ Com a apresentação da leitura que Hartshorne faz da concepção de Kant a respeito da posição da Geografia em relação ao conjunto das ciências, introduzindo assim a posição de Hettner, o nosso retrato do quadro genealógico construído pelo autor em *The Nature* se completa.

cientistas devem examiná-la através de três diferentes ângulos para compreender o Todo. Do primeiro ângulo de análise veríamos as relações de fenômenos similares, do segundo de acordo com o seu desenvolvimento no tempo, e do terceiro de acordo com o arranjo e a divisão no espaço. Para Hettner, a realidade como um todo não pode ser apreendida inteiramente pelas Ciências Sistemáticas, que são ciências definidas claramente pelos objetos que estudam (como a Biologia, a Economia, a Sociologia, a Física, etc.), tal apreensão integral só pode ocorrer com o desenvolvimento das ciências que tratam especificamente da integração no espaço e no tempo dos fenômenos estudados pelas Ciências Sistemáticas, que seriam as Ciências Corológicas e as Ciências Históricas (HARTSHORNE, 1939, p. 140).

Hettner acredita que existem duas Ciências Corológicas (ou espaciais), a Astronomia, que estudaria o arranjo dos fenômenos no universo, e a Geografia, que seria a ciência do arranjo espacial da Terra, ou mais precisamente da superfície terrestre. A Geografia teria a perspectiva corológica justificada, pelo fato de que existem relações causais entre os diferentes locais da superfície terrestre e entre os diferentes fenômenos que existem em um mesmo lugar. Na medida em que tais relações são compreendidas apenas incidentalmente ou de forma incompleta pelas Ciências Históricas ou Sistemáticas, tal esforço de compreensão pelo ângulo corológico só poderia ser satisfeito, segundo Hettner, pelo desenvolvimento da Geografia (HARTSHORNE, 1939, p. 142). Hartshorne adere largamente a essa justificativa de Hettner para a necessidade da existência da Geografia como ciência.

Para Hartshorne, a Geografia é:

“(...) uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares.” (HARTSHORNE, 1939, p. 462)⁵⁷

Sobre a posição lógica da disciplina no conjunto das ciências, Hartshorne afirma que:

“No seu desenvolvimento histórico, a Geografia ocupou uma posição logicamente defensável entre as ciências como um dos estudos corográficos, que, assim como os estudos históricos, não tenta considerar tipos particulares de objetos e fenômenos na realidade, mas sessões efetivas da realidade; que tenta analisar e sintetizar não

⁵⁷ “(...) a science that interprets the realities of areal differentiation of the world as they are found, not only in terms of the differences in certain things from place to place, but also in terms of the total combination of phenomena in each place, different from those at every other place.”

processos de fenômenos, mas as associações de fenômenos relacionados em seções da realidade” (HARTSHORNE, 1939, p. 460)⁵⁸

Analisando alguns trechos disponíveis em português da obra principal de Hettner publicada em 1927, podemos corroborar a similaridade entre as suas posições e as de Hartshorne. O geógrafo alemão acredita que a Geografia deve investigar o caráter dos diferentes espaços e localidades e preocupar-se com os elementos que os preenchem. Hettner defende que o modo de investigação da Geografia deve se concentrar não na distribuição geográfica dos elementos individuais (há uma rejeição da ideia de que a Geografia é a ciência do “onde” dos fenômenos), mas sim no preenchimento do espaço e no caráter das regiões e das localidades (HETTNER, 2011, pp. 141-142)⁵⁹.

A postura epistemológica de Hettner, centrada na explicitação do princípio corológico, rejeita também (assim como Hartshorne) a ideia de que a Geografia deve ter como objetivo central de investigação as influências e estímulos da natureza que supostamente desencadeariam as ações humanas. O geógrafo alemão acredita que a disciplina não deve se limitar a nenhum reino específico da natureza ou do espírito e deve abranger simultaneamente todos os reinos da natureza e o homem, por ambos pertencerem à característica das regiões em uma ligação estreita que não pode ser separada. O autor entende que a amplitude do estudo geográfico, ao abranger a natureza e o homem, não é nenhuma arbitrariedade, e está fundada na essência das coisas (HETTNER, 2011, pp. 143-144).

Hettner acredita que a diferenciação entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas faz parte de uma divisão interna às Ciências Sistemáticas, que são as ciências que renunciam às relações temporais e locais e encontram sua unidade na homogeneidade ou afinidade dos objetos com os quais se ocupam (HETTNER, 2011, p.142)⁶⁰. O sistema de divisão das ciências defendido por Hettner coloca a Geografia em uma posição muito distinta das Ciências Sistemáticas. O autor acaba usando essa posição para justificar a impossibilidade de divisão entre os estudos de elementos humanos e os estudos de elementos naturais dentro da Geografia.

⁵⁸ “In its historical development geography has occupied a logically defensible position among the sciences as one of the corographical studies, which, like the historical studies, attempt to consider not particular kinds of objects and phenomena in reality but actual sections of reality; which attempt to analyze and synthesize not processes of phenomena, but the association of phenomena as related in sections of reality”

⁵⁹ HETTNER, A. *A Geografia como Ciência Corológica da Superfície Terrestre*. Revista Geographia, vol. 13, No 25. Rio de Janeiro, 2011, pp. 136-152. Tradução de Leonardo Arantes.

⁶⁰ HETTNER, A. *A Essência e as Tarefas da Geografia*. Revista Geographia, Vol. 13, No. 26, 2011, pp. 136-149. Tradução de Leonardo Arantes.

A ênfase no princípio corológico, que busca o entendimento das conexões causais e das inter-relações dos variados fenômenos que compõem as áreas terrestres, e que proporciona a unidade da disciplina de acordo com a leitura de Hettner, está bastante próxima da definição defendida por Hartshorne, que advoga tanto uma preocupação com a combinação de fenômenos que compõem um lugar como com as diferenças em um dado elemento constitutivo das áreas em vários lugares distintos.

A ideia de que o princípio corológico é o ponto de referência para qualquer investigação geográfica e assegura a especificidade do ponto de vista disciplinar, unificando a massa de elementos heterogêneos que compõem as áreas e dando uma suposta coesão para a disciplina, é defendida tanto por Hettner quanto por Hartshorne. A assunção desse princípio por parte de Hartshorne, através de sua leitura de Hettner, marca também, um distanciamento em relação à definição ambientalista da disciplina que postula que a ênfase central dos estudos geográficos deve ser voltada para as relações homem-meio e para as suas influências recíprocas, ora de ajuste do homem às condições naturais, ora de ação ativa do homem sobre o ambiente natural.

Butzer (1989, p.44) levanta uma questão importante em relação à filiação hettneriana das posições de Hartshorne, argumentando que uma das principais ênfases dos escritos de Hettner voltou-se para a importância da obtenção de classificações baseadas em *caracterizações genéticas*, isto é, caracterizações que privilegiariam o aspecto da evolução temporal dos fenômenos constituintes das áreas do mundo. Hartshorne ao focar sua apreensão da obra de Hettner na formalização lógica do conceito da Geografia como uma Ciência Corológica teria, de acordo com o argumento de Butzer, negligenciado esta importante dimensão dos escritos do geógrafo alemão⁶¹.

No acesso que tivemos aos trechos da principal obra de Hettner disponíveis em português, vimos que embora o autor acredite que todas as épocas históricas e suas correspondentes configurações geográficas possam ser objeto de estudo geográfico, a Geografia deve ter uma predileção pelo presente e sua diferença essencial em relação à História residiria no fato de colocar o tempo em segundo plano. A concepção genética é necessária em Geografia, mas deve passar para segundo plano para evitar que a disciplina

⁶¹ BUTZER, K. *Hartshorne, Hettner and The Nature of Geography*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

transforme-se em um tipo de estudo similar à História (HETTNER, 2011, p. 151)⁶². A ambiguidade de Hettner a esse respeito chama a atenção e, ao que tudo indica, é diretamente responsável pela diferença de leitura que Hartshorne e Butzer fazem de seus argumentos⁶³.

Harvey e Wardenga (1998)⁶⁴ também apresentam em um artigo algumas considerações sobre a relação entre as posições de Hettner e sua recepção por parte de Hartshorne em *The Nature*. Para os autores, o termo corologia, na obra do geógrafo alemão, não se refere a um método nem ao objeto da Geografia em si, mas aos resultados da análise e recombinação dos materiais estudados na disciplina (HARVEY e WARDENGA, 1998, p. 135). Hartshorne em sua leitura não teria apreendido o fato, decorrente da leitura própria de Harvey e Wardenga, de que na obra de Hettner, apareceria mais o que chamam de uma “teoria da representação geográfica” do que uma metodologia para a investigação geográfica (HARVEY e WARDENGA, 1998, p. 138).

A apropriação que Hartshorne faz de Hettner, em nosso entendimento, evidencia tanto a preocupação de estabelecimento de um princípio teórico centrado na explicitação da natureza corológica da disciplina, quanto de um método que dê operacionalidade para esse princípio buscando pensar as inter-relações de fenômenos que constituem a especificidade das áreas individuais e a diferenciação dessas áreas em relação a outras áreas. Independentemente de a obra de Hettner conter uma metodologia geográfica ou uma “teoria da representação geográfica” (como defendem Harvey e Wardenga), entendemos que o papel de Hettner na genealogia histórica construída por Hartshorne é tanto de afirmação de um princípio teórico quanto de explicitação de um método.

A edificação de uma genealogia histórica por parte de Hartshorne carrega o objetivo implícito de demonstrar a existência de uma suposta linha de continuidade que teria conduzido a disciplina à formalização epistemológica empreendida por Hettner. É como se a história da Geografia sofresse um desenvolvimento linear, que conduziria inevitavelmente à formalização do princípio corológico hettneriano como sua natureza essencial. Mesmo que o geógrafo estadunidense demonstre grande domínio das divergências a respeito da definição do papel da disciplina que marcaram a história do pensamento geográfico moderno entre o final

⁶² É importante salientar aqui que nossa leitura a respeito da obra de Hettner é baseada apenas nos trechos disponíveis em português, logo, ela não faz jus a um exame completo da obra do geógrafo alemão e sim a um exame parcial de suas contribuições.

⁶³ Carl Sauer também diverge da apropriação que Hartshorne faz de Hettner como veremos no capítulo 3.

⁶⁴ HARVEY, F. e WARDENGA, U. *The Hettner-Hartshorne Connection: Reconsidering the Process of Reception and Transformation of a Geographic Concept*. Finisterra, XXXIII, 65, 1998, pp. 131-140.

do século XVIII e as primeiras décadas do século XX, existe uma predileção seletiva e um realce das posições que se perfilam de forma mais aproximada ao que Hartshorne defende.

Livingstone (2008, p. 347) na conclusão de seu longo estudo sobre a tradição geográfica, que abarca meio milênio de pensamento, argumenta que a Geografia, em seu desenvolvimento histórico, foi uma tradição contestada, marcada por uma pluralidade de visões a respeito de seu papel. Hartshorne em sua reconstrução histórica de *The Nature* demonstra ter consciência plena dessa pluralidade, no entanto, age de maneira a domesticá-la para a criação de uma linha de continuidade histórica seletiva, que ratifique suas posições pessoais. A leitura que faz de Humboldt e Ritter, visando extrair em ambos os autores uma antecipação do princípio corológico que defende, assim como sua ampla abordagem dos trabalhos de Hettner, em detrimento de uma maior preocupação com trabalhos de outros autores, evidenciam todo o papel que a seletividade pessoal do autor exerceu em sua reconstrução histórica pretensamente “objetiva”.

Em suas observações críticas a respeito das histórias da Geografia que foram produzidas no século XX, Livingstone (2008, p. 4) alega que boa parte delas são revisões do desenvolvimento disciplinar feitas para a apreciação interna da comunidade geográfica com a motivação subjacente de fornecer aos estudiosos espetáculos históricos através dos quais eles poderiam ver o estado presente das questões da Geografia. O passado, nessas histórias, acaba sendo contemplado fundamentalmente a partir das deformações de uma perspectiva que Livingstone denomina de “presentista”. Embora veja isso como um problema, o autor reconhece que os elementos do “presentismo” são inevitáveis, porque todo estudioso que se debruça sobre o passado da Geografia possui em mente querelas e assunções do período em que se insere e as acaba carregando nas suas apreciações a respeito do passado.

Entendemos que o caso de Hartshorne é exemplar desses aspectos da produção de histórias da Geografia apontados por Livingstone. A posição própria de Hartshorne é justificada pelo fato de que o autor a coloca como sendo o coroamento do desenvolvimento histórico da disciplina que traça. O fato de o autor subordinar a formulação de uma definição para a disciplina, que é um problema epistemológico, à reconstrução de seu desenvolvimento no tempo, que é um problema historiográfico, agrava o “presentismo”, pois as predileções epistemológicas de Hartshorne definem quais autores escolherá como mais e menos relevantes em sua linhagem genealógica construída.

Livingstone (2008, pp. 6-7) argumenta que em seu desejo de atingir coerência conceitual e continuidade narrativa, historiadores da Geografia têm frequentemente usado sua

própria definição do que constitui a disciplina como lente através da qual olham o passado. Sem dúvida alguma, a posição epistemológica que Hartshorne assume da Geografia como Ciência Corológica que busca elucidar a diferenciação de áreas da superfície terrestre, acabou impondo, mesmo diante da farta demonstração de domínio das divergências por parte do autor, certa coerência e continuidade um pouco artificiais em sua reconstrução do desenvolvimento do saber geográfico no passado.

Para Livingstone (2008, p. 8), quando Hartshorne diz no início de *The Nature* que “se desejamos nos manter no caminho (...) nós devemos primeiramente olhar atrás de nós para ver em que direção aquele caminho levou”⁶⁵, o autor está de fato fazendo uma afirmação metodológica sobre o caráter da Geografia, mais do que conduzindo uma investigação histórica. Essa ideia de que existe um caminho “correto” para o qual o desenvolvimento do saber geográfico conduziu no passado e deve ser conduzido no presente é evidenciada, de acordo com Livingstone, pelo fato de Hartshorne intitular um dos capítulos de sua obra, em que analisa e descarta várias tentativas realizadas de definição do papel da disciplina distintas da sua, de “Deviations from the Course of Historical Development”⁶⁶. As definições descartadas por Hartshorne (algumas inclusive já com pouquíssima força no período em que publica a obra) da Geografia como Ciência da Terra, como Geofísica, como Ciência dos Relacionamentos e como Ciência das Distribuições, são tidas pelo autor como “desvios” que teriam obstaculizado a compreensão da natureza “essencial” da disciplina. O problema de subordinar a determinação da natureza da disciplina à pesquisa de seu desenvolvimento histórico é a exacerbação da seletividade que é inerente a todo trabalho historiográfico.

Smith (1989, p.95)⁶⁷ acredita que a publicação de *The Nature* foi uma espécie de racionalização do isolamento da disciplina em um momento em que as Ciências Sociais estavam em processo de fértil desenvolvimento. O autor argumenta que *The Nature* contribuiu para fortalecer uma atitude intelectual na Geografia estadunidense que privilegiou um olhar para dentro da história do pensamento geográfico, em detrimento de um olhar voltado para um diálogo mais intenso com as outras Ciências Sociais, que em seu entendimento seria muito mais compensatório para o trabalho geográfico. Smith também defende que toda a perspectiva teórica desenvolvida em *The Nature* visou fornecer uma justificação filosófica

⁶⁵ HARTSHORNE, 1939, p. 31.

⁶⁶ “Desvios do Curso do Desenvolvimento Histórico”.

⁶⁷ SMITH, N. *Geography as Museum: Private History and Conservative Idealism in The Nature of Geography*. In: ENRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

para uma tradição supostamente contínua que no entendimento de Hartshorne, teria raízes remotas na Antiguidade Clássica. A empreitada de Hartshorne gerou, de acordo com o autor, uma visão continuísta, linear e profundamente conservadora da história da disciplina (SMITH, 1989, p. 111).

Concordamos com Smith na questão da busca do continuísmo que marca toda reconstrução histórica da obra e no internalismo da versão da história do pensamento geográfico que ela apresenta, no entanto, não vemos o internalismo como um problema em si, por acreditarmos que a meta principal de Hartshorne não é estritamente historiográfica, mas sim epistemológica. O trabalho historiográfico altamente seletivo e influenciado pelas inclinações pessoais do autor é um meio para atingir o fim de formalização epistemológica, não é um fim em si mesmo. Isso explica em parte a opção por uma reconstrução histórica bastante internalista com referências apenas pontuais às correntes mais amplas de pensamento que influenciaram os geógrafos. Nada disso absolve o autor de todos os problemas que são decorrentes da transformação do trabalho historiográfico em meio para resolver um problema epistemológico, mas certamente explica a seletividade da reconstrução histórica de Hartshorne. A não distinção entre trabalho epistemológico e trabalho historiográfico é ao mesmo tempo um problema, por contaminar o trabalho historiográfico com as inclinações epistemológicas prévias do autor, e um trunfo, por que robustece e fundamenta uma posição epistemológica pessoal em uma linhagem de pensamento mais ampla, mesmo que delineada a partir da construção de um continuísmo temporal altamente questionável.

Smith também vê a reconstrução histórica oferecida em *The Nature* como propulsora de uma visão que levaria a Geografia a uma “existência de museu” (SMITH, 1989, p. 92)⁶⁸. A relação de Hartshorne com o passado disciplinar sem dúvida é marcada pela ênfase na necessidade de conservação da tradição (de sua versão da tradição) e da não ruptura com vistas ao futuro. Existe uma espécie de indissociação entre a tomada de consciência sobre o estado da arte da disciplina no presente histórico em que o autor escreve e o seu desenvolvimento no passado, o que nos leva a acreditar que essa crítica de Smith é bastante acertada. Fazendo um paralelo entre as críticas de Smith, e os problemas apontados por Livingstone, este último autor, em tom bastante complementar à crítica de Smith, acredita que a assunção equivocada implícita em toda canalização da história disciplinar em linhas de pensamento pessoalmente favorecidas (atitude bastante evidenciada em *The Nature*) é de que

⁶⁸ “museum-like existence”

a tradição é normativa e de que a história da disciplina supostamente revelaria sua natureza “essencial” e imutável (LIVINGSTONE, 2008, p. 8).

Essa busca de uma natureza “essencial” para a disciplina teve como centro de sua estratégia a elaboração de uma definição clara de seu papel e de sua distinção em relação às outras disciplinas científicas. Livingstone acredita que controlar uma definição é a forma mais eficaz de controlar o discurso e que por isso não é de se surpreender o alvoroço exegético sobre o significado preciso dos termos que caracteriza os trabalhos que buscam fixar a identidade disciplinar⁶⁹. As palavras-chave de qualquer discurso disciplinar frequentemente possuem certa plasticidade que faz com que seu significado possa ser expandido ou contraído para servir aos propósitos de seus usuários. Ditar uma definição é uma forma de manejar poder. Definições do domínio cognitivo de uma disciplina são menos frequentemente um exercício ontológico sobre uma porção da realidade que um tema tem direito de reivindicar do que uma estratégia para delimitar o vocabulário que será aceito dentro de uma divisão profissional do trabalho (LIVINGSTONE, 2008, p. 304).

Hartshorne tentou determinar a natureza “essencial” da disciplina a partir de uma inquirição histórica. O problema maior dessa atitude, segundo Livingstone, é que a história é qualquer coisa menos monolítica e que a investigação das contingências da história intelectual simplesmente não pode ser forçada a servir de justificativa para uma apologia filosófica essencialista. O essencialismo definicional de Hartshorne ganha força justamente a partir de sua leitura interessada das contingências da história intelectual. Por esse motivo, ao lermos *The Nature*, perderíamos, de acordo com o autor, o senso de que a Geografia como uma ciência é uma entidade negociada (LIVINGSTONE, 2008, p. 307).

Certamente a tentativa de extrair a natureza “essencial” da disciplina a partir do exame de contingências da história intelectual é problemática, contudo, é importante ponderar que embora a reconstrução histórica de Hartshorne seja altamente pessoal e seletiva, de fato a sua definição da Geografia como Ciência Corológica que busca compreender a diferenciação de áreas da superfície terrestre constitui uma parte do legado da disciplina como um produto de seu desenvolvimento histórico. O erro de Hartshorne é atribuir à definição que defende o status de coroadora de todo um desenvolvimento histórico que teria necessariamente conduzido a ela. Faltou um pouco mais de ênfase e de explicitação, por parte de Hartshorne, da particularidade e da pessoalidade de seus pontos de vista. O autor de *The Nature* dá a

⁶⁹ Esse alvoroço exegético em *The Nature* será abordado mais adiante quando discutirmos no capítulo 2 o problema da região para Hartshorne e no capítulo 3 ao refletirmos sobre sua polêmica com Carl Sauer em relação ao uso do conceito de paisagem.

entender que sua definição é a conclusão lógica de um exame histórico detalhado, quando na realidade ela constitui uma posição particular que está amparada em posições específicas de alguns geógrafos e não na totalidade da história do pensamento geográfico.

Mesmo concordando com o diagnóstico de Livingstone de que a instrumentalização de contingências da história intelectual para a defesa de um essencialismo definicional seja problemática, discordamos quando o autor coloca que ao lermos *The Nature* perdemos o senso de que a Geografia é uma entidade negociada. Hartshorne tem um amplo domínio de posições distintas da sua e as apresenta de forma bastante detalhada, só seria justa a crítica de que o geógrafo estadunidense elimina o caráter negociado da tradição geográfica, se ele não demonstrasse a existência de posições divergentes. Hartshorne reconstrói a história da disciplina em um tom teleológico, como se a meta final do desenvolvimento temporal da Geografia fosse a afirmação do princípio corológico como a sua natureza fundamental. Essa atitude é bastante diferente da ocultação das diferenças de posição que tornam a tradição geográfica uma tradição constantemente negociada. *The Nature* contém um grande inventário de ideias diferentes das defendidas por seu autor, logo, discordamos desse ponto da crítica de Livingstone.

Em nossa leitura de *The Nature*, ficou claro que em seu esforço em delinear para a disciplina uma definição clara de seu papel frente ao conjunto das ciências, explicitando o ponto de vista corológico, Hartshorne caminhou em direção a duas linhas de força. Uma dessas linhas de força ressalta uma espécie de “irmandade” entre a Geografia e a História (que seria a principal das Ciências Cronológicas de acordo com o sistema de ciências de Kant, que é herdado por Hettner, e defendido por Hartshorne), por ambas as ciências terem um ângulo de apreensão da realidade distinto do das Ciências Sistemáticas, buscando integrar no espaço e no tempo os fenômenos estudados por essas ciências. A outra linha de força ressalta a especificidade do princípio corológico como ponto de partida para a compreensão do inter-relacionamento de fenômenos que constitui o caráter variável das áreas da superfície terrestre.

A competição de ideias e as variadas direções que se colocavam para a Geografia estadunidense, a incipiente consciência das tradições europeias mais estabelecidas da disciplina e o declínio do determinismo ambiental, que caracterizavam a situação da comunidade geográfica dos EUA no período em que *The Nature* foi publicado (SMITH, 1989, p. 92), foram, em nosso entendimento, condições fundamentais para que um quadro de recepção relativamente favorável à obra e às posições de Hartshorne se estabelecesse.

A preocupação de Hartshorne em explicitar a especificidade do ponto de vista corológico como elemento distintivo de apreensão da realidade pelo ângulo geográfico e sua busca impetuosa pela definição do papel da disciplina devem ser compreendidas em relação ao contexto de intensificação da divisão do trabalho intelectual que se instala nos EUA durante a primeira metade do século XX e à crise de identidade disciplinar provocada pelo colapso das definições de cunho mais ambientalista que marcaram a Geografia até os anos 1920. *The Nature* é um esforço de justificativa para a existência de uma disciplina, que em virtude de seu escopo abrangente, estava ameaçada pelo crescente desenvolvimento das Ciências Sistemáticas e pela incomensurabilidade metodológica entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais que começava a ser assumida pela comunidade científica com a crise do positivismo.

A demonstração de controle sobre o patrimônio das discussões teórico-metodológicas da disciplina e a elaboração de uma representação meticulosa e seletiva de seu passado foram as duas bases nas quais se assentou a autoridade científica que *The Nature* ganhou na comunidade geográfica estadunidense após a sua publicação. Hartshorne ofereceu uma sofisticada e erudita (embora bastante criticável) consideração das discussões teórico-metodológicas da disciplina em um momento em que as condições do campo científico eram desfavoráveis para a Geografia, e em que o círculo de ideias do pensamento geográfico estadunidense não possuía nenhuma obra que tratasse do tema com o rigor e a extensão de *The Nature*. A sofisticação da racionalização epistemológica empreendida pelo autor teve um papel decisivo na consolidação de um maior grau de autonomia para a Geografia acadêmica estadunidense que já vinha sendo buscado desde pelo menos a última década do século XIX.

A tentativa de edificar uma definição clara do papel da disciplina deve ser compreendida como a busca de uma orientação geral que centralize em torno de um núcleo epistemológico comum as diversas práticas que historicamente foram abrigadas dentro do rótulo “Geografia”⁷⁰. O princípio corológico é tido como o pressuposto teórico de unificação

⁷⁰ Essa argumentação é inspirada em BAILEY, F. G. “*Anthropology*”. In: CLARK, B. R. e NEAVE, G (orgs.) *Encyclopedia of Higher Education – Volume 3 Analytical Perspectives*. Oxford, Pergamon, 1992, pp. 1777-1787. Este texto é um verbete em uma enciclopédia de ensino superior que tenta dar conta de algumas definições possíveis da Antropologia. Mesmo sendo direcionado para discutir uma disciplina específica, o texto acaba levantando algumas questões gerais que podem ser pensadas em todas as disciplinas. Ao analisar a Antropologia Social e Cultural, Bailey demonstra como essa disciplina abriga uma série de práticas distintas que não têm necessariamente um núcleo intelectual comum (1992, p. 1777). O autor mostra várias tentativas de cristalização de núcleos epistemológicos que se materializaram no que chama de “ortodoxias”. As “ortodoxias” que estão em disputa são as principais crenças referentes ao papel da Antropologia que contribuem para criar divisões dentro da comunidade dessa disciplina. O caso da Geografia, em nosso entendimento, é exemplar na questão da frouxidão dos núcleos epistemológicos que constituem muitas disciplinas acadêmicas e da heterogeneidade de práticas que são abrigadas dentro dos rótulos disciplinares. O caso da obra de Hartshorne pode ser compreendido

de um conjunto de práticas intelectuais muito variadas e acaba ditando um tipo de afinidade eletiva com a História, pelo fato de que tanto essa disciplina, como a Geografia, devem, para Hartshorne, integrar os fenômenos heterogêneos estudados pelas diversas Ciências Sistemáticas. Ao centrar sua exposição sobre a natureza da Geografia em torno da defesa do princípio corológico, Hartshorne está se apegando a uma ortodoxia, por recomendar, em meio à heterogeneidade de posições que fazem parte da história do pensamento geográfico, um caminho muito específico a ser tomado (a assunção do princípio corológico) e por entender que esse caminho seria necessariamente o caminho “correto” para o qual o desenvolvimento histórico da disciplina teria conduzido⁷¹. A afirmação dessa ortodoxia por Hartshorne coincide com um período da história da Geografia em que outra ortodoxia muito poderosa, que defendia a ideia de que a Geografia deveria ser a ciência das relações homem-meio, começa a entrar em colapso.

Após nossas considerações sobre a trajetória de Hartshorne, sobre a reconstrução histórica de sua principal obra, e sobre a definição de Geografia que defende, iremos, de agora em diante, no segundo capítulo de nossa dissertação, refletir sobre o tratamento dado pelo autor para a importante questão epistemológica da relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina.

como a tentativa de cristalização de uma ortodoxia fundamentada na ideia de que a “essência” da natureza disciplinar é o princípio corológico.

⁷¹ Para Bailey, um dos elementos das performances através das quais as ortodoxias são defendidas é justamente a recomendação do que deveria ser feito e como deveria ser feito (1992, p. 1777).

Capítulo 2 - A questão epistemológica central: a relação entre os enfoques sistemático e regional

2.1 – A Geografia Sistemática

Hartshorne ao estabelecer uma definição do papel da Geografia defendendo que a disciplina deve preocupar-se com o inter-relacionamento de fenômenos que contribui para configurar a diferenciação de áreas do mundo clarificou, a partir de seu longo exame sobre o desenvolvimento histórico do pensamento geográfico, a especificidade epistemológica que deve caracterizar a disciplina de acordo com a sua posição. Uma das nossas hipóteses é que essa especificidade epistemológica defendida pelo autor entrou em tensão com a divisão do trabalho intelectual consolidada ao longo de toda a primeira metade do século XX que privilegiou o desenvolvimento das Ciências Sistemáticas. Na medida em que a especificidade epistemológica da disciplina teve de se afirmar perante a força das Ciências Sistemáticas, a Geografia em suas fronteiras internas acabou reproduzindo algumas divisões próprias a essas ciências (basta lembrarmos de importantes subdisciplinas no desenvolvimento do saber geográfico como a Geografia Econômica, a Geografia Política, a Geografia Cultural, e assim por diante).

Diante de nossa hipótese colocada, iremos, a partir de agora, analisar a maneira com que Hartshorne pensou o papel da Geografia Sistemática em *The Nature* e em *Perspective on The Nature of Geography*, sua outra grande obra teórico-metodológica publicada em 1959, que em grande medida é um desdobramento da obra de 1939.

A centralidade do problema da relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina é uma decorrência direta da posição atribuída à Geografia no sistema de ciências de Kant que Hartshorne herda de Hettner e da maneira como o geógrafo estadunidense determina a natureza da disciplina a partir da definição que constrói. O fato de a Geografia ser uma disciplina de integração de fenômenos estudados pelas disciplinas sistemáticas cria a necessidade de construção de princípios de método para a consideração dos fenômenos de características específicas (econômicos, políticos, culturais, climáticos, biológicos, etc.) que constituem a superfície terrestre a partir do norteamo do princípio corológico que especifica a disciplina segundo a posição do autor.

O autor acredita que a expressão “Geografia Sistemática” enfatiza uma aparente similaridade entre a Geografia e as Ciências Sistemáticas, reforçando a ideia de que a

Geografia se compõe de uma série de ramos, cada qual constituindo uma ciência em si mesma, que estuda uma categoria particular de fenômenos, sendo cada categoria definida nos termos de sua correspondente Ciência Sistemática, como se a crosta da Terra fosse considerada como uma série de crostas mais ou menos distintas, cada uma representando determinada categoria de fenômenos incluídos numa Ciência Sistemática. A consideração dos fenômenos em inter-relação nas áreas, meta principal da Geografia, pressupõe o conhecimento dos processos de desenvolvimento de cada fenômeno específico. Esses processos foram investigados pelos cultores das Ciências Sistemáticas que em muitos casos estabeleceram os princípios que os regem com um grau de certeza superior ao que lograram os geógrafos ao firmar princípios de inter-relação dos vários fenômenos nos diferentes lugares (HARTSHORNE, 1978, pp. 118-119).

Hartshorne acredita que o fato de a crosta terrestre possuir uma multiplicidade de fenômenos heterogêneos que variam nas áreas implica a disciplina no problema de pensar desde as relações entre fenômenos que se dão de maneira muito estreita até aquelas que são bastante tênues (HARTSHORNE, 1978, p. 121). Além do problema de lidar com o estudo de elementos específicos que são estudados pelas Ciências Sistemáticas, a Geografia deve, para o autor, procurar explicar os níveis de conectividade entre os diversos elementos constitutivos das áreas para dar operacionalidade ao princípio corológico.

O geógrafo estadunidense afirma que:

“Se o conhecimento da variação em áreas, qualquer que seja o nível delas, consiste em ir além de uma descrição superficial de suas características mais notáveis, torna-se necessário examinar os múltiplos fenômenos que, em diversas combinações de relações e conexões, integradas de maneira estreita ou frouxa, constituem o caráter da área de cada lugar. A combinação total de aspectos pode ser dividida em segmentos para fins de estudo, cada um deles incluindo aspectos em certa medida estreitamente inter-relacionados. Tais segmentos podem ser, a seu turno, subdivididos em outros, que incluam menor número de elementos em integração mais estreita, até chegar-se ao aspecto ou elemento isolado. Todavia, em cada caso a variação espacial do segmento é estudada em termos das relações dos seus elementos, tanto entre si, como com outros aspectos ou elementos da área.” (HARTSHORNE, 1978, p. 123).

Esta passagem citada revela o tamanho do problema epistemológico no qual a Geografia está imersa. Ter de dominar os princípios explicativos de fenômenos de categorias particulares estudados sistematicamente por outras disciplinas e ainda equacionar uma interpretação de suas integrações, ora mais estreitas, ora mais frouxas, que contribuem para configurar geograficamente o caráter das áreas coloca a disciplina em uma posição

extremamente desvantajosa na divisão do trabalho intelectual. O problema da extrema abrangência da disciplina, sentido desde pelo menos o final do século XIX, quando a institucionalização acadêmica da Geografia e a atual divisão do trabalho intelectual começam a ganhar impulso na Europa, continuava não resolvido ainda em meados do século XX. A concepção do papel da disciplina oferecida por Hartshorne contribuiu para perpetuar esse problema, pelo fato de que o autor reafirma a abrangência que vinha sendo defendida em toda a história do pensamento geográfico desde pelo menos o final do século XVIII, mesmo tendo posições distintas de muitos geógrafos de outros períodos.

A consequência, do ponto de vista operacional, que a extrema abrangência da disciplina ocasiona, é que não é nada simples determinar a melhor maneira de decompor em categorias o complexo total de fenômenos dos lugares (HARTSHORNE, 1978, p. 124). A Geografia, ao tentar compreender as áreas terrestres, deve inevitavelmente tentar decompor em grupos menores a grande quantidade de fenômenos inter-relacionados que fazem parte da realidade. Isso indubitavelmente amarra a disciplina à necessidade de consideração sistemática dos fenômenos específicos e transforma tal consideração em uma etapa metodológica essencial para a compreensão das integrações que compõem as áreas.

A forma mais simples de estudo em Geografia Sistemática é a consideração do caráter diferencial da superfície da terra em termos de qualquer elemento geográfico único. O fato já mencionado, de que os elementos estudados na Geografia Sistemática sejam também estudados por outras disciplinas faz com que, no entendimento de Hartshorne, seja necessária a consideração da distinção entre os estudos sistemáticos feitos nas Ciências Sistemáticas e os estudos sistemáticos realizados na Geografia. Muitos estudos sistemáticos em Geografia trabalham nas fronteiras da Geografia com ciências afins e embora os geógrafos devam, para o autor, estar familiarizados com os conceitos e métodos das disciplinas vizinhas, utilizando-os em seu trabalho, essa utilização deve ser ditada por propósitos ditados pelo ponto de vista da Geografia concebido como um ponto de vista distinto do das Ciências Sistemáticas (HARTSHORNE, 1939, pp.413-414).

Para Hartshorne todos os fatos da superfície terrestre são fatos geográficos, e a Geografia deve abordar tais fatos sempre de acordo com a sua *significância geográfica*, isto é, sua relação com a diferenciação de áreas do mundo (HARTSHORNE, 1939, pp. 372-373). O autor defende que a Geografia não deve ser concebida como um ramo da ciência situado ao lado das Ciências Sistemáticas, mas como um ponto de vista científico que corta através de todas as Ciências Sistemáticas. Embora não exista uma linha rígida que separe a Geografia

das Ciências Sistemáticas, existe uma diferença essencial no ponto de vista que deve ser mantida pelo geógrafo para que o trabalho geográfico preserve sua especificidade e não se transforme em um trabalho de qualquer outra disciplina sistemática (HARTSHORNE, 1939, pp.414-415).

A questão da significância geográfica dos fenômenos analisados na disciplina levou o autor a discutir o problema de como obter um critério de seleção daquilo que possui maior significância para configuração do quadro total da geografia de uma área. A escolha de um elemento sistematicamente estudado para iniciar o estudo de uma área deve ser sempre fundamentada na preocupação com a significância do que é estudado para a compreensão da inter-relação de elementos total que forma a área. A esse respeito Hartshorne diz que:

“Na prática isso é feito através de uma série de tentativas segundo o método de ensaio e erro. Uma vez que não podemos principiar com o estudo da totalidade das variações que se observa numa área, temos de começar com um aspecto ou tópico particular, o qual, com base no conhecimento geral de muitas áreas, ou mediante observações exploratórias de uma área particular, julgamos ser tão inter-relacionado a outros fenômenos a ponto de constituir um aspecto significante, digno de estudo.” (HARTSHORNE, 1978, p. 41).

A investigação realizada que principia pela escolha de um aspecto específico pode tanto confirmar o pressuposto de que esse aspecto é significante para composição total das relações da área como negar tal pressuposto. No caso da constatação empírica de que o fenômeno específico escolhido para o início do estudo de uma área apresenta reduzidas relações com outros fenômenos, e em consequência reduzida importância para a totalidade da área, o estudo realizado contribuirá primordialmente para o conhecimento do fenômeno em si mesmo. Quando se constata que o fenômeno inicialmente selecionado para fins de investigação é de importância primordial na variação total da área, o estudo interpretativo dessa variação há de conduzir, necessariamente, às variações de outros fenômenos que parecerem estar relacionados àquele (HARTSHORNE, 1978, pp. 41-42).

Em sua discussão sobre a significância, além de afirmar a importância de se estudar na Geografia Sistemática fenômenos particulares que exercem grande papel na estruturação das relações entre outros fenômenos das áreas, Hartshorne também defende a existência de outro parâmetro para determinar a significância de um fenômeno que é a importância para o homem (HARTSHORNE, 1978, pp. 48-49). Mesmo sendo um apologista da ideia de que é impossível separar a Geografia em dois grupos, um que constitui o estudo dos elementos naturais e outro

que se define pelo estudo dos elementos humanos, o autor assume uma posição antropocêntrica em sua discussão sobre a significância geográfica.

Apesar de reconhecer a necessidade de que o geógrafo conheça os métodos e os conceitos das disciplinas afins de que se utiliza para o seu trabalho sistemático, Hartshorne preocupa-se bastante com a questão da forma como a Geografia Sistemática vai internalizar os conhecimentos de outras disciplinas sem sacrificar a particularidade de seu ponto de vista. Há a defesa do estabelecimento de um regime de trocas de conhecimentos entre a Geografia e as Ciências Sistemáticas concomitantemente à defesa da especificidade do ponto de vista geográfico. Para Bourdieu (2008, p. 75), cada disciplina científica possui um princípio de construção da realidade objetiva irreduzível ao de outra disciplina. Hartshorne, em nosso entendimento, quando centra no conceito de *significância geográfica* a especificidade da abordagem do ponto de vista disciplinar, está advogando essa irreduzibilidade da Ciência Geográfica e tentando criar um princípio de método que a distinga claramente das Ciências Sistemáticas.

Lepetit (2001, p. 36)⁷² acredita que uma disciplina científica pode ser definida como um conjunto de regras teóricas e práticas que possibilitam a troca de conhecimentos entre os indivíduos que as partilham, e que justamente por possuir sua própria estrutura jamais se expõe passivamente às influências externas de outras disciplinas. Esse historiador acredita que a interdisciplinaridade é um caso particular de transferência cultural. Hartshorne ao preocupar-se com a distinção entre os estudos elaborados pelas Ciências Sistemáticas e os estudos realizados na Geografia Sistemática, defendendo que esta última internalize os conhecimentos produzidos nas disciplinas sistemáticas a partir da preocupação com a significância geográfica do fenômeno estudado para a organização espacial da área investigada, está propondo uma espécie de prática interdisciplinar controlada, que dialoga com as Ciências Sistemáticas, mas não sacrifica a especificidade do ponto de vista disciplinar da Geografia.

Entendemos que essa postura do geógrafo estadunidense decorre de uma dupla constatação de sua parte. De um lado Hartshorne defende a particularidade disciplinar, de outro é obrigado a reconhecer que as Ciências Sistemáticas em muitos casos lograram estabelecer princípios explicativos mais sólidos para uma série de fenômenos com os quais a Geografia lida. O autor tenta conciliar a afirmação da irreduzibilidade do ponto de vista disciplinar (para usar a expressão de Bourdieu) com a defesa de uma prática interdisciplinar

⁷² LEPETIT, B. *Proposições Para uma Prática Restrita da Interdisciplinaridade*. In: *Por uma nova História Urbana*, São Paulo, Edusp 2001, pp. 31-43.

controlada entre a Geografia e as Ciências Sistemáticas que não implique em uma exposição passiva da disciplina às influências das disciplinas sistemáticas. Lepetit (2001, p. 42) propõe que a interdisciplinaridade não deve ser um movimento de unificação das Ciências Humanas, e sim um processo controlado de empréstimos recíprocos entre as várias disciplinas que não sacrifica as especificidades de cada tradição disciplinar. A posição de Hartshorne a respeito das trocas disciplinares é bastante próxima da de Lepetit.

A tentativa de explicar a distribuição espacial de um tipo particular de fenômeno pode ser realizada tanto pela Geografia como pelas Ciências Sistemáticas. No entanto, para o autor, os fatos da distribuição de qualquer fenômeno na superfície terrestre, sejam humanos ou naturais, não são em si mesmos “geográficos”; apenas aquilo que é estudado em relação a esses fatos é significativo para a Geografia. Meramente descrever e analisar os fatos da distribuição dos fenômenos humanos e naturais encontrados em diferentes áreas é produzir um compêndio e não uma Geografia. Todos os fatos da distribuição dos diversos fenômenos que compõem a superfície terrestre devem ser estudados em suas “relações de área” (“areal relations”), ou seja, em sua significância para a área, determinada por suas relações com outros fenômenos do mesmo lugar, e por suas conexões espaciais com fenômenos em outras áreas (HARTSHORNE, 1939, p.415).

Como a distribuição espacial dos fenômenos também pode ser abordada pelas Ciências Sistemáticas, a ideia de que a Geografia é uma ciência das distribuições que busca explicar o “onde” dos fenômenos que constituem a superfície terrestre é considerada inadequada pelo autor. Um dos contrastes essenciais entre a Geografia e as Ciências Sistemáticas, que deve ser levado em conta na Geografia Sistemática, é que enquanto a Geografia se preocupa com a integração dos fenômenos no espaço, as Ciências Sistemáticas buscam analisar os processos de tipos particulares de fenômenos. Quando Hartshorne fala em processo, está ressaltando a grande importância do aspecto temporal na explicação das Ciências Sistemáticas e defendendo que a explicação da distribuição espacial de um determinado fenômeno pode ser inclusive a finalidade última de um estudo dos processos de evolução temporal do fenômeno considerado; logo, a distribuição (tema tão importante para a Geografia) é um tema genuíno de preocupações importantes também nas Ciências Sistemáticas, e por si só, não é suficiente para caracterizar a especificidade do ponto de vista geográfico. Na Geografia Sistemática a preocupação essencial é com a *relação funcional* de um determinado elemento com a diferenciação total de áreas do mundo (HARTSHORNE, 1939, pp. 417-418).

Hartshorne em consequência de enfatizar a importância das relações funcionais de um fenômeno considerado com outros fenômenos na explicação em Geografia Sistemática entende que a disciplina pode deixar de lado a preocupação com o que chama de aspectos “genéticos” (que são os aspectos referentes à evolução temporal) dos fenômenos (HARTSHORNE, 1939, p.418). A primazia conferida à análise das relações funcionais em detrimento do aspecto genético é uma evidência bastante clara da grande preocupação do autor com a especificidade do ponto de vista disciplinar da Geografia. A ênfase nas relações funcionais entre os elementos que configuram as áreas é uma espécie de princípio de método que visa operacionalizar o conceito da Geografia como uma Ciência Corológica.

O autor acredita que é particularmente na Geografia Sistemática que os geógrafos estão mais propensos a perderem o senso do ponto de vista geográfico e mergulharem completamente o trabalho geográfico em outras disciplinas, pelo fato de que, em muitos casos, os estudos de Geografia Sistemática se valem maciçamente do conhecimento produzido pelas Ciências Sistemáticas. Contudo, embora tenha essa preocupação, o autor não considera desejável a existência de fronteiras excessivamente claras entre a Geografia e as Ciências Sistemáticas e defende que o ponto de vista geográfico caracteriza-se pela intersecção de disciplinas em diferentes planos. A distinção essencial entre a Geografia e as Ciências Sistemáticas está no ponto de vista: nas Ciências Sistemáticas o interesse de conhecimento está focado nos fenômenos particulares que são estudados em termos de sua distribuição e na Geografia Sistemática na compreensão do papel que tal distribuição exerce na diferenciação de áreas (HARTSHORNE, 1939, p. 425).

A forma de evitar o risco da perda do olhar específico do ângulo de análise geográfico nos estudos de Geografia Sistemática é, para Hartshorne, a existência de uma sólida consciência por parte do pesquisador a respeito da natureza da Geografia como uma ciência Corológica. Retomando uma posição enunciada pelo geógrafo alemão Otto Lehmann, o autor defende que ao fazer qualquer estudo em Geografia Sistemática, deve-se considerar constantemente a relação de tais estudos com os estudos regionais. Quando se considera os estudos sistemáticos em Geografia sempre pensando a partir de suas relações com os estudos regionais, fica imediatamente claro que o interesse do geógrafo não é nos fenômenos em si mesmos, em suas origens e processos, mas nas relações que eles têm com outros fenômenos que são significantes na constituição da diferenciação de áreas (HARTSHORNE, 1939, pp.425-426).

A função da Geografia Sistemática é prover o estudo sistemático da relação dos tipos específicos de fenômenos com a diferenciação total de áreas. Como as áreas do mundo diferem umas das outras em termos de um complexo de elementos heterogêneos mutuamente inter-relacionados, a interpretação completa das áreas individuais (que é a tarefa da Geografia Regional), requer uma separação analítica de todos os elementos que as compõem e uma observação dos princípios de relacionamento entre as categorias específicas de elementos. Essas operações intelectuais devem ser realizadas pela Geografia Sistemática (HARTSHORNE, 1939, p.426).

Em sua discussão sobre a Geografia Sistemática, Hartshorne também propõe a importante ideia dos *complexos de elementos*. Os complexos de elementos são associações inter-relacionadas de diversos elementos em áreas, independentemente do tipo. No caso de o mesmo complexo de elementos em integração ser encontrado em diferentes áreas, e de em muitos casos, tal complexo ser geograficamente significativo para a organização espacial das áreas onde se encontra, ele deve também ser estudado sistematicamente ao longo de todo o mundo ou de qualquer área extensa. Tais estudos, interconectando diferentes ramos da Geografia Sistemática, devem ser considerados como passos sucessivos que se iniciam no estudo de complexos de elementos singulares para o estudo do complexo total de uma área particular na Geografia Regional (HARTSHORNE, 1939, p.428). O desenvolvimento dos estudos de elementos específicos em integração na Geografia Sistemática é para o autor uma condição do desenvolvimento satisfatório da Geografia Regional.

Qualquer estudo em Geografia Sistemática, seja de um elemento particular ou de um complexo de elementos, ao concentrar-se em aspectos específicos que constituem a configuração geográfica das áreas da superfície terrestre, deve também buscar estabelecer conceitos genéricos. Isto significa que para cada elemento ou complexo de elementos estudados em Geografia Sistemática, deve-se tentar construir um sistema lógico de tipos. Dessa forma, as relações de um elemento estudado com outros elementos geográficos, para os quais os tipos já foram estabelecidos, devem ser afirmadas na forma de princípios, por mais limitada ou pouco precisa que sua aplicação seja. Hartshorne ressalta ainda, seguindo uma observação de Hettner, que não é possível expressar todas as constatações empíricas obtidas nos estudos de Geografia Sistemática em termos genéricos (HARTSHORNE, 1939, pp. 430-431).

Os conceitos genéricos são considerados por Hartshorne importantes para o desenvolvimento de conhecimento em qualquer disciplina científica. No caso da Geografia, a

maior oportunidade de desenvolver esses conceitos está na Geografia Sistemática, que se preocupa na maior parte de seu trabalho com a elucidação de fenômenos e relações entre fenômenos que se repetem em configurações similares⁷³ em diferentes partes do mundo, o que torna possível o desenvolvimento de princípios gerais. Este trabalho de desenvolvimento de princípios gerais que deve se realizar na Geografia Sistemática é uma base extremamente necessária para os estudos de Geografia Regional (HARTSHORNE, 1939, p.434). Tal posição a respeito da importância dos princípios genéricos na Geografia Regional corrobora com a defesa que Hartshorne faz a respeito da indissociabilidade entre os enfoques sistemático e regional na disciplina.

A dependência do conhecimento elaborado nas disciplinas sistemáticas para a condução do trabalho geográfico foi discutida em um importante artigo publicado por Edward Ackerman em 1945⁷⁴. Ackerman, à época da publicação desse artigo, era professor no Departamento de Geografia e Geologia de Harvard, que teve a Geografia extinta em 1948. O geógrafo trabalhou junto com Hartshorne no *Office of Strategic Services* (OSS) durante o período de envolvimento dos EUA na II Guerra Mundial. Essa experiência, de acordo com Ackerman, teria servido para evidenciar claramente a fragilidade teórica e a inadequação dos métodos de formação dos geógrafos até aquele período (ACKERMAN, 1945, p. 122).

Dentre as deficiências profissionais na formação dos geógrafos que haviam prejudicado o trabalho no OSS durante esse período, duas, em seu entendimento, seriam as principais: a inabilidade dos geógrafos estadunidenses em lidar com fontes de língua estrangeira e sua falta de competência em temas sistemáticos mais específicos. Ackerman acredita que a falta de especialização sistemática entre os geógrafos toca diretamente em um dos problemas mais bem conhecidos da disciplina que é a interpretação de sua metodologia. O autor acredita que, no período em que escreve o artigo, a Geografia Sistemática e a Geografia Regional ainda eram pensadas como duas formas de estudo incompatíveis. Na medida em que muitos geógrafos olhavam para a Geografia Regional como o ponto culminante de todo o estudo na disciplina, o privilégio conferido a ela em detrimento da especialização em temas sistemáticos era um caminho natural (ACKERMAN, 1945, pp. 122-123).

Para Ackerman a ênfase nos estudos regionais holísticos andou junto com a aceitação de um dualismo entre tais estudos e os estudos sistemáticos e com a negligência do método

⁷³ Quando Hartshorne diz “similar” não está se referindo a configurações idênticas, pois em seu entendimento cada área da superfície terrestre possui sempre uma especificidade na composição de sua configuração geográfica.

⁷⁴ ACKERMAN, E. *Geographic Training, Wartime Research and Immediate Professional Objectives*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 35, No. 4, (Dec., 1945), pp.121-143.

sistemático no ensino e na pesquisa. A despeito de muitas afirmações feitas por geógrafos estadunidenses sobre a igual importância dos estudos sistemáticos e regionais na disciplina, a abordagem sistemática teria, em seu entendimento, progressivamente ficado para trás em desenvolvimento e no interesse demonstrado por ela⁷⁵. Nos estudos sistemáticos realizados em boa parte da primeira metade do século XX teria predominado uma espécie de amadorismo e uma precariedade no domínio dos temas estudados (ACKERMAN, 1945, p. 123-124).

Esse geógrafo acredita que os estudos regionais que integram fenômenos de categorias distintas serão sempre importantes para a erudição geográfica e devem ser considerados como uma das finalidades da pesquisa, contudo, as atividades intelectuais dos geógrafos no OSS durante a guerra, teriam revelado a escassez de informações a respeito de tópicos sistemáticos específicos e deixado claro que em muitos casos a massa de informações necessárias para a realização de estudos regionais satisfatórios só poderia ser reunida por grupos de especialistas em temas sistemáticos (ACKERMAN, 1945, p. 127). Ackerman ressalta que a complexidade geográfica das áreas, mesmo das menores, é muito grande, e que acreditar que um estudioso pode entender e interpretar adequadamente todas as integrações de fenômenos que compõem uma área é um equívoco. O investigador regional solitário só tem condições de retratar adequadamente e com profundidade um complexo de elementos muito simples. O autor acredita que o investigador regional holístico tem pouca base para buscar uma explicação adequada da completa inter-relação dos elementos em uma área e que a superficialidade das informações fornecidas pelos geógrafos regionais é muito evidente (ACKERMAN, 1945, p. 128).

Ackerman defende a necessidade de que os geógrafos busquem uma abordagem mais especializada e menos difusa. O autor assume a definição do papel da Geografia como Ciência Corológica que deve explicar a integração de elementos que produz a diferenciação de áreas da superfície terrestre, tal como defendida por Hartshorne, e sustenta que a abordagem mais adequada para uma descrição geográfica completa do mundo, de uma região, ou de uma localidade é a dissecação de tópicos proporcionada pela análise sistemática. O geógrafo sugere que a maior parte das localidades e regiões é tão complexa que requer a análise de vários especialistas sistemáticos ao invés de um único estudioso especializado em dada porção da superfície terrestre e que no futuro da disciplina nenhum estudioso de uma

⁷⁵ Ackerman afirma isso a partir de seu exame dos resultados de pesquisas publicadas, dos currículos universitários e das teses produzidas (1945, p. 124). O autor diz que das 162 teses de doutorado em Geografia aceitas nas universidades dos EUA entre 1915 e 1935, quase dois terços seguiu o método regional (1945, p. 125).

região que não possua uma especialização sistemática seja considerado um especialista geográfico (ACKERMAN, 1945, p. 129).

O autor acredita que para que a Geografia explique adequadamente as integrações de elementos que compõem as regiões é necessária a cooperação entre especialistas sistemáticos. Essa cooperação é tida por Ackerman como o único método que traz alguma esperança para resolver o problema enormemente complexo da pesquisa regional (ACKERMAN, 1945, p. 137). Em sua argumentação, sem os dados básicos e a formulação de princípios supridos pelos estudos sistemáticos, qualquer estudioso regional estará em uma posição inviável (ACKERMAN, 1945, p. 141). A posição de Ackerman em defesa do aprofundamento das especializações sistemáticas na disciplina com vistas a combater a superficialidade e o amadorismo dos estudos regionais, reflete um mal-estar na comunidade geográfica estadunidense e a consciência, tão clara na reflexão de Hartshorne, de que a dependência do conhecimento elaborado nas disciplinas sistemáticas para a explicação da multiplicidade de elementos que estruturam a geografia das áreas colocou a disciplina em uma situação bastante desfavorável na divisão do trabalho intelectual.

Bourdieu (2008, p. 93) entende que toda disciplina científica específica ocupa uma posição no que chama de “espaço hierarquizado das disciplinas” e que essa posição tem um peso muito grande no que acontece nesse espaço. O êxito das Ciências Sistemáticas em debruçarem-se sobre categorias de fenômenos mais bem delimitadas implicou para a Geografia Sistemática uma posição altamente subordinada. Isso em parte explica a preocupação de Hartshorne com a internalização dos conhecimentos de outras disciplinas a partir do princípio da significância e com a sobrevivência da especificidade do ponto de vista geográfico nos estudos de Geografia Sistemática. Essa posição subordinada também fica bastante evidente na preocupação de Ackerman com o amadorismo e com a falta de domínio em profundidade dos temas sistemáticos por parte de muitos geógrafos.

Além dessa dificuldade para a obtenção de autonomia em relação às outras disciplinas, podemos dizer que no período imediatamente posterior à publicação de *The Nature*, existiam demandas heterônomas, externas ao campo científico, incidindo fortemente sobre a Geografia. O artigo de Ackerman publicado em 1945 foi inteiramente motivado por sua experiência trabalhando como geógrafo no OSS. A Divisão de Pesquisa e Análise organizada dentro do OSS durante o período da II guerra, na qual Hartshorne ocupou um alto cargo administrativo no Comitê de Projetos e Ackerman trabalhou como geógrafo na produção de estudos

regionais atrelados às necessidades militares dos EUA⁷⁶, agregou muitos geógrafos universitários (BARNES, 2006). É importante notar que a insatisfação de Ackerman com a situação da formação dos geógrafos é gerada pelo de fato de que em sua avaliação, a disciplina falhou em produzir um conhecimento que fosse mais diretamente útil e aplicável para os interesses de guerra. O vigoroso debate teórico-metodológico que Ackerman enfrenta em seu artigo de 1945 é inteiramente determinado pela falta de êxito da disciplina no atendimento de uma demanda heterônoma⁷⁷.

Mesmo diante desse quadro adverso não acreditamos que a disciplina tenha deixado de obter um modesto grau de autonomia. Entendemos que a Geografia estadunidense atingiu, no período entre o fim dos anos 1930 (tendo como marco fundamental a publicação de *The Nature*) e início dos anos 1940, um nível de racionalização teórico-metodológica que lhe garantiu a existência de um debate propriamente acadêmico e um grau mínimo de autonomia. Dizemos “mínimo” porque nesse período a disciplina foi diretamente afetada por demandas extra-acadêmicas. O fortalecimento do debate teórico-metodológico proporcionado pela publicação da principal obra de Hartshorne em 1939 sem dúvida contribuiu para a consolidação da autonomia da disciplina nos EUA. Quando dizemos que a obra de Hartshorne fortaleceu a autonomia da disciplina, não estamos negando que a Geografia estadunidense continuou à mercê de demandas heterônomas (como fica evidente no caso da participação dos geógrafos no OSS) e de uma dependência em relação ao conhecimento das Ciências Sistemáticas. O robustecimento da racionalização epistemológica (e consequentemente da autonomia da disciplina) encarnado no esforço de Hartshorne ocorreu concomitantemente à manutenção da força das demandas extra-acadêmicas e da desconfortável posição da Geografia na divisão do trabalho intelectual interna ao campo científico.

No próximo item refletiremos sobre as reflexões de Hartshorne referentes à Geografia Regional presentes em suas duas principais obras teórico-metodológicas e logo em seguida versaremos um pouco sobre a relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina.

⁷⁶ Esses estudos eram chamados pela sigla JANIS (Joint Army and Navy Intelligence Studies) (BARNES, 2006, p. 159).

⁷⁷ Barnes (2006, pp. 162-163), acredita que a experiência dos geógrafos durante o período da II Guerra em seus trabalhos na Divisão de Pesquisa e Análise do OSS, contribuiu bastante para mudar a concepção da disciplina e para a introdução de novas práticas como a colaboração multidisciplinar, a pesquisa baseada em grupos e o uso de métodos matemáticos. Acreditamos que a desconfiança de Ackerman nos métodos regionais holísticos e sua defesa do aprofundamento das especializações sistemáticas entre os geógrafos confirmam essas tendências apontadas por Barnes.

2.2 - A Geografia Regional

Na Geografia Regional, o conhecimento do inter-relacionamento de fenômenos que constitui a diferenciação de áreas da superfície terrestre, que é o objetivo central da Geografia para Hartshorne, deve se particularizar, descrevendo e explicando como esse inter-relacionamento contribui para produzir configurações geográficas em áreas específicas do mundo.

Para estudar essas áreas específicas é necessário delimitar unidades de estudo, e o problema de dividir o mundo, ou qualquer parte dele, em subdivisões regionais para focar o trabalho é o problema mais difícil de organização na Geografia Regional. O método para prover tal organização representa, para o autor, uma espécie de passo intermediário entre a Geografia Sistemática e a Geografia Regional. Os critérios basilares de qualquer sistema de divisão e subdivisão das áreas do mundo devem ser pautados pela ocorrência diferencial de elementos individuais ou de complexos de elementos ao longo das áreas.

A edificação de um sistema de regiões específicas requer sempre a consideração de todos os elementos significantes para a composição da geografia de cada área em consideração. No entanto, o imperativo de olhar sempre para os elementos mais significantes para a constituição da geografia de uma área, esbarra no fato, reconhecido por Hartshorne, de que a determinação das divisões regionais em qualquer nível envolve um julgamento subjetivo para decidir quais elementos são mais e menos importantes para a organização espacial total de uma área, e mesmo para a determinação da similaridade ou dissimilaridade entre duas áreas diferentes (HARTSHORNE, 1939, p.466).

A tarefa de organizar o conhecimento de todas as formas inter-relacionadas de diferenciação de áreas em unidades individuais de área (as regiões) envolve, para o autor, dois passos essenciais. Primeiramente o estudo regional deve expressar, por análise e síntese, a integração de todos os elementos inter-relacionados em unidades individuais, para logo em seguida expressar a integração de todas essas unidades dentro de uma área maior dada. Com o objetivo de tornar essa operação intelectual possível, é necessário distorcer a realidade até o ponto de obter pequenas, porém, finitas áreas, que são concebidas como unidades dotadas de homogeneidade interna, que podem ser comparadas umas com as outras, e adicionadas conjuntamente em padrões de área de unidades maiores (HARTSHORNE, 1939, p.467).

Embora ressalte a importância da Geografia Regional, o autor identifica problemas em algumas abordagens para esse enfoque da disciplina. Hartshorne acredita que com a

renovação do interesse pela Geografia Regional na virada do século XIX para o século XX, o conceito das regiões entendidas como unidades definidas, concretas e até mesmo naturais reapareceu no discurso dos geógrafos⁷⁸. Para Hartshorne é difícil acreditar que essa ideia possa ser considerada um axioma científico e quando os geógrafos dizem que as regiões constituem objetos individuais da mesma maneira que as plantas ou os animais, afirmam algo difícil de acreditar. Embora a diferenciação de áreas do mundo seja “um fato ingenuamente dado” e o mesmo possa ser dito da paisagem como uma cena individual, certamente no caso das regiões isso não é verdade e dificilmente os geógrafos concordam a respeito do quanto da superfície terrestre pode ser incluído em uma região específica (HARTSHORNE, 1939, pp. 250-251).

Para o geógrafo, o fato de muitos estudiosos terem afirmado o conceito da região como uma unidade concreta (isto é, uma unidade a ser descoberta na realidade) não significa que a Geografia Regional deva permanecer ou cair em decorrência desse axioma. A Geografia Regional provou, em seu entendimento, ter resultados frutíferos antes que esse conceito fosse afirmado como um axioma fundamental. Embora os proponentes desse conceito tivessem a ambição cientificamente valorosa de estabelecer um sistema genérico de classificação das regiões como objetos, a realidade, afirma o autor, tem sido muito cruel ao não apresentar objetos individuais concretos e óbvios como os que se apresentam, por exemplo, para os astrônomos e para os zoólogos (HARTSHORNE, 1939, pp. 253-254).

Hartshorne acredita que o uso do termo “individual” na caracterização das regiões estudadas pelos geógrafos levou a uma confusão. Presumivelmente todos podem concordar, para o autor, que qualquer área, seja ela qualificada como uma região ou não, tem “individualidade”, no sentido de que possui uma combinação particular de elementos inter-relacionados que a faz diferente de qualquer outra área. Nesse sentido, quando Hettner fala, segundo Hartshorne, da individualidade de qualquer área ou ponto da Terra, apenas por um mal entendido, pode-se supor que esse reconhecimento da individualidade das áreas deve ser concebido no sentido adicional de um objeto definido e limitado ou de uma entidade (HARTSHORNE, 1939, p. 264).

Para o autor não foi possível sequer em um caso singular descobrir uma região que fosse uma entidade concreta evidente na realidade e o problema de estabelecer os limites de uma região geográfica qualquer não apresenta nenhuma esperança de resolução puramente objetiva. O máximo que é possível dizer é que qualquer unidade particular da superfície

⁷⁸ Dentre os geógrafos que teriam endossado tal conceito estariam Carl Ritter, Friedrich Ratzel, Otto Schlüter e Siegfried Passarge (HARTSHORNE, 1939, p. 262).

terrestre tem relações significativas com todas as unidades vizinhas e em certos aspectos pode estar mais estreitamente relacionada com um grupo particular de unidades do que com outros (HARTSHORNE, 1939, p. 275). Hartshorne diz que:

“As entidades regionais que nós construímos nessa base são, conseqüentemente, em um sentido amplo, construções mentais; elas são entidades apenas em nossos pensamentos, mesmo que as consideremos construções que fornecem algum tipo de base inteligente para organizar nosso conhecimento da realidade.” (HARTSHORNE, 1939, p. 275)⁷⁹

O autor defende veementemente a ideia de que não é possível definir seções da superfície terrestre concebendo-as como regiões que formam unidades na realidade e oferece, além das justificativas da confusão da realidade da diferenciação de áreas do mundo e da subjetividade na seleção dos elementos em integração que são usados para a delimitação das regiões, outro argumento para refutar essa posição. Hartshorne acredita que ao tentarmos interpretar os fenômenos de uma região apenas nos termos dos fatos dentro da região, o elemento da localização acaba sendo reduzido à consideração dos fatos internos à região, e perde-se a importância da localização relativa da região em referência a outras unidades⁸⁰. Qualquer tentativa de analisar uma situação concreta em tais termos revela uma falácia fundamental, pois as regiões não têm relações umas com as outras como unidades, apenas elementos particulares e complexos de elementos dentro das regiões é que se relacionam com elementos e complexos de elementos de outras regiões (HARTSHORNE, 1939, pp. 281-282).

Hartshorne defende que qualquer divisão regional do mundo que não leva em conta todos os elementos significativos que fazem parte das áreas não é um retrato verdadeiro da realidade, mas sim uma invenção arbitrária do estudioso, mais ou menos conveniente para o seu propósito, e justamente por essa razão, difere de estudioso para estudioso, dependendo de quais elementos aparecem para ele como mais significativos. Qualquer ciência preocupada com o estudo da realidade deve usar conceitos que envolvem sempre um grau de deformação da realidade, mesmo que leve. A necessidade de reduzir a incompreensível complexidade da realidade em sistemas compreensivos, não apenas desculpa, mas legitima o uso dessas deformações da realidade. Tudo que a ciência quer, para o autor, é que o cientista reconheça

⁷⁹ “The regional entities which we construct on this basis are therefore in the full sense mental constructions; they are entities only in our thoughts, even though we find them to be constructions that provide some sort of intelligent basis for organizing our knowledge of reality”

⁸⁰ É importante aqui ressaltar que quando Hartshorne usa o termo “unidade” para se referir às regiões no desenvolvimento de seus próprios argumentos, está entendendo tais “unidades” como construções mentais e não como entidades concretas a serem descobertas na realidade, tal como concebidas pelos autores que critica.

que seus conceitos são apenas aproximações da realidade e que envolvem alterações arbitrárias da mesma (HARTSHORNE, 1939, pp. 285-286).

O geógrafo também é bastante cético a respeito da ideia de que a superfície terrestre é um organismo, uma espécie de metáfora biológica, que não deve, de acordo com sua posição, ser usada no estudo das regiões. A insistência na ideia da importância das relações dos elementos de uma região com os elementos de outra, que previne o estudioso de considerar qualquer área como uma unidade fechada, é fundamental aqui. A ideia de organismo e sua inadequação para o estudo das regiões e da superfície terrestre são explicadas por Hartshorne a partir do exemplo banal do corpo humano⁸¹. Diferentemente de um organismo biológico, que se manifesta empiricamente como uma unidade concreta que funciona a partir de uma relação sistêmica entre partes (o sistema digestivo, o sistema nervoso, o sistema circulatório, etc.), as regiões construídas mentalmente pelos geógrafos são constituídas por complexos de elementos, que em muitos casos, mesmo sendo considerados como pertencentes a uma região, têm relações mais intensas com elementos de outras regiões do que com elementos dentro da própria região na qual estão inseridos. Essa refutação do uso da ideia de organismo na Geografia, em nosso entendimento, vai contra alguns autores do pensamento geográfico do final do século XIX e início do século XX que foram fortemente influenciados pelo darwinismo e pelo lamarckismo, dentre os quais estão figuras de peso como Friedrich Ratzel, Halford Mackinder e W. M. Davis⁸².

Com essa posição extremamente crítica à ideia de que as regiões são dados da realidade e de que a Geografia como um todo, assim como a Geografia Regional, devem se adequar ao estatuto de cientificidade das Ciências Naturais, Hartshorne mostra certo distanciamento do positivismo, postura filosófica que teve grande força na Geografia estadunidense até pelo menos o início dos anos 1970. A ênfase na subjetividade e na arbitrariedade dos fenômenos em integração nas áreas que são utilizados como base empírica para delimitar as regiões é outro ponto de ruptura com a noção positivista de que a realidade existe como um fenômeno exclusivamente externo à mente do pesquisador, que estando munido dos instrumentos conceituais mais adequados, deve explicá-la de forma puramente “objetiva”, sem deixar que sua subjetividade interfira. O racionalismo assumido pelo autor e sua indisposição com a ideia de enquadrar a Geografia nas definições mais rígidas do conceito de “ciência” são duas evidências claras de seu distanciamento do positivismo.

⁸¹ HARTSHORNE, 1939, pp. 286-287.

⁸² Sobre as influências do darwinismo e do lamarckismo nos trabalhos desses autores ver Livingstone (2008), especialmente o capítulo 6.

Hartshorne argumenta que a refutação da ideia de que as regiões são unidades concretas constitutivas da realidade de forma alguma deve ser usada para defender a posição de que uma ciência da Geografia Regional é uma impossibilidade. A Geografia como um todo e a Geografia Regional em específico existem e se for necessário que a “natureza” da disciplina seja modificada para a sua adequação às reivindicações mais duras das “ciências” (o autor se refere aqui às Ciências Naturais) é mais fácil que os geógrafos abandonem a busca dessa adequação do que mudem o que chama de “natureza essencial” da disciplina (HARTSHORNE, 1939, p.287).

O autor critica severamente a ideia de que as regiões são unidades concretas existentes na realidade ao mesmo tempo em que reafirma a importância da Geografia Regional. Assumindo que a tarefa da Geografia Regional é o entendimento das diferenças resultantes da ocorrência dos complexos de fenômenos nos variados lugares, deve-se buscar uma base para dividir o mundo em regiões, e mesmo que não seja possível descobrir regiões que existam como um dado da realidade, os geógrafos devem perseguir o método mais inteligente e útil para dividir o mundo (HARTSHORNE, 1939, p. 288). O geógrafo coloca grande ênfase na subjetividade envolvida no processo de construção das divisões regionais sem abrir mão da meta de buscar uma base racional para a divisão do mundo. Isso revela um problema em suas posições, que reconhecem a arbitrariedade das divisões regionais, ao mesmo tempo em que advogam a busca do método mais “inteligente” e “útil” para dividir o mundo em regiões, como se a escolha do método mais “inteligente” e “útil” não fosse também produto de uma inclinação subjetiva ligada aos interesses do pesquisador. Essa ambiguidade de Hartshorne espelha uma tensão entre sua postura racionalista e com certa inclinação subjetivista na discussão regional e a necessidade de manter a busca de uma base organizada de compreensão científica da realidade.

Para o autor, onde nós encontrarmos uma área de determinado tamanho que seja composta em parte considerável de áreas menores do mesmo tipo ou tipos, enquanto que as áreas adjacentes são diferentes a esse respeito, nós podemos compreender seu caráter estudando-a como um todo. Hartshorne recomenda esse procedimento de agregação de áreas dotadas de homogeneidade mínima para a construção de unidades espaciais maiores de estudo, mas alerta para o fato de que tais tipos de áreas não são claramente distintos na realidade nem totalmente unificados internamente e ressalta que os limites das regiões, e mesmo as próprias regiões, são essencialmente simplificações arbitrárias da complexidade do real que tentamos compreender (HARTSHORNE, 1939, p. 289). O geógrafo ainda sustenta

que o movimento inverso, de divisão de áreas maiores em áreas menores, também deve ser realizado, o que acaba contribuindo para uma espécie de verificação recíproca entre os dois procedimentos. A divisão de unidades espaciais de análise maiores em unidades menores e a agregação de áreas menores para a construção de unidades de análise maiores se complementam mutuamente (HARTSHORNE, 1939, p. 292).

Diante do reconhecimento da complexidade do problema da organização das divisões da superfície terrestre em unidades regionais de análise Hartshorne distingue entre dois sistemas lógicos de organização do conhecimento. No primeiro sistema as regiões específicas são reconhecidas tal como estão arranjadas na face da Terra, e busca-se considerar todos os fatores geográficos que têm significância para a organização de cada área particular. No segundo sistema busca-se classificar as áreas de acordo com o seu caráter tal como determinado por aspectos individuais. Essa segunda forma de classificação e de divisão regional deve ser baseada em um elemento específico ou em um determinado complexo de elementos (HARTSHORNE, 1939, pp. 362- 363).

Tal distinção elaborada por Hartshorne explicita a complementaridade entre um sistema de divisão regional fundamentado na ocorrência de determinados elementos ou complexos de elementos individuais e um sistema baseado na inter-relação do complexo total de elementos que constitui cada região específica. A indissociabilidade entre a Geografia Sistemática e a Geografia Regional fica evidente nessa posição do autor, pois a divisão de áreas baseada em elementos e complexos de elementos individuais (abordados pelos estudos sistemáticos) é tida como parte da Geografia Regional, assim como a Geografia Regional é concebida em estreita interdependência com essa forma de divisão, por apoiar-se nela para pensar a inter-relação total de elementos que constitui o caráter de cada região particular.

Quando Hartshorne fala em caráter total de uma região está defendendo a existência de uma meta puramente formal que oriente o trabalho de pesquisa, pois na realidade, do ponto de vista operacional, essa meta não tem chances de ser colocada em prática. O autor acredita que “(...) é impossível estudar o conjunto total de fenômenos significantes da geografia de uma área”⁸³; ao mesmo tempo em que afirma a busca da compreensão do inter-relacionamento total de fenômenos que constituem as regiões como tarefa central da disciplina, Hartshorne reconhece a impossibilidade de sua realização prática. As posições de que a complexidade da realidade nunca pode ser apreendida em sua totalidade e de que os pesquisadores devem escolher recortes mais ou menos arbitrários de segmentos de integração e complexos de

⁸³ HARTSHORNE, 1978, p. 128.

elementos presentes nas áreas são marcantes em seu pensamento. A racionalidade científica é sempre parcial em sua capacidade de elucidação da intrincada realidade geográfica das regiões.

A defesa da importância da Geografia Regional em Hartshorne é feita em bases muito diferentes da posição, tão criticada por Ackerman (1945), de que a Geografia Regional deve procurar explicar a unidade holística de determinadas porções da superfície terrestre que se distinguem de suas adjacências. Os estudos regionais ocupam um papel central em sua proposta epistemológica e embora o conhecimento dos temas sistemáticos seja central para o estudo de regiões específicas, a simples justaposição de estudos sistemáticos não cumpre a tarefa de explicar a realidade das regiões. O geógrafo afirma que:

“Devemos concordar que a soma de estudos tópicos completos e perfeitos, relativos a uma grande área, incluiria todos os fatos e relações implícitos no estudo regional da geografia dessa área. Entretanto, as relações abrangidas em cada parte da área teriam sido apresentadas sob a forma de fragmentos esparsos distribuídos através de diferentes capítulos. Continuará ainda a existir o problema, não resolvido por simples adição, qual seja, o de adquirir o conhecimento e a compreensão da integração global, na medida em que esta varia nas diferentes partes da área. É certo que a divisão regional, uma vez que não logra chegar à finalidade última de descrever todos os lugares dentro da área, não proporciona um quadro completo das variações espaciais dessa integração global. Entretanto, fornecerá uma série de descrições do caráter dessa resultante, cada uma das quais constituindo um quadro generalizado da situação real na região que se pretende descrever, dentro da qual a integração global varia menos que na área inteira.” (HARTSHORNE, 1978, p. 135)

Os estudos regionais têm a tarefa de possibilitar a compreensão das integrações dos elementos específicos estudados sistematicamente. A justaposição dos estudos sistemáticos, sem a amarração entre os diversos elementos, não supre a necessidade que deve ser preenchida por detalhados estudos regionais. A limitação da explicação em Geografia Regional também é salientada pelo autor neste trecho, pois toda descrição de uma região particular envolve certo grau de generalização a respeito dos elementos principais que mais contribuem para configurar sua organização espacial e nunca é suficiente para explicitar todas as variações espaciais que constituem sua situação. A racionalidade científica é uma aproximação parcial da realidade e não o reflexo fidedigno da situação da integração total da região.

Hartshorne entende que a finalidade do processo de divisão das áreas é a obtenção de seções de área de tal forma que dentro dos limites de cada seção de área qualificada como

uma “região”, os elementos do segmento de integração que for objeto de estudo demonstrem apresentar inter-relações quase constantes e o máximo grau de interconexões entre os lugares, ao passo que a descontinuidade nesses dois aspectos ocorrerá principalmente ao longo das linhas divisórias das diversas regiões. O desenvolvimento histórico do conceito de região surgiu, em seu entendimento, da necessidade de dividir em partes uma área maior, devendo cada uma dessas partes ser estudada em termos de integração máxima. O conceito de região pressupõe a ideia da homogeneidade interna de uma área e comumente o pesquisador é obrigado a aceitar certas áreas como unidades mesmo que existam heterogeneidades quanto ao seu caráter (HARTSHORNE, 1978, p. 138).

O autor sumariza o seu entendimento da definição de região ao afirmar que:

“Se procurarmos determinar o significado do termo ‘região’ como o empregam os geógrafos em estudos do tipo geralmente denominado ‘regional’, devemos, na maioria dos casos, pôr de lado qualquer definição introdutória e considerar empiricamente a natureza das áreas que os geógrafos definem por aquele termo. A partir desse fundamento, o máximo que se pode afirmar é que *uma ‘região’ é uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção*. A natureza da distinção é determinada pelo pesquisador que empregar o termo. Se não for explicitamente enunciada, deve ser inferida do contexto” (HARTSHORNE, 1978, p. 138).

A natureza da distinção de uma dada porção de área, que a individualiza em relação a outras áreas e a qualifica como uma “região” é uma escolha do pesquisador. Nessa definição concisa do termo, baseada em seu amplo conhecimento da história do pensamento geográfico, Hartshorne explicita novamente o racionalismo de sua postura filosófica e a importância da subjetividade do pesquisador no processo de produção do conhecimento. O geógrafo ressalta que qualquer divisão realista em regiões obriga o pesquisador a tomar decisões subjetivas ao pesar a importância dos diferentes fenômenos e abstrair características que fazem parte da realidade total das áreas (HARTSHORNE, 1978, p. 139).

Hartshorne ao discutir o intenso debate terminológico em torno da definição do termo “região” e dos tipos de regiões construídas também acaba distinguindo duas modalidades mais comuns do uso desse conceito: a *região formal* e a *região funcional*. A região formal é baseada na ocorrência contígua de um ou mais elementos sobre uma determinada área. A região funcional lida na maior parte dos casos com diferentes modalidades de aspectos inter-relacionados, como, por exemplo, a integração de vias de transporte e sistemas de comércio.

A unidade da área qualificada como uma região funcional é baseada nas conexões dinâmicas entre os fenômenos nos diferentes lugares, o que torna a região funcional não uma generalização descritiva do caráter de uma área, mas a expressão de uma teoria de relações de processos (HARTSHORNE, 1978, pp. 144-148).

O entendimento que pudemos extrair dessa tipificação oferecida por Hartshorne é que enquanto a divisão em regiões formais preocupa-se prioritariamente com a unidade interna das áreas pensada a partir de um ou mais elementos específicos, a divisão em regiões funcionais tem um foco nas integrações entre diferentes lugares e uma menor tendência a buscar contiguidades na ocorrência de certos fenômenos na superfície terrestre. A ênfase na dinâmica da conectividade entre os diferentes lugares que proporciona a coesão funcional de uma região é o traço marcante desse segundo tipo de uso do conceito. Essa distinção entre duas formas de uso do termo “região” também reflete as transformações que a realidade socioeconômica do capitalismo provocava na organização espacial das regiões nas décadas de meados do século XX, pois nesse período coexistem regiões dotadas de autossuficiência interna em sua reprodução socioeconômica e regiões fortemente determinadas por influências externas. A ascensão mundial da urbanização e a complexificação da dinâmica das redes urbanas também são tendências que contribuíram para que essa tensão conceitual se colocasse na Geografia.

Como é possível depreender de nossa exposição a respeito das reflexões específicas referentes tanto à Geografia Sistemática quanto à Geografia Regional, Hartshorne considerou que ambos os enfoques eram complementares, fundamentais e indissociáveis para a explicação da diferenciação de áreas do mundo. Da mesma maneira que a ciência como um todo requer as Ciências Sistemáticas que estudam tipos particulares de fenômenos e as disciplinas de integração que estudam as formas pelas quais esses fenômenos relacionados são encontrados na realidade, a Geografia necessita tanto dos métodos de estudo sistemáticos, como dos regionais para a compreensão de seu objeto de estudo (HARTSHORNE, 1939, p.468).

A Geografia Regional de um lado depende dos conceitos e princípios genéricos desenvolvidos na Geografia Sistemática para a interpretação satisfatória de suas descobertas, de outro, por comparar unidades de área que jamais são idênticas, e que apresentam apenas similaridades parciais, pode testar e corrigir os princípios genéricos desenvolvidos na

pesquisa sistemática (HARTSHORNE, 1939, p.467). A superfície terrestre é entendida como uma totalidade que só pode ser dividida arbitrariamente pela Geografia Regional em partes, que em qualquer nível de divisão são, para o autor, únicas no caráter total. A descoberta, análise e síntese do único, encarnada no estudo das regiões particulares, embora tenha na descrição de detalhes uma de suas importantes ferramentas, não deve, para Hartshorne, ser menosprezada. Contrariamente, ela representa uma função essencial da ciência. Conhecer e entender da forma mais completa possível o caráter do único deve ser uma preocupação central do geógrafo, e a única lei geral da Geografia, em seu entendimento, é que todas as áreas são únicas⁸⁴ (HARTSHORNE, 1939, p.468).

A Geografia Sistemática é essencial para o entendimento das diferenças de áreas em cada tipo de fenômeno e dos princípios governando a relação de um fenômeno específico com outros fenômenos. No entanto, os estudos sistemáticos isoladamente não podem fornecer uma compreensão das unidades de área individuais do mundo; para compreender o caráter completo de cada área é necessário examinar a totalidade dos elementos relacionados tal como são encontrados nas situações particulares (HARTSHORNE, 1939, p.468).

Hartshorne acredita que:

“O propósito último da Geografia, o estudo da diferenciação de áreas do mundo, é mais claramente expresso na Geografia Regional; apenas mantendo constantemente sua relação com a Geografia Regional é que a Geografia Sistemática pode servir ao propósito da Geografia e não desaparecer no meio de outras ciências. Por outro lado, a Geografia Regional em si mesma é estéril; sem a contínua fertilização com os conceitos e princípios genéricos da Geografia Sistemática, não poderia avançar para os graus mais elevados de precisão e certeza na interpretação de suas descobertas” (HARTSHORNE, 1939, p.468)⁸⁵

O geógrafo defende que o contraste expresso pelos termos “Geografia Sistemática” ou “Geografia Geral” quando colocados em paralelo à “Geografia Regional” não consiste na divisão da Geografia em duas metades. Igualmente não se trata, para o autor, de uma oposição entre dois métodos de investigação a serem empregados separadamente, cada um deles em determinadas pesquisas. Qualquer que seja a extensão da área estudada, nosso interesse deve

⁸⁴ O fato de Hartshorne enfatizar o caráter único das áreas estará no centro das críticas que Fred Schaefer endereçará a ele em seu artigo de 1953, como veremos no próximo capítulo.

⁸⁵ “The ultimate purpose of Geography, the study of areal differentiation of the world, is most clearly expressed in regional geography; only by constantly maintaining its relation to regional geography can systematic geography hold to the purpose of geography and not disappear into other sciences. On the other hand, regional geography in itself is sterile; without the continuous fertilization of generic concepts and principles from systematic geography, it could not advance to higher degrees of accuracy and certainty in interpretation of its findings”

se orientar para analisar uma integração de fenômenos extremamente complexa que varia conforme as áreas de maneira também altamente complexa. Logo, para decompor esta complexidade de maneira mais viável, Hartshorne sugere que qualquer pesquisa geográfica empregue dois métodos de análise em grau variável e alternadamente: análises de segmentos de integração (de fenômenos particulares escolhidos pelo pesquisador) e análises de seções de áreas (HARTSHORNE, 1978, p.152).

A centralidade conferida por Hartshorne à problemática da relação entre os enfoques sistemático e regional na Geografia não pode ser compreendida sem uma referência ao pano de fundo filosófico, que segundo Smith (1989), exerceu uma grande influência sobre as suas discussões teórico-metodológicas. No primeiro capítulo fizemos referência ao momento do capítulo dois de *The Nature* em que Hartshorne cita uma passagem de Immanuel Kant onde o filósofo distingue entre duas formas de classificação do conhecimento empírico; uma forma de classificação de acordo com as concepções, que distinguiria um sistema da natureza através de classes (classificação lógica), e outra de acordo com a ocorrência no espaço e no tempo dos fenômenos estudados (classificação física). A importância da relação entre os enfoques sistemático e regional para o debate teórico-metodológico conduzido por Hartshorne, e o reconhecimento da necessidade de pensar o papel da Geografia sempre na relação com o sistema das ciências (posição que herda em grande parte de Hettner), sinalizam a introjeção de uma posição filosófica ancorada indieramente na discussão epistemológica de Kant.

Smith (1989), analisando trechos da primeira parte de *A Crítica da Razão Pura* de Kant, oferece algumas reflexões sobre a discussão epistemológica deste último, que em seu entendimento seriam fundamentais para a compreensão da divisão do sistema de ciências do filósofo. Kant propôs que embora houvesse um mundo real constituído pelas “coisas-em-si” (a realidade efetiva), a transmutação deste mundo real em pensamento seria um processo bastante complexo. De um lado a “coisa-em-si” que constitui a realidade geraria em nós uma sensação, e de outro, a sensibilidade humana e a intuição criariam ordem indo além dessa sensação. A sensação e sua ordenação se combinariam no que Kant chamou de “fenômeno”; o fenômeno interviria entre a “coisa-em-si” e o discurso conceitual, e seria um produto de ambos (SMITH, 1989, p.96).

O autor também ressalta que essa reflexão de Kant foi uma tentativa de resgatar a unidade do sujeito e do objeto na discussão epistemológica e de evitar a armadilha da dualidade, contudo, na medida em que o filósofo restitui o componente teórico e intuitivo do

conhecimento, opondo-se ao empirismo, o conhecedor (e não aquilo que se conhece) torna-se o contribuidor principal do conhecimento. A preocupação de Kant é estabelecer um sistema lógico de crítica conceitual para o qual dá o nome de “idealismo transcendental”, que no entendimento de Smith, teve como consequência a reintrodução do dualismo entre sujeito e objeto, e entre conceito e realidade (SMITH, 1989, pp.96-97). Toda essa problemática epistemológica tem um grande impacto na maneira como Kant conceitua o espaço e o tempo. Para o filósofo, o espaço e o tempo não são simples categorias da experiência, mas sim formas *a priori* de intuição pura, propriedades constitutivas da mente, pré-dadas não na natureza externa, mas na habilidade humana básica de percepção do mundo (KANT *apud* SMITH, 1989, p.97).

Smith ressalta que a divisão lógica dos ramos do conhecimento proposta por Kant é uma derivação de sua crítica epistemológica. O filósofo propôs dois sistemas de classificação separados. Em um dos sistemas o conhecimento poderia ser classificado sistematicamente de acordo com as diferenças percebidas nos fenômenos (noção que possui, para Smith, um paralelo com a noção contemporânea de que diferentes disciplinas possuem diferentes objetos de estudo), no outro, dada a importância do espaço e do tempo como formas *a priori* de intuição, seria fundamental reconhecer a prioridade do conhecimento espacial e temporal do mundo como um todo (SMITH, 1989, p.97). A Geografia e a História deveriam, como consequência deste sistema de classificação, preocupar-se em descrever a realidade, respectivamente, de acordo com o espaço e o tempo.

Livingstone (2008, p. 114) sustenta que a concepção de Kant a respeito do papel que a Geografia deveria desempenhar no conhecimento humano em geral é extremamente importante de ser entendida. Kant acreditava que a Geografia forneceria um veículo para a unificação do conhecimento. Hartshorne argumenta que a ideia de *raum* (“área” ou “espaço” em português) é uma espécie de noção holística a partir da qual as descobertas dos mais variados ramos do conhecimento poderiam, para o filósofo, ser integradas conjuntamente como partes de um todo único (HARTSHORNE, 1939, p. 44). Essa noção forneceu um princípio organizador para agrupar a grande diversidade do mundo natural e levou Kant a ver a Geografia como uma disciplina que sintetiza as descobertas de outras ciências (LIVINGSTONE, 2008, p. 114).

Hartshorne em *The Nature* cita Kant apenas quando o filósofo fala de seu sistema de divisão das ciências e define a tarefa específica da Geografia. Apesar de fazer referência a esses dois aspectos das ideias de Kant, Hartshorne não fala em nenhum momento a respeito

das discussões propriamente epistemológicas do filósofo. A divisão do sistema de ciências e a definição do propósito da Geografia são temas inteiramente derivados da discussão epistemológica de Kant à qual o autor não faz referência. Smith (1989, p. 100) afirma que à época em que *The Nature* foi publicado, Hartshorne havia tomado um contato apenas secundário com a obra de Kant (o que corrobora a nossa observação de que os aspectos propriamente epistemológicos da filosofia kantiana estão ausentes da obra), e que sua familiaridade com a obra do filósofo era limitada às pontuais discussões referentes à Geografia⁸⁶.

Para Smith (1989, p.103), a posição de Hartshorne de que as regiões são apenas construções mentais do pesquisador, concomitantemente à ideia de que elas são necessárias para organizar o conhecimento da realidade espelha indiretamente a ideia kantiana do *hiato irracional*, que seria uma espécie de obstáculo colocado entre as “coisas-em-si” e a intuição mental do sujeito que se debruça sobre a realidade para tentar apreendê-la. Smith acredita que Hartshorne ao declarar a impossibilidade de que as regiões sejam parte da realidade efetiva alimentou uma espécie de relativismo anti-intelectual na Geografia Regional de meados do século XX e difundiu um “idealismo neokantiano”.

Haesbaert (2010)⁸⁷ afirma, em seu vasto exame da trajetória do debate regional na Geografia, que um dos traços marcantes da história desse problema teórico-metodológico na disciplina é justamente a existência tanto de abordagens que privilegiam o que o autor denomina de “campo epistemológico”, isto é, que concebem a região como um procedimento operacional ou um instrumento de análise proposto pelo pesquisador, como a existência de abordagens mais realistas, que veem a região como um “fato”, ou colocando de forma mais nuançada, como um processo efetivamente vivido e produzido pelos grupos e sujeitos sociais. Este autor propõe denominar essas duas perspectivas, de região como “fato”, evidência real e assim, passível de ser objetivamente reconhecida de um lado, e região como artifício, como uma espécie de instrumento ou constructo moldado pelo sujeito de outro (HAESBAERT, 2010, pp. 91-92).

⁸⁶ Em adição a essa influência do pensamento de Kant através de fontes secundárias, boa parte da inspiração filosófica subjacente à *The Nature* para Smith, provém da ressurgência neokantiana que atingiu sua apoteose nas primeiras décadas do século XX, e que chegou até Hartshorne principalmente através de Hettner. O geógrafo alemão sofreu influência do trabalho filosófico de Wilhelm Windelband e de Heinrich Rickert (que foram os principais membros da chamada Escola de Baden de filosofia neokantiana) e foi o principal responsável pela chegada de tais ideias no trabalho de Hartshorne (MAY *apud* SMITH, 1989, p. 101).

⁸⁷ HAESBAERT, R. *Regional-Global – Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

Esse geógrafo brasileiro interpreta de maneira bastante próxima a Smith a filiação filosófica que está implícita na formulação de Hartshorne de que as regiões são construções mentais do pesquisador, situando a postura do autor de *The Nature* na influência do idealismo kantiano. Esta corrente de posicionamento sobre a questão regional evidencia, para Haesbaert, uma leitura mais ampla e maleável da ideia de região, na qual ela pode adquirir o sentido genérico de recorte ou parcela de espaço cuja coerência ou unidade é dada apenas pelo critério do pesquisador. Hartshorne é, na classificação que Haesbaert propõe a respeito das diversas posições na história do debate regional, um dos expoentes máximos da posição “analítico-racionalista” que concebe a região como um artifício intelectual (HAESBAERT, 2010, p. 100-101).

Acreditamos que Hartshorne, ao chamar atenção para o papel da subjetividade do pesquisador na construção das divisões regionais, exerceu um importante papel ao demonstrar a impossibilidade de uma objetividade plena em qualquer trabalho geográfico, apresentando, em plena década de 1930, uma posição distinta das posições positivistas mais ortodoxas que acreditam na possibilidade de extirpar o papel do sujeito no processo de produção do conhecimento. Hartshorne é um defensor da racionalidade científica que não acredita em uma objetividade absoluta, defende a observação das regularidades da integração de elementos que compõem a organização espacial da superfície terrestre para a criação de princípios gerais, ao mesmo tempo em que reconhece o papel da subjetividade do pesquisador na organização do conhecimento e na elaboração de divisões regionais. Discordamos de Smith (1989) quando diz que a ideia de que as regiões são construções mentais é um “relativismo anti-intelectual”. O fato de admitir certa carga de arbitrariedade na produção do conhecimento geográfico não significa dar as costas à realidade, mas sim, reconhecer os limites que o conhecimento tem para a apreensão da diferenciação de áreas da superfície terrestre.

A ideia da região como uma construção mental ou como um artifício intelectual (para usar a expressão de Haesbaert) oferece grande maleabilidade para que o geógrafo construa divisões regionais a partir dos mais variados critérios. Essa posição representa uma tentativa de distanciamento do empirismo, tendência tão forte na Geografia de toda a primeira metade do século XX, e abriu, no caso de Hartshorne, caminho para a condução de uma extensa discussão teórico-metodológica em torno da ideia de região. A plasticidade escalar trazida pela concepção racionalista da região acabou oferecendo uma alternativa à ideia, defendida especialmente na Geografia francesa, de que as regiões devem ser necessariamente espaços

subnacionais que constituem totalidades holísticas que juntas formam a unidade do Estado Nacional.

A influência kantiana sobre a obra de Hartshorne é indireta. A afirmação mais prudente que podemos fazer a partir do que pudemos constatar em nossa leitura de *The Nature* é que a influência kantiana que marca sua obra vem muito em virtude de sua afinidade com as posições de Hettner, autor que viveu a atmosfera intelectual de retomada do kantismo que marcou a Alemanha no fim do século XIX e no início do século XX. As três evidências fortes dessa influência kantiana indireta são: a incorporação do sistema de ciências do filósofo (diretamente condicionada, em nosso entendimento, pela influência de Hettner sobre sua obra), a centralidade epistemológica do equacionamento do problema da relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina e a sua postura filosófica racionalista a respeito do problema teórico-metodológico em torno da região.

O problema central da incorporação das ideias de Kant a respeito do papel da Geografia como ciência que deve unificar todos os conhecimentos produzidos por outras disciplinas é exatamente o mesmo que apontamos no capítulo 1 quando discutimos o papel de Humboldt (que inclusive sofreu importante influência do idealismo kantiano) e Ritter na genealogia histórica construída por Hartshorne. Kant, assim como esses dois eruditos alemães canonizados como “fundadores” da Geografia moderna, não pensava a partir dos parâmetros da divisão do trabalho intelectual próprios ao século XX, e incorporar o holismo de sua concepção da Geografia em um contexto de enrijecimento da divisão do trabalho intelectual e necessidade de legitimação da comunidade dos geógrafos no campo científico estadunidense marcado pela crescente especialização, nos parece uma estratégia pouco adequada, pois a empreitada de Hartshorne em toda sua discussão teórico-metodológica é a racionalização de uma epistemologia disciplinar específica. Esta contradição entre a demanda de busca da especificidade disciplinar e a retenção de uma concepção holística da disciplina é um dos aspectos mais interessantes de sua obra.

Essa retenção do holismo é altamente seletiva, porque ao mesmo tempo em que o autor incorpora essa tendência de Kant⁸⁸, Humboldt e Ritter para construir sua definição da Geografia, ele descarta a ideia das regiões como unidades holísticas (tão criticada por Ackerman), incorporando uma dose de kantismo na discussão regional que se baseia na posição racionalista da região como uma construção mental. Em sua discussão referente aos

⁸⁸ Quando falamos nesse parágrafo de holismo em Kant estamos nos referindo exclusivamente à sua definição do papel da Geografia que é incorporada por Hartshorne. De maneira alguma estamos nos referindo ao conjunto de sua obra.

procedimentos e critérios utilizados para a operacionalização de divisões regionais, Hartshorne defende uma espécie de racionalidade analítica (distinta de sua postura holística) que visa decompor a complexidade dos fenômenos em integração que constituem a realidade das regiões em segmentos de integração mais simples e em complexos de elementos específicos. O autor de *The Nature* assume o kantismo na definição de Geografia que constrói e na filosofia do conhecimento que está implícita em sua concepção racionalista da região, ao mesmo tempo em que abandona esse holismo na discussão dos procedimentos operacionais para a edificação de divisões regionais. Esta segunda contradição em seu pensamento soma-se à contradição entre a definição holística da disciplina e a busca da especificidade disciplinar já apontada anteriormente.

A ênfase central na discussão sobre a questão da região que perpassa parcela significativa da reflexão de Hartshorne em suas duas grandes obras teórico-metodológicas decorre do fato de que o debate sobre a região no pensamento geográfico de toda primeira metade do século XX teve grande importância. A importância conferida a esse problema epistemológico ao longo da história da Geografia desse período relaciona-se fortemente à ideia de que a região, em sua síntese de diferentes aspectos que compõem uma dada porção particular da superfície terrestre, poderia especificar a característica disciplinar do olhar da Ciência Geográfica evitando com que a disciplina se confundisse com as Ciências Sistemáticas em uma situação de enrijecimento da divisão do trabalho intelectual.

Hartshorne rompe com a ideia de que a região é uma totalidade holística que sintetiza diferentes aspectos humanos e naturais de dada porção de área, porém, mantém o protagonismo das integrações de fenômenos em áreas (procedimento defendido em importantes reflexões da história da tradição geográfica) e do debate sobre o problema das divisões regionais, pensadas de uma maneira bastante distinta das versões mais empiristas baseadas na perspectiva holística. O descarte que o autor faz de certas posições fortes do debate regional confirma o diagnóstico de que sua obra envolve uma apropriação e um julgamento altamente seletivos da história do pensamento geográfico, e que o “caminho” para o qual o desenvolvimento do pensamento geográfico teria conduzido de acordo com o autor, na realidade é produto de uma posição pessoal e não de uma consideração “objetiva” do passado.

Após nossas apreciações referentes à Geografia Sistemática e à Geografia Regional iremos, no próximo item, refletir brevemente a respeito de alguns problemas epistemológicos à luz de três textos empíricos escritos por Hartshorne.

2.3 – As discussões epistemológicas de Hartshorne à luz de alguns trabalhos empíricos.

Neste item pretendemos refletir sucintamente sobre a relação entre a produção teórico-metodológica e produção empírica de Hartshorne para observarmos até que ponto existe continuidade ou ruptura entre essas duas produções. Para isso escolhemos três textos empíricos de Hartshorne. A escolha desses três textos empíricos em meio à vasta produção do autor ocorreu em virtude do fato de que dentre o conjunto de textos escritos por Hartshorne que levantamos em nossa pesquisa, esses três pareceram a nós os mais interessantes para discutir algumas questões teórico-metodológicas que fazem parte de nosso objeto de pesquisa. A ideia não é tomar os textos empíricos escolhidos nem a grande produção empírica de Hartshorne como objeto de estudo, mas sim olhar para esses textos à luz das questões epistemológicas colocadas por sua obra que foram discutidas até aqui.

O primeiro texto escolhido chama-se “The significance of Lake Transportation to the Grain Traffic of Chicago”⁸⁹. Este texto, publicado em 1926, trata da significância que o tráfego de grãos pelos lagos possuía no total do tráfego de grãos da cidade de Chicago (EUA) nas décadas de 1910 e 1920; tema que foi discutido também pelo geógrafo em sua tese de doutorado. Hartshorne tenta mostrar os variados fatores que contribuíram para que Chicago se consolidasse nas primeiras décadas do século XX como um grande centro de comércio e de circulação de grãos (especialmente o milho e a aveia) na América do Norte. Dentre esses fatores o autor aponta: a localização da cidade ao lado do Lago Michigan; a favorável projeção das rotas aquáticas para o centro de uma fértil região agrícola (porção oeste do “Corn Belt”, nos estados de Illinois, Iowa e no sul de Minnesota); sua proximidade em relação à região densamente povoada do nordeste do país (para onde uma parcela significativa da produção era escoada e outra parcela era embarcada através dos portos para a Europa) e a integração entre o transporte de grãos e as linhas férreas que serviam a cidade (HARTSHORNE, 1926, p. 274).

Esse texto chama atenção porque Hartshorne, ao explicar um fenômeno bastante específico de circulação de mercadorias no espaço geográfico, recorre a uma sofisticada integração entre tal fenômeno e uma série de outros fenômenos que são entendidos como fatores que contribuíram para o protagonismo de Chicago no tráfego de grãos na América do Norte. Hartshorne operacionaliza neste artigo de maneira muito evidente a ideia de que a

⁸⁹ HARTSHORNE, R. *The Significance of Lake Transportation to the Grain Traffic of Chicago*. *Economic Geography*, n. 2 (1926), pp. 274-291.

Geografia deve explicar o inter-relacionamento de fenômenos que contribui para configurar a diferenciação de áreas. Elegendo como objeto de estudo a significância do tráfego nos lagos para o total do transporte de grãos em Chicago, o autor amarra relações com uma série de outros fenômenos importantes que contribuem para a concentração das rotas de grãos na cidade e reflete sobre o caráter estratégico de sua localização. O geógrafo explica as relações de seu objeto de estudo com os fatores já elencados e lança mão de estatísticas econômicas e mapas de produção agrícola nos EUA interpretando-os de forma bastante detalhada.

Esse texto, que foi escrito antes da publicação de *The Nature*, já sinaliza a importância da explicação da inter-relação de fenômenos em áreas como uma das metas centrais da Geografia tal como concebida por Hartshorne. A escolha em estudar o tráfego dos grãos nos lagos de Chicago é baseada no uso da ideia de significância (palavra que está no título do artigo), que é tão importante em sua discussão sobre a Geografia Sistemática. O tráfego dos grãos nos lagos de Chicago é tido como significativo por articular a compreensão de uma série de outros fenômenos (como o uso das rotas aquáticas, do transporte ferroviário, a relação econômica entre Chicago e o Nordeste estadunidense). Nesse sentido, a ideia da significância, entendida como o papel que um elemento individual cumpre na organização do conjunto de elementos em integração que constitui a realidade de uma área, é usada, ao menos implicitamente, para escolher um fenômeno individual como o foco de um estudo em Geografia Sistemática (pois se trata de um estudo de Geografia Econômica) e para justificar sua relevância. Esse artigo também permite uma aproximação entre a explicação empírica das relações entre fenômenos e a reflexão metodológica sobre a importância do estudo dos complexos de elementos e dos segmentos de integração na Geografia, pois os elementos articulados ao tráfego de grãos são abordados a partir de sua ocorrência diferencial nas áreas de Chicago e de seu entorno.

Embora seja possível identificar nesse artigo alguns traços implícitos de problemas epistemológicos posteriormente tratados em 1939, é importante ressaltar seu forte teor empirista, e a ausência de emprego de conceitos gerais que possam dar maior alcance para a explicação do problema específico com o qual Hartshorne lida. Existe um contraste entre o empirismo deste estudo e a vigorosa abstração teórica expressa em suas duas grandes obras. Em nenhum momento do artigo analisado o autor faz uma ligação entre seu problema empírico específico de estudo e as discussões teórico-conceituais da Geografia.

O segundo artigo escolhido, publicado em 1935 e escrito em co-autoria com Samuel N. Dicken, chama-se “A Classification of the Agricultural Regions of Europe and North America on a Uniform Statistical Basis”⁹⁰. Neste estudo os autores buscam uma base empírica para comparar o que denominam de “regiões agrícolas” presentes na Europa e na América do Norte e ressaltam a importância que o estudo das associações entre culturas agrícolas e rebanhos de animais em contraste com a consideração isolada de produtos agrícolas individuais ganhou entre geógrafos e economistas (HARTSHORNE e DICKEN, 1935, p. 99).

Hartshorne e Dicken acreditam que a comparação entre as regiões agrícolas da América do Norte e da Europa é válida porque a agricultura praticada nos anos 1930 nos EUA e no Canadá era, no entendimento dos autores, essencialmente europeia no caráter, por existirem semelhanças no uso da terra para os cultivos e para a pastagem, no aproveitamento dos cultivos para o homem e para os animais domésticos, nos métodos de cultivo e nas paisagens rurais. Consequentemente, os autores defendem a busca de uma classificação de tipos de fazendas que seja aplicável para ambos os continentes, com o objetivo de delimitação de regiões agrícolas nos dois lados do Atlântico norte (HARTSHORNE e DICKEN, pp. 99-100).

São definidas seis categorias básicas⁹¹ de agricultura presentes tanto na América do Norte quanto na Europa que são ilustradas por gráficos mostrando as associações de produtos agrícolas e rebanhos de animais que predominam em cada uma e por dois mapas com as divisões regionais feitas com base em tal critério em ambos os continentes. O sistema de classificação de regiões agrícolas que resultou do estudo é tido pelos autores como um quadro de referência através do qual a maior parte das formas de uso agrícola nos dois continentes foi preenchida. Tal sistema tem, segundo Hartshorne e Dicken, grande valor para os estudos regionais comparados e a inclusão de regiões separadas em um mesmo tipo dentre os seis discriminados não precisa obscurecer as diferenças pelo fato de que qualquer um dos tipos pode ser subdividido (HARTSHORNE e DICKEN, 1935, p. 118).

Nesse artigo é possível apontar uma interessante articulação com alguns aspectos da discussão regional de Hartshorne, pois o critério utilizado para delimitar as regiões agrícolas é a ocorrência diferencial de um segmento de integração que envolve a articulação entre produtos agrícolas, rebanhos de animais e algumas condições naturais. Assim como no caso do primeiro artigo empírico analisado, a ideia da Geografia como disciplina que busca

⁹⁰ HARTSHORNE, R. e DICKEN, S. *A Classification of the Agricultural Regions of Europe and North America on a Uniform Statistical Basis*. Annals of the Association of American Geographers, n. 25, (1935), pp. 99-120.

⁹¹ Os tipos são os seguintes (1935, p. 119): I Mediterranean; II Corn-wheat-livestock; III Small-grains-livestock; IV Hay-pasture-livestock; V Extensive commercial grain; VI Commercial orchard e truck

explicar o inter-relacionamento de fenômenos que constitui o caráter variável da superfície terrestre é operacionalizada a partir de um estudo sistemático de Geografia Agrária que busca integrar alguns fenômenos estreitamente relacionados. Vale ainda destacar que a ideia de “tipo regional”, isto é, de certo perfil de elementos em integração que serve como parâmetro de categorização para mais de um caso empírico específico de região e proporciona a possibilidade de realização de estudos regionais comparados é posta em prática porque alguns tipos dentre os seis discriminados são usados para classificar tanto regiões da América do Norte quanto da Europa. Contudo, mesmo sendo possível notar esses traços da concepção de Geografia e das discussões teórico-metodológicas presentes nas duas maiores obras de Hartshorne, não existe nenhuma referência satisfatória a ideias próprias a um debate teórico-conceitual e o empirismo é bastante claro, o que coloca esse artigo em uma situação bastante próxima do artigo analisado anteriormente, quando o confrontamos com a discussão epistemológica empreendida pelo autor.

O terceiro artigo chama-se “Location as a Factor in Geography”⁹². Neste estudo Hartshorne discute a questão dos fatores que influenciavam a localização das indústrias manufatureiras nos EUA na década de 1920. A ideia de “localização ótima”, isto é, de uma localização que viabilize a existência de uma indústria em determinada área, é explicada a partir da análise dos custos de sua implantação. Tais custos de produção são divididos em custos diretos (matérias-primas, fontes de energia, água, mão de obra) e custos indiretos (construção, maquinário, ferramentas, administração e publicidade) (HARTSHORNE, 1927, pp. 92-93).

A questão da localização relativa de um determinado elemento que constitui a geografia de uma área (no caso a indústria manufatureira) pensada em relação a outros fatores emerge a partir da consideração do papel que os custos podem desempenhar. O que é mais interessante notar é que os custos não são elementos expressos fenomenicamente na composição das áreas como são os elementos que contribuíram para que Chicago se consolidasse como um centro importante do tráfego de grãos nos EUA. Hartshorne demonstra a consciência da necessidade de fazer referência a mecanismos econômicos abstratos (os custos) que estão para além dos elementos materiais nos quais os geógrafos normalmente se debruçam para explicar a organização espacial de uma área. A organização material de um padrão de localização industrial deve ser explicada, em muitos casos, por mecanismos que

⁹² HARTSHORNE, R. *Location as a Factor in Geography*. Annals of the Association of American Geographers, n. 17 (1927), pp. 92-99.

não são visíveis nos mapas. A explicação da inter-relação de fenômenos que constitui o caráter de uma área ganha o importante acréscimo da consideração de fatores que não são imediatamente visíveis, mas que exercem um papel determinante sobre a estruturação de sua geografia. Em certo sentido, esse texto abre caminho para que pensemos a questão da significância dos elementos imateriais para a organização espacial que caracteriza um lugar.

Esse texto repete o padrão observado nos dois anteriores, pois ele evidencia modestamente a operacionalização empírica de certos traços da proposta teórico-metodológica que seria defendida posteriormente em *The Nature* sem apresentar nenhuma amarração de suas ideias com um debate propriamente teórico-conceitual de maior alcance. Em nenhum dos três textos comentados encontramos racionalizações epistemológicas que transcendessem a especificidade dos casos estudados. Isso nos leva a defender a hipótese de que existe certa descontinuidade entre a magnitude do esforço teórico-metodológico efetuada em sua obra de 1939 e o acanhado empirismo desses três estudos. Uma das dificuldades para que as posições epistemológicas de Hartshorne fossem aplicadas com êxito no estudo de casos particulares parece residir nessa descontinuidade interna à sua própria obra. Escolhemos esses três textos porque acreditamos que eles atestam claramente essas descontinuidades ao mesmo tempo em que evidenciam timidamente a operação de algumas ideias que ganhariam formalização teórica em *The Nature*.

A lição importante que podemos extrair do sucinto cotejo que realizamos entre esses textos empíricos e as propostas epistemológicas de Hartshorne é que quando pensamos em sua obra não é prudente buscar coerência absoluta em sua evolução intelectual. As descontinuidades e as incoerências muitas vezes são consequência da multiplicidade de facetas que podemos extrair da importante obra de um autor clássico. A fragmentação e a falta de continuidade dos esforços que compõem uma obra não é necessariamente um demérito. A produção de saber imersa nas especificidades de uma trajetória intelectual tem nas descontinuidades e fragmentações uma característica constitutiva fundamental. Buscar a unidade e a coerência ao estudar um autor pode acabar simplificando as nuances que compõem a riqueza de seu esforço intelectual e dificultar a compreensão de sua originalidade.

O empirismo marcante dos três textos escritos nas décadas de 1920 e 1930 que escolhemos para compor nossa reflexão evidencia a situação de fragilidade epistemológica da disciplina no contexto imediatamente anterior à publicação de *The Nature*. O vácuo intelectual deixado pelo colapso da visão ambientalista da disciplina somado ao empirismo manifesto nos escritos de Hartshorne desse período fortalece a nossa hipótese de que sua obra

teórico-metodológica mais importante teve grande impacto por ter sido publicada em um contexto de recepção bastante favorável gerado justamente por essas adversidades que marcaram a condição da disciplina no campo intelectual estadunidense.

No próximo capítulo analisaremos duas críticas importantes feitas por Carl Sauer e Fred K. Schaefer às posições epistemológicas de Hartshorne e logo em seguida iremos refletir sobre suas posições referentes à questão da unidade da disciplina colocando-o em paralelo com algumas discussões mais atuais.

Capítulo 3 – Reflexões sobre duas críticas e considerações sobre o problema da unidade da Geografia

3.1 – O discurso presidencial de Sauer

Carl Sauer (1889-1975) é um dos principais autores do debate intelectual da Geografia estadunidense que escreveu seus trabalhos no mesmo período em que Hartshorne. Sauer, assim como Hartshorne, graduou-se na Universidade de Chicago, onde obteve seu doutorado em 1915 (LEIGHLY, 1976, p. 338)⁹³. Após a obtenção do doutorado, o autor lecionou na Universidade de Michigan entre os anos de 1915 e 1923. No ano de 1923 Sauer transferiu-se para a Universidade de Berkeley na Califórnia, fato decisivo para a consolidação da pesquisa geográfica desse departamento, que acabou abrigando, nas décadas seguintes, uma escola de pensamento distinta das que haviam sido produzidas até então na Geografia estadunidense (SPETH, 1981, p. 221)⁹⁴. Analisaremos aqui o discurso presidencial que Sauer proferiu em dezembro de 1940 no encontro anual da AAG, intitulado “Foreword to Historical Geography”⁹⁵. A opção pelo trabalho de Sauer deu-se pelo fato de que este autor encabeçou uma importante corrente de pensamento na Geografia estadunidense (conhecida como Escola de Berkeley) que defendia uma proposta de Geografia distinta das posições epistemológicas assumidas por Hartshorne em *The Nature*. A escolha pelo discurso presidencial de 1940 aconteceu porque ali há uma crítica direta ao trabalho de Hartshorne, e a exposição organizada de uma posição diferente a respeito dos rumos que a disciplina deve tomar.

Butzer (1989, p. 35)⁹⁶ afirma que entre as décadas de 1930 e 1960 a Geografia acadêmica nos EUA esteve polarizada entre duas tradições; a tradição californiana, encarnada na Geografia Cultural centrada na obra de Sauer, estabelecida na Universidade de Berkeley, e a tradição do meio-oeste e da costa leste situada nas universidades de Chicago (onde Hartshorne se doutorou), Wisconsin (onde Hartshorne passou a maior parte de sua carreira como professor), Clark e Michigan, que foi grandemente influenciada pelo impacto da publicação de *The Nature*. O discurso de Sauer, proferido no ano seguinte à publicação de *The*

⁹³ LEIGHLY, J. *Carl Ortwin Sauer (1899-1975)*. *Annals of the Association of American Geographers*, 1976, 66 (3), pp.337-48.

⁹⁴ SPETH, W. *Berkeley Geography, 1923-33*. In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp. 221-244.

⁹⁵ SAUER, C. *Foreword to Historical Geography*. *Annals of The Association of American Geographers*, vol. 31, No. 1 (Mar., 1941).

⁹⁶ No trecho do artigo citado Butzer faz referência aos trabalhos de Blouet (1981) e Porter, P. W. (1978, 1988).

Nature é sintomático de um contexto de concorrência pela definição do que a disciplina deve ser. Butzer (1989, p.36) acredita que com a publicação de “Foreword to Historical Geography” a divisão entre as duas tradições tornou-se completa. A luta entre os agentes no campo científico para fazer reconhecer uma maneira de conhecer (BOURDIEU, p. 89, 2008) parece evidenciar-se de maneira muito clara neste contexto de disputa. Realizaremos, de agora em diante, uma exposição e análise das críticas de Sauer a Hartshorne no referido discurso e faremos uma comparação entre as posições de ambos os autores a respeito de algumas questões.

Sauer inicia seu discurso afirmando querer elucidar a natureza da Geografia Histórica e alguns de seus problemas, assim como protestar contra o que vê como a negligência da Geografia Histórica nos EUA. Ele acredita que duas peculiaridades da tradição geográfica estadunidense são a falta de interesse em processos e sequências históricos (e inclusive a sua rejeição como parte do trabalho geográfico) e a disposição de deixar que as subdisciplinas da Geografia Física sejam absorvidas por outras disciplinas. *The Nature* é para Sauer uma ilustração dessas duas atitudes. Embora Hartshorne tenha se baseado amplamente em Hettner, o autor de *The Nature*, segundo Sauer, não levou em conta o fato de que as contribuições do geógrafo alemão para o conhecimento geográfico foram muito maiores na Geografia Física. Hartshorne também, no entendimento de Sauer, não seguiu a principal posição metodológica de Hettner, de que a Geografia em qualquer um dos seus ramos deveria ser uma ciência genética, preocupada com origens e processos. Hartshorne teria dado tolerância à Geografia Histórica apenas como um tema periférico na disciplina (SAUER, 1941, pp. 1-2).

Sauer acredita que o período do pensamento geográfico estadunidense que vai de 1922, ano em que Harlan Barrows proferiu seu discurso intitulado “Geography as Human Ecology”, até 1939, quando Hartshorne publica *The Nature*, será lembrado no futuro como o período da “Grande Retração”. Essa retração teria começado com a tentativa de separar completamente a Geografia da Geologia. A existência da Geografia acadêmica nos EUA decorreu em seu início, em grande parte do interesse dos geólogos. No entanto, com o objetivo de ganhar independência administrativa nas universidades, os geógrafos passaram a buscar interesses diferentes dos geólogos. Nesse processo, Sauer acredita que a Geografia estadunidense gradualmente deixou de ser uma parte das Ciências da Terra e muitos geógrafos renunciaram completamente a Geografia Física como um tema de pesquisa e ensino. Essa autonomização progressiva em relação à Geologia somou-se à tentativa de criar uma ciência das relações entre os homens e o ambiente. Tal empreitada trouxe dificuldades na

explicação de tais relações, que teriam levado, para Sauer, a uma restrição do escopo da Geografia, transformando a disciplina em uma descrição não-genética (isto é, sem referência à evolução temporal) do conteúdo humano das áreas da superfície terrestre (que algumas vezes foi chamada de “corografia”), com a esperança de que tais estudos fossem de alguma forma conduzir a disciplina para um conhecimento sistemático mais consolidado (SAUER, 1941, p.2).

Sauer argumenta que os geógrafos estadunidenses passaram as primeiras décadas do século XX tentando limitar claramente o objeto da disciplina e acreditaram que uma restrição de seu escopo significaria necessariamente um trabalho melhor. Em seu entendimento, os geógrafos falharam em tal tentativa de determinar o tipo de trabalho científico que deveria caracterizar a especificidade da disciplina (SAUER, 1941, pp. 2-3). Enquanto Hartshorne tenta situar a especificidade do ponto de vista disciplinar da Geografia, defendendo a importância de pensar a ocorrência de cada elemento específico que constitui a diferenciação de áreas de superfície terrestre sempre na relação com outros fenômenos significantes para tal diferenciação, Sauer demonstra certo pessimismo a respeito das tentativas de definir com muito rigor os limites da disciplina.

Para este último, o período da Geografia estadunidense entre as décadas de 1920 e 1940 não foi nada animador, pela tendência constante da comunidade geográfica em questionar não a competência, a originalidade, ou a importância das pesquisas que foram realizadas, mas a sua admissibilidade ou não de acordo com o seu enquadramento em definições estreitas da Geografia. Sauer diz que quando um tema de estudo é regido não pela curiosidade, mas pela definição de seus limites é provável que ele se extinga. O caminho intelectual que visa a definição clara desses limites leva à morte da aprendizagem. O autor acredita que uma ciência saudável está sempre engajada na descoberta, verificação, comparação e generalização, e que a importância de seu tema de estudo é determinada pela sua competência em realizar essas operações. Apenas quando os geógrafos passarem a comparar intensivamente suas descobertas e discutirem seus significados é que a Geografia acadêmica se recuperará, do que Sauer chama de “perniciosa anemia” dos geógrafos que ficam sempre questionando se “isso é geografia?”⁹⁷(SAUER, 1941, p.4).

O representante maior da tradição de Berkeley acredita que a Geografia acadêmica estadunidense no início dos anos 1940 é essencialmente produto do Meio-Oeste, que reflete largamente o pano de fundo sócio-histórico da realidade de sua região de origem, onde as

⁹⁷ “(...) pernicious anemia of the ‘but-is-this-geography’ state”

diferenças culturais desapareceram rapidamente no processo de consolidação de uma civilização comercial baseada na abundância de recursos naturais. O crescimento da Geografia estadunidense veio em um período em que parecia razoável acreditar que sob qualquer situação dada do ambiente natural haveria uma forma mais adequada de uso econômico ou mesmo de “resposta” dos homens a tais condições. Sauer defende que os geógrafos do meio-oeste ajudaram a difundir a ideia de que a Geografia e a História tratavam de diferentes temas, ao invés de concebê-las como diferentes abordagens para o problema central do crescimento e da mudança cultural (SAUER, 1941, pp.3-4).

Sauer acredita que a formação e o trabalho dos geógrafos devem estar embasados em três pontos essenciais. O primeiro destes pontos é o conhecimento da história da Geografia. O autor acredita que existe uma grande herança intelectual disponível para os geógrafos e cita os nomes de Humboldt, Ritter, Ratzel, além de Eduard Hahn, considerando este último um clássico esquecido, e talvez o estudioso mais importante da história do pensamento geográfico para a fundamentação de suas próprias posições (SAUER, 1941, p.5). Neste aspecto, Sauer, compartilha com Hartshorne o pressuposto de que é necessário conhecer detalhadamente a história da reflexão geográfica, ressaltando a importância do domínio dos autores clássicos como condição para um trabalho geográfico consequente.

O segundo ponto é a importância de manter sempre uma relação com as subdisciplinas da Geografia Física. Sauer acredita que um geógrafo pode ser um estudioso de fenômenos naturais sem se preocupar necessariamente com o homem, ao passo que um geógrafo interessado, por exemplo, nos estudos econômicos, teria uma competência limitada se não observasse os elementos naturais envolvidos no seu estudo dos aspectos humanos (SAUER, 1941, p. 5). Esta posição de Sauer é bastante curiosa, especialmente pelo fato de que sua obra ficou conhecida como uma das contribuições mais importantes para a fundação da Geografia Cultural. Hartshorne em nenhum momento dos escritos que foram analisados defende uma eliminação da Geografia Física (atitude condenada por Sauer), no entanto, em *Perspective on The Nature of Geography* afirma que “(...)quaisquer que sejam os aspectos da superfície da terra que o geógrafo analise, inevitavelmente há de meditar sobre eles em função de sua significância para o homem” (HARTSHORNE, 1978, p.48). O autor de *The Nature*, apesar de defender a unidade da disciplina e o estudo integrado dos fenômenos humanos e naturais que compõem a diferenciação de áreas da superfície terrestre, propõe a preservação de uma orientação antropocêntrica na Geografia.

O terceiro ponto sustentado por Sauer ressalta que a Geografia Humana deve se utilizar largamente do conhecimento produzido na Antropologia, qualificada pelo autor como “disciplina irmã” da Geografia. Sauer justifica essa afinidade eletiva com a Antropologia argumentando que Ratzel, um dos principais sistematizadores da Geografia Humana, teria elaborado estudos de difusão espacial das culturas (tema que se tornou muito comum entre os antropólogos), e que metodologicamente a Antropologia era a mais avançada das Ciências Sociais, tendo um de seus métodos mais bem desenvolvidos no estudo da distribuição geográfica (SAUER, 1941, pp. 5-6)⁹⁸.

O autor entendia que as formas da cultura material com as quais a Antropologia lida são idênticas às tratadas pela Geografia Humana, e que as observações dos antropólogos a respeito dos traços culturais, e a síntese de tais traços em complexos culturais ou áreas são, ou deveriam ser, inteiramente familiares para os geógrafos. Tais estudos das relações dos traços culturais com as áreas são considerados por Sauer como um modo bastante útil de realização de uma análise geográfica com finalidades genéticas que priorizem a reconstrução da evolução temporal da cultura material nas paisagens terrestres (SAUER, 1941, p.6).

No entendimento de Sauer a Geografia tem como tarefa fundamental explicar as qualidades diferenciadoras da superfície terrestre explicando a localização de qualquer fenômeno. A Geografia Humana deve se preocupar com o papel das instituições humanas, dos traços culturais individuais e dos complexos culturais analisando o seu impacto na composição da geografia das áreas⁹⁹. O autor entende que é necessário em Geografia Humana fazer uma útil restrição no estudo das culturas privilegiando os complexos culturais que se evidenciam materialmente na paisagem. A “paisagem cultural” deve ser o termo basilar do discurso geográfico¹⁰⁰ e o estudo de seus elementos (campos, pastagens, minas, estradas, a terra produtiva, e etc.) constitui o núcleo das preocupações da Geografia Humana (SAUER, 1941, pp.6-7).

Uma vez que a Geografia Humana seja concebida como o estudo da diferenciação de áreas das atividades humanas, inevitavelmente teríamos, no entendimento do autor, de nos voltar para o problema do que chama de “resposta ambiental”. Esta resposta é o

⁹⁸ Sobre a influência da Antropologia nos trabalhos de Sauer ver DUNCAN, J. *O supra-orgânico na Geografia Cultural Americana*. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Introdução à Geografia Cultural*. Rio De Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

⁹⁹ Sauer vê uma grande similaridade entre a sua abordagem do impacto das culturas na estruturação das áreas e os esforços dos geógrafos franceses para o estudo dos “gêneros de vida” (SAUER, 1941, p.7).

¹⁰⁰ HOLZER, W. *Nossos Clássicos – Carl Sauer (1889-1975)*. Revista Geographia, Ano. II, Nº4, 2000. Holzer argumenta que Sauer ofereceu uma visão integral da paisagem que individualizou a Geografia enquanto disciplina (HOLZER, 2000, p. 135).

comportamento de um dado grupo a um determinado ambiente que é inteiramente condicionada pelos hábitos adquiridos e/ou pela cultura do grupo. A “resposta ambiental” não é nada mais do que uma opção cultural específica referente ao habitat em um tempo particular. O geógrafo da Escola de Berkeley acredita que se pudéssemos redefinir a relação dos grupos humanos com o ambiente como uma relação entre habitat e hábito, ficaria claro que o habitat é revalorizado e reinterpretado com toda mudança no hábito (SAUER, 1941, p.7).

Sauer acredita que a tarefa maior da Geografia Humana é o estudo comparativo das culturas localizadas em áreas. As culturas são entendidas como atividades tornadas convencionais por um grupo humano que ocupa uma área. Cada traço cultural particular ou complexo cultural origina-se em um tempo e em uma localidade, e se difunde até que encontre resistência tanto de condições naturais, quanto de outros traços culturais. A difusão e retração espacial de traços e complexos culturais são temas centrais para a Geografia Humana (SAUER, 1941, p.8).

Quando o autor defende a centralidade do estudo das áreas culturais para a Geografia Humana também ressalta a importância da análise das origens e processos históricos que devem ser abordados para a compreensão da diferenciação espacial das culturas. A perspectiva genética é central em seu discurso. Para Sauer o conhecimento dos processos humanos sobre a face da terra só poderia ser obtido se as situações presentes acessíveis à observação fossem compreendidas como um ponto em movimento de uma ação humana que possui começo e fim (SAUER, 1941, p.9). O geógrafo discorda daqueles que consideram que a Geografia deve ser exclusivamente ou peculiarmente preocupada com o estudo apenas do presente, e diz que qualquer tópico em Geografia é importante, não pela razão de sua data, mas pela luz que pode trazer à explicação da natureza das origens e mudanças culturais (SAUER, 1941, pp.12-13).

Em alguns momentos do discurso de Sauer, os termos “Geografia Humana”, “Geografia Histórica” e “Geografia Cultural” se confundem. A similitude entre o uso dos termos “Geografia Humana” e “Geografia Cultural” decorre do fato de que todos os aspectos humanos que compõem as áreas da superfície terrestre são chamados por Sauer de “culturais”. Transportes, minas, habitações, campos agrícolas e etc., todos esses elementos da paisagem são considerados como preocupações de estudo centrais para a Geografia Cultural. Essa similitude entre os termos “Geografia Humana” e “Geografia Cultural” é aprofundada pelo

fato de Sauer acreditar que a Geografia deve sempre privilegiar o aspecto material, fenomênico, da manifestação das culturas humanas.

Após essa exposição de algumas posições de Sauer, empreenderemos algumas observações a respeito de semelhanças e diferenças entre as posições deste último e as de Hartshorne. Sauer compartilha com Hartshorne a ideia básica de que a Geografia deve explicar a diferenciação de áreas da superfície terrestre, porém, diferentemente do autor de *The Nature*, o geógrafo da Escola de Berkeley dá um destaque maior para a importância da temporalidade e reforça em seu discurso a ideia de que a Geografia deve ser uma disciplina genética, preocupada com a reconstituição temporal das marcas da cultura material na superfície terrestre. Hartshorne, em uma de suas posições de *The Nature* referentes à Geografia Sistemática (HARTSHORNE, 1939, p. 418), defende que a disciplina deve priorizar o estudo dos aspectos funcionais dos fenômenos (isto é, a relação de um fenômeno com outros fenômenos para compor a geografia de uma porção de área) em detrimento dos aspectos genéticos. Essa explicitação da ideia de relações funcionais que compõem as áreas tem uma relação direta com a preocupação de Hartshorne em definir a especificidade do ponto de vista corológico que deve caracterizar a Geografia.

Hartshorne acredita que o reconhecimento da importância da similaridade da Geografia e da História como ciências de integração não deveria provocar qualquer confusão a respeito de seus papéis distintos. Se cada uma delas pode ser pensada como um ponto de vista que cruza através das Ciências Sistemáticas, esses cruzamentos, em seu entendimento, estão em dimensões diferentes no caso de cada uma das disciplinas (HARTSHORNE, 1939, p. 175). O autor critica a conhecida tese de Sauer de que a Geografia deve estudar a evolução das paisagens culturais a partir de seu desenvolvimento temporal decorrente da transformação da paisagem natural original. Essa tese de Sauer teria como consequência, para o autor, que o estudo de qualquer região deveria iniciar por uma completa reconstituição de sua geografia prévia cronologicamente organizada. Hartshorne acredita que se o estudo da geografia presente de qualquer região demandar a realização um recuo histórico tão grande tal como proposto por Sauer, os geógrafos terão que produzir trabalhos para os quais poucos estão tecnicamente preparados e que dificilmente distinguirão o trabalho realizado em Geografia do trabalho de outras disciplinas (HARTSHORNE, 1939, pp. 177-178).

Em *Perspective on The Nature of Geography* o geógrafo argumenta que em muitos casos, a reconstrução histórica da evolução temporal dos fenômenos é necessária em Geografia. No entanto, o propósito de tais mergulhos no passado não deve ser o delineamento

de desenvolvimentos ou a busca de origens, mas sim a facilitação da compreensão do presente (HARTSHORNE 1978, pp. 113-114). O autor reconhece a importância da temporalidade em Geografia, mas, subordina essa preocupação à análise da situação presente das áreas. Diferentemente de Hartshorne, Sauer discorda da ideia de que a Geografia deve se preocupar exclusivamente ou particularmente com os aspectos do presente, e defende que qualquer predileção para considerar o presente como intrinsecamente mais importante não leva em conta a meta da Geografia como uma ciência genética (SAUER, 1941, pp. 12-13). Hartshorne ao longo de *The Nature* ressaltou constantemente o papel da Geografia enquanto uma Ciência Corológica, logo, as diferenças entre a sua posição e a de Sauer a respeito do papel da temporalidade na Geografia refletem também atitudes distintas em relação à preocupação com a especificidade do ponto de vista disciplinar. Hartshorne tende a defender uma posição mais estanque que visa demarcar claramente a diferença entre os pontos de vista corológico e histórico, enquanto Sauer centra sua exposição na importância do caráter genético da disciplina. Hartshorne, de um lado, é excessivamente corporativista na demarcação da especificidade epistemológica da disciplina e Sauer, de outro, defende mergulhos temporais que tornam o trabalho geográfico dependente de reconstituições genéticas bastante difíceis de serem realizadas satisfatoriamente pelo geógrafo.

Tanto Sauer quanto Hartshorne (especialmente em sua discussão sobre a Geografia Sistemática) acreditam que o conhecimento produzido em outras disciplinas é fundamental para a elaboração do conhecimento geográfico. No entanto, entendemos que a disposição para uma incorporação do conhecimento de outras disciplinas é mais intensa em Sauer do que em Hartshorne. Sauer diz que a Geografia e a História são duas abordagens diferentes para o mesmo problema que é o problema da mudança cultural, e elege o conhecimento desenvolvido na Antropologia como fundamental para o trabalho intelectual em Geografia Humana. Hartshorne tem uma preocupação bastante intensa com a especificidade do ponto de vista geográfico, e em sua discussão sobre a Geografia Sistemática, resalta tanto a importância de os geógrafos dominarem os conhecimentos das disciplinas sistemáticas mais próximas de seus temas de estudo, quanto de internalizarem estes conhecimentos sempre a partir de um ponto de vista geográfico, que se preocupa com a relação do fenômeno sistematicamente estudado com outros fenômenos significantes para a constituição da organização espacial da área estudada. O autor de *The Nature* preocupa-se com o risco da perda do ponto de vista geográfico nos estudos de Geografia Sistemática.

Essa preocupação de Hartshorne com a especificidade do ponto de vista geográfico, que interpretamos como uma defesa corporativa da irredutibilidade do ponto de vista disciplinar¹⁰¹, que aceita um regime de trocas interdisciplinares controladas¹⁰², contrasta com a atitude de Sauer, que acredita que a inquietação dos geógrafos em determinar se seus trabalhos são ou não geográficos, teria levado a comunidade geográfica estadunidense a um estado de “perniciosa anemia” (SAUER, 1941, p. 4). Hartshorne, em 1948, publicou um artigo, intitulado “On the Mores of Methodological Discussion in American Geography”¹⁰³, oferecendo algumas considerações sobre o papel que, em sua leitura, as discussões metodológicas deveriam ter comunidade geográfica estadunidense. Mesmo que o autor não tenha feito nenhuma referência direta às críticas que Sauer fez em seu discurso de 1940, ao que tudo indica, algumas posições expressas nesse artigo são uma resposta bastante direta às críticas que Sauer fez às tentativas de delimitação precisa do escopo da Geografia e ao enquadramento dos trabalhos empíricos em definições pré-estabelecidas da disciplina.

Hartshorne, em seu artigo de 1948, se propõe a discutir qual papel deve ter a discussão metodológica na comunidade geográfica. O autor defende a importância do debate metodológico e sustenta que todo geógrafo deve encontrar uma resposta para questões como “O que é a Geografia?”, “Qual seu propósito?”, e “Como deveria ser estudada?”. Para Hartshorne é preciso combater o derrotismo intelectual que postula que toda discussão metodológica necessariamente produz apenas argumentos (HARTSHORNE, 1948, pp. 114-115). Nesse texto o geógrafo tenta se esquivar tanto da postura normativa que marca o seu esforço de definição de uma “natureza essencial” da disciplina encarnado em *The Nature* quanto das críticas de Sauer. Hartshorne afirma que:

“A mais conhecida de todas as nossas regras não escritas é ao mesmo tempo a menos entendida. Ela é: enquanto é desejável e importante buscar uma resposta para a questão ‘O que é Geografia?’, não é desejável, se não repreensível, aplicar a resposta obtida a qualquer estudo feito por um geógrafo – levantar a questão ‘É Geografia?’ ” (HARTSHORNE, 1948, p. 118)¹⁰⁴

¹⁰¹ Incorporamos a análise de Bourdieu (2008, p. 75) sobre o que constitui uma disciplina científica.

¹⁰² Essa análise está relacionada à discussão de Lepetit (2001) sobre a interdisciplinaridade.

¹⁰³ HARTSHORNE, R. *On the Mores of Methodological Discussion in American Geography*, Annals of The Association of American Geographers, n. 38 (1948), pp.113-125.

¹⁰⁴ “The best known of all our unwritten rules is at the same time the least understood. This is: that while it may be desirable and important to seek an answer to the question, ‘What is Geography?’, it is undesirable if not reprehensible to apply the answer arrived at to specific study by a geographer – to raise the question “Is it geography?” ”.

O autor quer reafirmar a legitimidade do debate sobre a questão do que é a Geografia sem arcar com o ônus de que esse debate seja usado para o enquadramento dos trabalhos empíricos, sendo que em *The Nature* são usados exemplos de trabalhos empíricos de Sauer para discutir essas questões. Hartshorne acredita que um julgamento classificando a relação de uma pesquisa particular com certa concepção teórico-metodológica da disciplina não constitui uma crítica de tal pesquisa e não reflete o seu valor; é meramente uma classificação sem julgamento de valor. Para o geógrafo, quando um trabalho empírico é apresentado para apreciação, a preocupação deve ser com o trabalho em si mesmo, com seu rigor, solidez e significado para a aprendizagem (HARTSHORNE, 1948, p. 119). Essa argumentação é uma clara resposta às críticas de Sauer referentes ao estado de “perniciosa anemia” (para usar a expressão do autor) que teria sido desencadeado pela busca obsessiva de uma delimitação do escopo da disciplina. Hartshorne quer preservar sua autoridade científica baseada na formulação de uma definição do papel da disciplina sem arcar com o custo inevitável que ela acarreta. A racionalização de uma definição é um expediente de poder que inevitavelmente provoca o enquadramento das heterogêneas práticas de pesquisa abrigadas no rótulo “Geografia” dentro de um núcleo epistemológico central¹⁰⁵.

Hartshorne ainda nega a ideia de que ao estudar a questão “O que é a Geografia?”, seja possível produzir uma espécie de “fórmula” para determinar se trabalhos específicos realizados por geógrafos são ou não admissíveis na disciplina (HARTSHORNE, 1948, p. 120). De um lado, essas alegações revelam um recuo em relação ao dispositivo de legitimação utilizado em *The Nature*, que estava amplamente baseado na cristalização de um núcleo definicional para ditar o caminho que a Geografia deveria seguir, de outro, o autor quer defender a importância da continuidade da discussão sobre a definição e o escopo da disciplina se esquivando das disposições levemente autoritárias que caracterizam a forma com que conduziu sua estratégia de definição do papel da disciplina em sua obra de 1939. A crítica feita por Sauer levou Hartshorne a reconsiderar a função que as discussões teórico-metodológicas devem ter na comunidade disciplinar. Quando comparamos a retórica de Hartshorne em seu artigo de 1948 com sua retórica do início de *The Nature*, em que fala na necessidade de que os geógrafos se mantenham no “caminho apropriado” para o qual o desenvolvimento do pensamento geográfico supostamente teria conduzido, observamos um grande contraste.

¹⁰⁵ Nos baseamos aqui no texto de Bailey (1992).

O último aspecto contrastante entre as posições de Hartshorne e Sauer que gostaríamos de abordar refere-se à diferença entre os dois autores a respeito do conceito basilar que deve estruturar o discurso geográfico. Como vimos ao longo de nossa exposição das reflexões de Hartshorne em *The Nature*, o conceito de região e a problemática da busca de critérios de divisão da superfície terrestre adquirem uma grande centralidade para a Geografia de acordo com suas posições. Sauer em seu discurso presidencial argumenta que o trabalho intelectual em Geografia Humana deve estar centrado no complexo da cultura material que está evidenciado no que chama de “paisagem cultural”. Enquanto Hartshorne prioriza a discussão mais abstrata dos complexos de integração dos elementos nas áreas, e da busca, a partir da interpretação da ocorrência espacial de tais complexos, de critérios de divisão regional, Sauer centra a Geografia no aspecto visível da cultura expresso materialmente na paisagem.

Em seu importante e influente artigo de 1925, intitulado “The Mophology of Landscape”¹⁰⁶, publicado uma década e meia antes de seu discurso presidencial, Sauer assume o princípio corológico de forma semelhante à Hartshorne, mas defende, diferentemente do autor de *The Nature*, que a paisagem é a seção da realidade que cabe à Geografia explicar (SAUER, 1998, p.17). Enquanto Hartshorne dá operacionalidade ao princípio corológico através da defesa da região como um artifício intelectual construído pelo pesquisador a partir da observação das relações entre fenômenos em áreas, Sauer acredita que a paisagem é a “(...)base da realidade significativa da relação corológica” (SAUER, 1998, p. 17). Hartshorne vê uma série de problemas na centralidade conferida por Sauer ao conceito de paisagem na disciplina. O autor de *The Nature* critica o fisicalismo dos estudos que se restringem apenas aos aspectos visíveis da paisagem, afirmando que os elementos da paisagem cultural, produzidos a partir da transformação da paisagem natural, são decorrentes de forças dirigidas pelo arbítrio humano que não necessariamente, em sua leitura, fazem parte da paisagem (HARTSHORNE, 1939, p. 181).

Hartshorne em *The Nature* dedicou um capítulo inteiro à discussão de como a tradução do termo alemão “Landschaft” (que pode significar tanto “paisagem” como “região”) para o inglês como “landscape” (que significa apenas “paisagem”) trouxe uma série de problemas pela não preservação de seu sentido original. O autor considera problemático que a introdução desse termo alemão (traduzido como “landscape”) nos EUA tenha sido feita sem nenhuma consideração de seus múltiplos significados e argumenta que isso provocou uma confusão desnecessária na linguagem usada pelos geógrafos. A palavra alemã “Landschaft” foi

¹⁰⁶ SAUER, C. *A Morfologia da Paisagem*. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro, Eduerj, 1998, pp. 12-74.

longamente usada no discurso corrente tanto para designar uma aparição da superfície terrestre tal como nós a percebemos como uma porção de terra restrita. Tanto o que comumente os geógrafos entendem por “paisagem” quanto o que concebem por “região” era abarcado pelo uso desse abrangente termo alemão. Além desses dois usos principais do termo, existem, de acordo com o autor, gradações entre eles de acordo com o geógrafo que o utiliza. Essa falta de clareza e de especificação é vista como um obstáculo para o uso científico do termo (HARTSHORNE, 1939, pp.149-151).

Sauer em *The Morphology of Landscape* teria, para Hartshorne, protagonizado um dos episódios de introdução dessa confusão terminológica nos EUA. Esse trabalho de Sauer, de acordo com o autor, não distingue nenhuma diferença entre os termos “landscape” e “area” e os utiliza de forma intercambiável em alguns momentos (HARTSHORNE, 1939, p. 155). A utilização intercambiável do termo no artigo de Sauer é muito evidente. Em um dos trechos desse artigo no qual Sauer define a tarefa da Geografia essa indistinção fica clara, quando alega que “(...) a área ou paisagem é o campo da geografia, porque é uma importante seção da realidade ingenuamente perceptível e não uma ideia sofisticada” (SAUER, 1998, p. 15).

Para Hartshorne, os requisitos de raciocínio lógico em qualquer ciência demandam que os termos básicos utilizados na discussão metodológica sejam precisamente definidos e presumir que o leitor saberá do que se trata quando se utiliza o termo “landscape” é presumir o impossível. A utilização desse termo demanda um grau aproximado de padronização de seu significado que elimine a confusão ocasionada pelos seus diferentes usos (HARTSHORNE, 1939, p. 158). O autor sustenta que os geógrafos, ao usarem o termo “landscape”, expressam algo sobre determinada área que difere da área em si mesma; o termo “landscape” não pode ser utilizado de forma intercambiável com o termo “area”. A Geografia estuda as áreas do mundo, e a paisagem de uma área é apenas um de seus aspectos que inclui somente alguns e não todos os elementos estudados pela disciplina. A paisagem é vista como um fenômeno superficial e uma disciplina científica concentrada unicamente em seu estudo também estaria condenada à superficialidade de acordo com Hartshorne (HARTSHORNE, 1939, pp. 165-166).

O geógrafo acredita que é um grande erro partir de uma definição para o termo “landscape” e dessa definição depreender uma definição do que a Geografia estuda. A discussão do que a Geografia estuda e a discussão do conceito de paisagem são duas discussões absolutamente distintas em seu entendimento (HARTSHORNE, 1939, p. 166). Com essa posição Hartshorne está criticando diretamente o caminho trilhado por Sauer ao

definir o papel da Geografia em seu artigo de 1925. O contexto de disputa deflagrado pelo discurso presidencial de Sauer em 1940 tem como motivação fundamental essas críticas feitas em *The Nature*. Hartshorne tem certo apelo cientificista pela precisão conceitual enquanto Sauer aceita a elasticidade do termo “landscape”. A resistência de Hartshorne à centralidade do uso do conceito de paisagem na disciplina também está relacionada à sua postura racionalista de dar grande importância para a abstrata discussão dos complexos de elementos em integração nas áreas em detrimento do enfoque fisicalista do aspecto visível da paisagem. O autor de *The Nature* resiste à ideia de que a disciplina deve se restringir apenas ao estudo dos aspectos visíveis que se manifestam na superfície terrestre.

Embora Sauer tivesse certa postura marcada pelo empirismo fisicalista, a transformação humana na paisagem era vista pelo geógrafo da Escola de Berkeley como evidência material de elementos imateriais da cultura. Sauer teve grande contato com a concepção antropológica do termo “cultura” em virtude de sua proximidade com Alfred Kroeber e Robert Lowie na Universidade de Berkeley a partir dos anos 1920¹⁰⁷. Hartshorne é resistente às ideias de Sauer porque seu racionalismo kantiano tende a ver no uso do conceito de paisagem uma espécie de tendência à superficialidade e à trivialidade no trabalho geográfico. A centralidade do conceito de região e da reflexão sobre os problemas metodológicos envolvidos na prática da divisão de áreas que marca grande parte do conteúdo de *The Nature* representa um distanciamento da tradição do pensamento geográfico que dá ênfase para a paisagem, o que serve como mais uma evidência para confirmar que a realização de Hartshorne em sua maior obra não foi uma reconstituição objetiva dos caminhos pelos quais o desenvolvimento histórico do saber geográfico teria conduzido, mas sim uma apropriação seletiva do passado do pensamento geográfico para adequá-lo às suas posições epistemológicas pessoais¹⁰⁸.

A disputa entre Hartshorne e Sauer é fruto de uma luta pela definição do que a disciplina deve ser. Controlar uma definição é uma forma de controlar poder¹⁰⁹ e tentar influenciar os rumos que uma comunidade disciplinar deve tomar. Tanto Sauer em seu artigo

¹⁰⁷ LEIGHLY, 1967, pp. 339-340.

¹⁰⁸ A divergência de posições entre Hartshorne e Sauer teve papel importante como incitação para a publicação de *The Nature*, pois o artigo escrito por John Leighly em 1937, então colega de Sauer na Universidade de Berkeley, intitulado “Some Comments on Contemporary Geographic Method”, expressa um posicionamento epistemológico bastante próximo às ideias de Sauer. Esse texto contém críticas diretas ao método de descrição regional até então praticado pelos geógrafos e utiliza-se de termos centrais do vocabulário de Sauer como é o caso da ideia de “paisagem cultural”. As divergências de Hartshorne em relação às posições de forte teor saueriano desse artigo contribuíram para que Derwent Whittlesey, então editor dos *Annals* da AAG, sugerisse a Hartshorne a publicação de um escrito com suas posições teórico-metodológicas (MARTIN, 1989, p. 69).

¹⁰⁹ Tal como argumentado por Livingstone (2008, p. 304).

de 1925 e em seu discurso presidencial de 1940 como Hartshorne em sua obra de 1939 estão realizando investimentos com vistas a cristalizar certa concepção da fluida identidade da Geografia. A existência de um conjunto de práticas bastante variadas abrigadas sob o nome da disciplina, seu escopo excessivamente abrangente e a crise ensejada pelo colapso da posição ambientalista da primeira geração de geógrafos acadêmicos estadunidenses após os anos 1920, criaram circunstâncias objetivas a partir das quais as disposições subjetivas de ambos os autores para ambicionar fixar a identidade disciplinar se constituíram¹¹⁰.

O capital científico obtido por Hartshorne em virtude do grande impacto que *The Nature* teve na comunidade geográfica estadunidense foi um importante catalisador para que no ano seguinte à publicação da obra, em 1940, Sauer fizesse seu discurso presidencial na AAG¹¹¹ criticando severamente as tentativas de delimitação do escopo disciplinar e qualificando o período dos anos 1920 e 1930, como o período da “Grande Retração”. Não deixa de chamar atenção que Sauer critica a preocupação dos geógrafos em definir claramente o escopo da disciplina, enquanto seu texto de 1925 e seu discurso presidencial de 1940 (no qual essa crítica é feita) representam tentativas bastante claras de definir um papel para a Geografia (mesmo que no caso do discurso de 1940 o geógrafo da Escola de Berkeley tenha assumido uma postura bastante crítica à ideia de que é necessário encontrar limites claros que distingam a Geografia de outras disciplinas). Sauer pratica justamente o que está criticando, pois esses dois textos são duas das mais elaboradas tentativas de definição do papel da Geografia escritas na primeira metade do século XX.

Sauer ao refutar a leitura que Hartshorne faz dos escritos de Hettner e propor a centralidade da perspectiva genética (amparada em sua posição pessoal sobre a obra de Hettner), está colocando em xeque a autoridade de Hartshorne como intérprete legítimo da tradição alemã nos EUA. O geógrafo da Escola de Berkeley possuía um grande domínio da dos escritos dos geógrafos alemães, fato que fica muito claro pelas citações feitas em *The Morphology of Landscape*. Hartshorne e Sauer disputam a criação de uma representação da tradição geográfica alemã que possa conferir legitimidade a seus respectivos esforços de formalização epistemológica dentro dos EUA. Hartshorne centra sua representação do desenvolvimento histórico da tradição geográfica alemã na afirmação do princípio corológico e em sua operacionalização a partir da problemática das divisões regionais, Sauer assume esse

¹¹⁰ A ênfase na relação entre as estruturas objetivas que constituem o sistema de relações sociais próprio ao campo científico e a formação das disposições subjetivas dos agentes individuais é um dos pressupostos centrais da Sociologia da Ciência de Pierre Bourdieu. Essa análise é inspirada em tais pressupostos.

¹¹¹ Assim como Sauer que foi presidente da AAG nos anos de 1940 e 1941, Hartshorne ocupou a presidência da instituição entre 1949 e 1950.

mesmo princípio, no entanto, vê a paisagem como o conceito que possibilita sua operacionalização.

Hartshorne e Sauer diferem claramente na atitude em relação à busca de uma terminologia conceitual para a disciplina. Consideramos criticável tanto a propensão cientificista de Hartshorne para a busca de um vocabulário “técnico” para a disciplina quanto a falta de preocupação de Sauer com a precisão conceitual, ao considerar, em virtude de sua tradução do termo alemão *Landschaft*, que “paisagem”, “região” e “área” podem ser termos intercambiáveis. A propensão cientificista nesse aspecto específico do pensamento de Hartshorne pode ser entendida como uma forma residual de positivismo, no entanto, acreditamos que suas inclinações racionalistas, ao enfatizarem a subjetividade do pesquisador no processo de produção do conhecimento, acabam atenuando fortemente esse positivismo residual. O traço filosófico mais marcante do conjunto das discussões epistemológicas de sua obra é o racionalismo e não o positivismo. Esta última corrente filosófica tem um caráter eminentemente residual em suas ideias¹¹².

Iremos agora, no próximo item, realizar uma análise da crítica realizada por Fred K. Schaefer às posições expressas em *The Nature* e posteriormente faremos um paralelo entre o conteúdo dessa crítica e as posições de Hartshorne.

3.2 - A crítica de Fred Schaefer

Outra importante linha de força do debate da Geografia acadêmica estadunidense no período em que a obra de Hartshorne teve grande impacto nos EUA é a posição expressa por Fred K. Schaefer (1904-1953) em seu artigo de crítica às posições enunciadas em *The Nature* que foi publicado nos *Annals* da AAG em 1953, intitulado “Excepcionalism in Geography: A Methodological Examination”¹¹³. Antes de entrarmos na análise específica da crítica de Schaefer e de fazermos um paralelo entre suas ideias e as de Hartshorne falaremos um pouco de alguns aspectos de sua trajetória.

¹¹² Smith (1989, p. 107) acredita que Hartshorne em sua polêmica com Sauer a respeito da questão da paisagem teria antecipado o rígido formalismo conceitual do pensamento positivista que ganharia força com a Revolução Quantitativa dos anos 1950. Discordamos desse argumento de Smith porque não encontramos em Hartshorne nenhuma defesa explícita da matematização da explicação geográfica e acreditamos que o peso de sua postura racionalista é maior do que esses traços residuais de positivismo.

¹¹³ SCHAEFER, F. *Excepcionalism in Geography: A Methodological Examination*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 43, No. 3, Sep. 1953, pp. 226-249.

Schaefer nasceu na Alemanha no início do século XX e esteve envolvido diretamente com o Partido Social-Democrata entre 1921 e 1925. Desde os primeiros anos de sua juventude tomou contato com ideias de esquerda e com organizações de trabalhadores que ganharam força na Alemanha nos anos 1920. Entre 1928 e 1932 Schaefer frequentou a Universidade de Berlim onde realizou estudos de graduação em Matemática e Estatística Populacional e posteriormente pós-graduação focada em Economia, Geografia Econômica e Geografia Política (BUNGE, 1979, pp. 128-129)¹¹⁴.

A ascensão do nazismo ao poder no início dos anos 1930 fez com que Schaefer, em virtude de seu envolvimento com organizações de trabalhadores e com ideias políticas de esquerda, fugisse para Londres. Na Inglaterra realizou pesquisas para o Instituto de Biologia Social da Universidade de Londres e para o *British Trade Union Congress* em 1936. Posteriormente, em 1937 e 1938, trabalhou com estatísticas populacionais para o *New Fabian Research Bureau* enquanto prosseguia seus estudos em Estatística e Matemática avançada na *London School of Economics*. Schaefer fazia uso político de sua formação acadêmica, no entanto, seu trabalho político principal na Inglaterra foi ajudar amigos a fugirem da Alemanha nazista (BUNGE, 1979, p. 129).

Em 1938 Schaefer deixou a Inglaterra e foi para os EUA, passando um curto período por Nova York, de onde saiu em 1939 para ir trabalhar no *Scattergood Rehabilitation Center*, uma organização que oferecia ajuda a refugiados, localizada no estado de Iowa. Nesse período o autor teve uma atividade intelectual bastante politizada escrevendo artigos sobre a Alemanha em jornais com o objetivo de alertar para a ameaça representada pelo nazismo. A organização de ajuda a refugiados na qual trabalhou durante esses anos possuía muitas pessoas que haviam tido suas vidas severamente afetadas pelo nazismo (BUNGE, 1979, p. 129). Após a II Guerra, quando um departamento de Geografia foi formado na Universidade de Iowa em 1946, Schaefer foi incorporado ao *staff* e tornou-se professor universitário nos EUA. Durante os anos em Iowa o autor lecionou em cursos de História do Pensamento Geográfico e Geografia Política (MARTIN, 1989, p. 80).

No início dos anos 1950, em virtude do contexto de emergência do macarthismo nos EUA e do início da Guerra Fria, Schaefer foi investigado pelo FBI em decorrência de suas ideias políticas de esquerda. Intelectualmente, segundo Bunge, nesse período o autor colocou de lado seus escritos políticos e passou a se dedicar integralmente à Geografia. Seu interesse principal permanecia em Geografia Política, contudo, Schaefer passou muito tempo

¹¹⁴ BUNGE, W. Fred. K. *Schaefer and the Science of Geography*. Annals of the Association of American Geographers, n. 69, 1979, pp. 128-133.

traduzindo os estudos de economia da localização de Adam Lösch do alemão para o inglês e esteve em correspondência pessoal com o importante geógrafo alemão Walter Christaller. No curto período em que viveu essa década (Schaefer falece em 1953), o autor incorporou as ideias de Christaller, Lösch e também de Von Thünen em sua prática de ensino (BUNGE, 1979, p. 130). As influências teóricas desses autores da Economia e da Geografia que empregavam grande carga de matematização em seus estudos são muito importantes para entender as posições epistemológicas de Schaefer em seu artigo de crítica a Hartshorne publicado em 1953 e para compreender como esse artigo antecipa as tendências que ganhariam força na Geografia acadêmica de língua inglesa com a Revolução Quantitativa que acontece na segunda metade dos anos 1950.

Além dessas influências da Economia e da Geografia, Schaefer tinha suas posições filosóficas a respeito da metodologia da ciência fortemente pautadas pelos pressupostos filosóficos do positivismo lógico do Círculo de Viena. O positivismo lógico, tal como concebido pelos seus defensores nas décadas de 1920 e 1930 (filósofos como Hans Hahn, Herbert Feigl, Moritz Schlick, Otto Neurath, Rudolf Carnap e Ernst Mach) preocupava-se com a extensão do alcance da ciência sobre a totalidade do conhecimento sistemático e encabeçou um ataque antimetafísico contra a filosofia tradicional. Para os positivistas lógicos, preocupações transcendentais e metafísicas não têm sentido porque não há forma possível de testá-las na experiência. Schaefer possuía estreita relação com o filósofo-matemático Gustav Bergmann, que havia participado do Círculo de Viena nos anos 1930 e exerceu influência sob os geógrafos do departamento de Geografia da Universidade de Iowa (LIVINGSTONE, 2008, p. 319)¹¹⁵.

Bunge relata que o interesse contínuo de Schaefer na Matemática o levou não apenas a buscar um entendimento dos trabalhos de Lösch e Christaller, mas a preparar um livro de Geografia Política. Foi na preparação de um capítulo metodológico para esse livro que o autor acabou produzindo seu artigo de crítica a Hartshorne intitulado “Excepcionalism in Geography” (BUNGE, 1979, p. 130). Schaefer submeteu esse artigo aos *Annals* da AAG em dezembro de 1952 e Henry Kendall, então editor da revista, enviou em abril de 1953 uma carta para Schaefer relatando que o artigo havia suscitado uma série de críticas por parte de

¹¹⁵ Livingstone (2008, p. 318) ainda acrescenta que Bergmann tinha uma influência que ia para além dos encontros pessoais que teve com geógrafos na Universidade de Iowa. O autor lembra que um dos grandes epistemólogos da Revolução Quantitativa, William Bunge, em seu importante livro “Theoretical Geography” de 1962, escrito em um período de consolidação da Geografia Quantitativa, expressa agradecimentos a Bergmann por sua assistência filosófica.

Stephen B. Jones, Edward Ullman e Clyde Kohn (membros do corpo editorial) e que dificilmente chegariam a uma decisão positiva quanto à publicação (MARTIN, 1989, p. 71).

Stephen B. Jones alegou que Schaefer não deu exemplos de estudos empíricos que ilustrassem seus pontos de vista e que fez uma grande quantidade de críticas a vários autores importantes da história do pensamento geográfico sem oferecer um pensamento construtivo. Edward Ullman criticou o fato de que Schaefer defende a busca de leis de organização espacial sem dar nenhum exemplo de alguma dessas leis. Schaefer respondeu alguns dias após receber a carta de Kendall e reafirmou as posições do artigo. Mesmo não concordando com a resposta da carta, Kendall devolveu o artigo ao autor sem fazer modificações. Contudo, em meio a esse processo editorial que culminaria na publicação de seu principal texto, Schaefer faleceu de um ataque cardíaco em junho de 1953. A mecânica final para a publicação do artigo acabou ficando nas mãos do filósofo Gustav Bergmann, amigo de Schaefer e seu colega na Universidade de Iowa. O artigo foi publicado em setembro de 1953. Mesmo com as objeções dos membros do corpo editorial, o editor Henry Kendall acabou dando parecer favorável à publicação (MARTIN, 1989, pp. 71-73). Após nossas considerações referentes à trajetória de Schaefer, iremos, daqui em diante, analisar internamente alguns argumentos sustentados em seu principal artigo e compararemos suas posições com as posições de Hartshorne.

Schaefer inicia “Exeptionalism in Geography” argumentando que *The Nature* no início da década de 1950, mais de dez anos após a sua publicação, ainda não havia sido desafiado por outra posição na comunidade geográfica dos EUA. O autor afirma que os geógrafos que se ocupavam de questões teórico-metodológicas e refletiam sobre o escopo e a natureza da Geografia, dos quais Hartshorne era o exemplo maior, geralmente agiam de forma apologética como se tivessem que justificar a existência da disciplina. Em tais escritos a Geografia, junto com a História, emergia como uma ciência de integração completamente diferente de outras disciplinas, cuja importância única encontraria sua expressão nos métodos especiais para atingir seus resultados supostamente “profundos”. Para Schaefer, tais caracterizações exuberantes da disciplina, não eram confirmadas pelos resultados reais da pesquisa geográfica, que não atingiam “insights” tão sofisticados e profundos quanto as reflexões expressas nos debates teóricos poderiam sugerir. Havia certo descompasso entre a nobreza dos objetivos declarados nas discussões teóricas e a operacionalidade da pesquisa geográfica. (SCHAEFER, 1953, pp. 226-227).

O autor acredita que o progresso da Geografia vinha sendo até então mais lento do que o de algumas outras Ciências Sociais em virtude da ambição irreal criada pela ideia de uma ciência única de integração com uma metodologia própria. Schaefer acredita que o desenvolvimento das Ciências Naturais nos séculos XVIII e XIX deixou bastante claro que a mera descrição (tão valorizada na Geografia especialmente nos estudos regionais), mesmo quando seguida pela classificação, não explicaria a maneira pela qual os fenômenos estão distribuídos nas áreas do mundo. Explicar os fenômenos envolve, no entendimento do autor, reconhecê-los como instâncias de leis; o que significa também dizer que a ciência não é tão interessada nos fatos individuais quanto nos padrões que eles exibem. A Geografia deve então, a partir da assunção desta posição epistemológica, ser concebida como a ciência preocupada com a formulação das leis que governam a distribuição espacial dos elementos da superfície terrestre (SCHAEFER, 1953, p.227).

O crítico de Hartshorne salienta que as condições da Geografia, no início dos anos 1950, indicam um estágio de desenvolvimento em que a maioria dos geógrafos preocupa-se mais com classificações do que com a busca de leis. Schaefer ressalta que, embora a classificação seja o primeiro passo em qualquer trabalho científico sistemático, quando o passo seguinte (que é a busca de leis) não é dado, e as classificações se tornam a finalidade última da investigação, o trabalho científico na disciplina torna-se estéril. Schaefer entende que a Geografia Sistemática não deve ter em seus procedimentos nada de diferente em relação a qualquer outra ciência social ou natural que busca por leis (SCHAEFER, 1953, p.229).

As relações espaciais entre duas ou mais classes de fenômenos devem ser estudadas por toda a superfície terrestre com o objetivo de obter generalizações ou leis. Se observarmos, por exemplo, que dois fenômenos costumam ocorrer frequentemente no mesmo lugar, pode-se formar uma hipótese de que quando os membros de uma classe de fenômenos são encontrados em um lugar, os membros de outra classe deverão ser encontrados. Para testar uma hipótese o geógrafo precisará verificar um número grande de casos em que essas duas ou mais classes de fenômenos ocorrem em várias regiões. Se confirmada em um número suficiente de casos, a hipótese se tornará uma lei a ser utilizada para “explicar” situações em outros lugares específicos ainda não considerados (SCHAEFER, 1953, p.229).

Para Schaefer, com a intensificação do interesse dos geógrafos pelo estudo dos aspectos humanos nas primeiras décadas do século XX, os esforços sistemáticos (que já haviam sido realizados nos estudos de Geografia Física desde o final do século XIX em virtude do grande desenvolvimento das Ciências Naturais) foram deixados para trás. Qualquer

generalização era tida como vazia e pouco prática por esses estudiosos, e a Geografia Regional era vista como a única ocupação importante, sobretudo quando se tratava de estudar os aspectos humanos. Schaefer argumenta que no momento em que escreve (início da década de 1950) houve certa mudança (ao menos retórica) com a maioria dos geógrafos reconhecendo tanto a importância do enfoque sistemático quanto do regional para a disciplina. Hartshorne, em seu entendimento, embora acredite que a Geografia Sistemática seja realmente indispensável para o trabalho regional, defende que o “coração” da Geografia é essencialmente regional (SCHAEFER, 1953, p. 230).

Schaefer, em virtude de sua filiação filosófica bastante explícita com o positivismo, acredita na necessidade da busca de leis em Geografia, pois, a condição de cientificidade do trabalho intelectual que é desenvolvido na disciplina, está inteiramente condicionada ao êxito na obtenção das leis. Esta posição fará com que dê grande importância para a Geografia Sistemática deixando a Geografia Regional em uma posição subordinada (embora importante) de fornecedora dos exemplos empíricos para a confirmação das leis descobertas no trabalho sistemático.

Hartshorne, como já vimos, concebe o papel dos enfoques sistemático e regional de forma bastante equilibrada e se preocupa com a interdependência entre ambos. Para o autor de *The Nature*, a Geografia Sistemática deve manter uma relação bastante intensa com os estudos regionais, pois tal relação é a condição da preservação do princípio corológico que evita com que os estudos sistemáticos em Geografia se assemelhem completamente aos estudos das Ciências Sistemáticas propriamente ditas. Por outro lado, a Geografia Regional, para interpretar adequadamente as suas descobertas em lugares específicos deve se utilizar largamente dos princípios e conceitos genéricos elaborados na Geografia Sistemática.

Enquanto Schaefer fala predominantemente em “leis”, Hartshorne fala com mais frequência em “princípios” e “conceitos genéricos”. Embora ambos sejam defensores da racionalidade científica, em Schaefer tal defesa assume um tom mais dogmático que preconiza a adaptação mais efetiva da Geografia aos critérios de cientificidade das Ciências Naturais, enquanto em Hartshorne, há a assunção de que não se deve considerar “ciência” apenas a busca de leis nos moldes das Ciências Naturais, mas todo esforço organizado de compreensão da realidade. Hartshorne defende a busca de conceitos e princípios genéricos na Geografia, mas ressalta com certa ênfase que cada lugar que compõe a superfície terrestre é único.

Schaefer acredita que o fato de cada caso específico estudado em Geografia ser único não é uma particularidade da disciplina. Todas as disciplinas científicas lidam com casos únicos, o que de forma alguma, em seu entendimento, invalida a necessidade de se buscar leis. Embora reconheça que nenhuma lei, ou corpo coletivo de leis, possa explicar cada situação individual completamente, Schaefer entende que a sua obtenção é a condição do progresso do conhecimento na disciplina. Para o autor é absurdo defender a ideia de que a Geografia é totalmente diferente de outras ciências em virtude da integração de fenômenos heterogêneos em áreas com os quais lida. Todas as ciências lidam com integrações de fenômenos heterogêneos, e a posição que vê a Geografia como metodologicamente distinta é chamada por Schaefer de *excepcionalismo* (SCHAEFER, 1953, pp.230-231).

O crítico de Hartshorne defende que o grande “pai” do que chama de “excepcionalismo” é Kant. A ideia sustentada pelo filósofo de que a Geografia (e também a História) ocupa uma posição excepcional no conjunto das ciências distinguindo-se das demais ciências é fortemente criticada por Schaefer. O autor também diz que a tentativa de defesa de uma suposta similaridade entre a Geografia e a História para clarificar melhor a natureza da disciplina é uma das raízes do chama de “variante historicista” que reivindica a unicidade dos lugares (SCHAEFER, 1953, p. 232). O autor acredita que a ideia da unicidade dos lugares é uma transposição para a Geografia do “argumento historicista” de que o historiador deve se preocupar mais com a explicação do único do que com a busca de leis (SCHAEFER, 1953, p.238).

Schaefer não considera válida a distinção entre as Ciências Sistemáticas de um lado e a Geografia e a História de outro, e argumenta que as Ciências Sistemáticas não ignoram o aspecto espaço-temporal dos fenômenos. O autor cita o trecho das notas de Geografia Física de Kant, onde o filósofo explica em poucas palavras sua concepção do papel da Geografia. Schaefer acredita que Kant ao definir o papel do saber geográfico acabou deixando uma noção da Geografia como um saber descritivo no sentido mais estreito do termo. Para o autor de *Excepcionalism in Geography* não podemos abandonar a busca de leis em Geografia só porque Kant pensou o saber geográfico como essencialmente descritivo (SCHAEFER, 1953, p.233).

Uma ponderação histórica importante que para Schaefer deve ser feita na retomada das concepções de Kant no contexto do século XX, é que na segunda metade do século XVIII, quando Kant escreve suas notas sobre a Geografia, as Ciências Sociais ainda não existiam. Kant, segundo Schaefer, concebeu a Geografia exclusivamente como um catálogo do arranjo

e da distribuição espaciais dos elementos classificados pela taxonomia. De acordo com o crítico de Hartshorne, o que Kant escreveu não pode ser utilizado como uma base metodológica para o que no século XX passou-se a entender por Geografia como uma disciplina científica específica (SCHAEFER, 1953, p. 234).

No caso de Humboldt, que é outro autor extremamente importante na genealogia histórica edificada por Hartshorne para fundamentar sua posição sobre a natureza da Geografia, Schaefer acredita que Hettner e Hartshorne tomaram erroneamente a discussão do erudito alemão sobre a cosmologia como se fosse uma discussão de metodologia da Geografia (SCHAEFER, 1953, p. 234). A cosmologia seria não uma ciência racional, mas uma espécie de contemplação reflexiva do universo com méritos mais literários e artísticos do que científicos, logo, o transporte de suas concepções para o debate metodológico da Geografia é visto como problemático por Schaefer, pois no período em que Humboldt e Kant escreveram seus trabalhos (segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX) a divisão do trabalho intelectual característica do século XX ainda não estava constituída.

Schaefer argumenta também que o grande prestígio de Hettner ajudou a perpetuar essas confusões, trazendo para a Geografia a visão excepcionalista em analogia constante com a História e forçando os argumentos da cosmologia para dentro da Geografia, que passou a se abrir para o que o autor chama de ideias “não-científicas” ou “ideias anticientíficas”, como o argumento romântico da unicidade dos lugares; a transformação do fato evidente de que as variáveis que compõem as áreas interagem umas com as outras em um holismo anti-analítico; a ideia da Geografia como uma ciência de integração; e o apelo à intuição do investigador em detrimento do que Schaefer chama de “sóbria objetividade do método científico padrão” (SCHAEFER, 1953, p. 235).

A posição de Hartshorne, na leitura de Schaefer, ressalta que o grau em que os fenômenos são únicos em Geografia é maior do que em muitas outras ciências, e que na disciplina o único tem muita importância prática. Schaefer depreende desta posição de Hartshorne, o argumento equivocado de que para o autor de *The Nature*, as generalizações em forma de leis são inúteis. Schaefer entende que o fato de Hartshorne assumir os estudos regionais como o “coração” da Geografia, tem relação com a absorção da distinção elaborada pelo filósofo neokantiano Heinrich Rickert entre as disciplinas nomotéticas (que buscam por leis) e as idiográficas (que estudam o único). Para Schaefer, Hartshorne teria sustentado a ideia de que a Geografia é essencialmente uma ciência idiográfica e consequentemente priorizado a Geografia Regional (SCHAEFER, 1953, pp. 239-240).

Hartshorne embora não acredite na possibilidade de formulação de leis em Geografia nos mesmos moldes das leis em Ciências Naturais, ressalta constantemente a importância da obtenção de princípios genéricos e o papel do conhecimento desenvolvido na Geografia Sistemática para uma maior sofisticação da compreensão das descobertas dos estudos regionais. Para Schaefer, a explicitação da importância do único por parte de Hartshorne, implica necessariamente na colocação em segundo plano da busca de princípios gerais. Discordamos totalmente desta leitura, pois como ficou claro em nossa exposição, Hartshorne dá um tratamento bastante equilibrado para a importância dos enfoques sistemático e regional na disciplina.

A posição própria de Schaefer a respeito dos rumos que a Geografia deve tomar é enunciada na parte final do artigo após a realização das críticas a Hartshorne. Para o crítico de Hartshorne a Geografia deve ser essencialmente uma ciência morfológica, que busca a construção de leis sobre as estruturas espaciais da superfície terrestre. Diferentemente das outras Ciências Sociais que se preocupam, segundo Schaefer, com leis de processos, a Geografia teria sua especificidade delineada pelas leis morfológicas (SCHAEFER, 1953, p. 243).

Hartshorne em *Perspective on The Nature of Geography* ofereceu algumas respostas às críticas de Schaefer defendendo a importância do estudo de casos específicos em Geografia. Esta obra, publicada em 1959, foi em grande medida um produto da reflexão e do debate que foram desdobrados a partir das ideias expostas em *The Nature*, e teve como objetivo sumarizar e clarificar de forma mais direta algumas conclusões atingidas em 1939 (MARTIN, 1994, p.487). Antes da publicação de *Perspective*¹¹⁶, Hartshorne já havia publicado duas respostas a Schaefer nos *Annals* da AAG, uma em 1954¹¹⁷, em um comentário curto de duas páginas, e outra em 1955 em um longo artigo¹¹⁸. Vale ressaltar que a publicação de tais respostas, embora tenha impactado a comunidade geográfica, não representou o desencadeamento de um debate entre os dois autores em virtude do falecimento de Schaefer em 1953.

No capítulo nove de *Perspective*, em que Hartshorne dedica-se ao debate referente à relação entre os estudos de casos individuais e a formulação de leis em Geografia, o autor ressalta que desde pelo menos o século XVIII a Geografia mostra tanto uma preocupação com

¹¹⁶ Passaremos a nos referir a *Perspective on The Nature of Geography* dessa maneira daqui em diante.

¹¹⁷ HARTSHORNE, R. *Comment on "Excepcionalism in Geography"*. *Annals of The Association of American Geographers*, Vol. 44, No. 1, Mar. 1954, pp.108-109.

¹¹⁸ HARTSHORNE, R. *"Excepcionalism in Geography" Re-examined*. *Annals of The Association of American Geographers*, Vol. 45, No. 3, Sep., 1955, pp. 205-244.

o estudo de casos individuais quanto com o estabelecimento de conceitos e princípios gerais. Embora essas duas metas complementares sejam objetivos importantes do trabalho científico em Geografia, boa parte do trabalho intelectual na disciplina consiste no estudo de casos individuais. Para Hartshorne, este fato fez com que muitos (e esse é o caso de Schaefer) acreditassem em uma deficiência da disciplina quanto ao seu caráter científico (HARTSHORNE, 1978, pp. 155-156).

O autor argumenta que devemos considerar, antes de propormos mudanças drásticas, até que ponto esse predomínio dos esforços empregados no estudo de casos individuais não é uma consequência necessária da própria natureza da disciplina. Hartshorne propõe, para responder essa questão, um exame de quais condições, no campo da ciência como um todo, facilitam ou dificultam o estabelecimento de conceitos e princípios genéricos, e de quais condições tornam desejável procurar obter o máximo de conhecimento a respeito dos casos individuais. Comparando tais condições gerais do campo científico com as condições peculiares da Geografia estaríamos, em seu entendimento, mais capacitados a entender o que é possível e desejável na disciplina (HARTSHORNE, 1978, p. 158).

Hartshorne diz que em todos os ramos da ciência, a capacidade de estabelecer conceitos genéricos e leis científicas dotadas de alta fidedignidade depende de três aspectos: do número de casos idênticos ou essencialmente similares de que se disponha para fins de exame e classificação; da relativa simplicidade do complexo de fatores independentes ou semi-independentes que forem encontrados em inter-relação; e por fim, do grau em que a interpretação exigir a análise de fatores situados além de nossa capacidade de exame (HARTSHORNE, 1978, p. 158).

Em Geografia, no caso do primeiro aspecto, apenas quando lidamos com integrações parciais de elementos nas áreas em nível elementar, poderemos encontrar um grande número de casos bastante parecidos. Quando estudamos integrações mais complexas encontramos um número muito menor de casos essencialmente similares. Muitas vezes, segundo Hartshorne, procuramos vencer essa dificuldade através da identificação das categorias ou de tipos dentro dos quais as diferenças entre os casos se afiguram menos acentuadas do que as similaridades. Porém, quando assim classificamos os fenômenos, cada um dos quais envolvendo um grande número de outros fenômenos que estão relacionados e interferem diretamente nos fenômenos específicos considerados, jamais teremos casos que são similares quanto a todos os elementos essenciais. A similaridade se dá unicamente quanto às

categorias particulares de fenômenos em integração que tivermos escolhido (HARTSHORNE, 1978, p.159).

No caso do segundo aspecto, as relações genéricas só podem ser estabelecidas de forma mais segura para Hartshorne quando lidamos com um número reduzido de variáveis independentes, todas sujeitas a leis similares. Quando estudamos a integração dos fenômenos em Geografia estamos interessados em situações altamente complexas que envolvem um grande número de fenômenos. O autor cita Humboldt e diz que para o erudito alemão essas integrações complexas com as quais a Geografia lida devem ser divididas em integrações parciais, menos complexas, para que seja possível estabelecer e prever leis de suas relações. Mesmo que tal procedimento seja executado, sempre haveria casos muito heterogêneos aos quais nenhuma lei seria aplicável (HARTSHORNE, 1978, p.160).

Hartshorne argumenta que quando Humboldt abordou o problema da complexidade das integrações focalizou-se principalmente nos fenômenos da natureza. Quando consideramos problemas na Geografia nos quais a atividade do homem coletiva ou individualmente constitui um fator importante, a complexidade se tornará muito maior¹¹⁹. O autor acredita que existe em Ciências Sociais a possibilidade (e por extensão na Geografia Humana) de se lidar com a complexidade dos elementos a partir de integrações parciais em tipos restritos e de analisar os fenômenos humanos determinados por grandes coletividades em termos de características genéricas; no entanto, quanto mais preciso e detalhado for um estudo, mais importante, em seu entendimento, serão as ações particulares dos indivíduos (HARTSHORNE, 1978, p. 161). Como podemos ver, no caso do terceiro aspecto apontado por Hartshorne como determinante para o êxito da obtenção de leis científicas que é o grau em que a interpretação exige a análise de fenômenos para além da capacidade de exame do pesquisador, a Geografia está em uma posição bastante problemática, tanto pela quantidade quase ilimitada de elementos em integração que constituem a geografia das áreas do mundo, quanto pela sua qualidade distinta (humanos e naturais). Esses dois problemas somados criam uma complexidade muito grande para o trabalho geográfico tornando os estudos de casos particulares extremamente importantes para a disciplina.

Hartshorne acredita que o fato de a Geografia ser um tipo de conhecimento bastante preocupado com o estudo de casos individuais é uma decorrência direta de sua função como o estudo dos lugares. O conceito de lugar, como o de pessoa ou de evento, consiste para o autor, em um conceito do que é específico. Este fato não anula a necessidade de que para a

¹¹⁹ Hartshorne faz referência ao geógrafo francês Maurice Le Lannou quando aborda esse problema.

compreensão de muitos lugares e do mundo como um todo sejam necessários tanto os estudos genéricos quanto os específicos (HARTSHORNE, 1978, p. 167). A compreensão das variações e inter-relações dos complexos de elementos que compõem a grande variedade de lugares do mundo torna necessária a obtenção de princípios genéricos, e Hartshorne em nenhum momento, tanto em *The Nature* quanto em *Perspective* deixa de salientar essa necessidade.

Quando Schaefer afirma que Hartshorne teria sido um dos responsáveis pelo fortalecimento de ideias “não-científicas” ou “anticientíficas” que supostamente obstruiriam a busca de leis em Geografia não se dá conta de todas as dificuldades práticas apontadas por Hartshorne nos três aspectos mencionados nos parágrafos anteriores. Schaefer, em virtude da forte influência filosófica do positivismo, parece não enxergar essas dificuldades e ter pouca simpatia a visões da ciência que ressaltam a diferença entre os princípios explicativos dos fenômenos naturais e dos fenômenos humanos. Vimos que o autor de *Excepcionalism in Geography* manifesta grande antipatia pelo realce dado por Hartshorne à importância dos estudos de lugares particulares. Schaefer acredita, de forma absolutamente equivocada, que realçar a importância do único anda necessariamente na contramão da obtenção de leis. Hartshorne justifica a importância dos estudos de casos particulares em Geografia e entende que tal importância é uma decorrência lógica da natureza da disciplina; o que nos leva a pensar que o desafio à ideia da Geografia como uma ciência bastante preocupada com o estudo de casos particulares protagonizado por Schaefer, é um desafio não só a essa ideia específica, mas à própria autoridade científica de *The Nature* em definir o papel da disciplina.

Hartshorne criticou severamente a comissão editorial dos *Annals* por ter permitido a publicação da crítica. Para o autor, o artigo consistia em uma fraude e estava repleto de falsidades e distorções (MARTIN, 1989, p. 73). No texto publicado em 1955, Hartshorne responde diretamente a Schaefer e refuta de forma metódica as críticas ao apontar uma série de falhas em “Excepcionalism in Geography” e demonstrar exaustivamente o uso de citações parciais descontextualizadas dos trabalhos de Humboldt, Ritter, Hettner e de *The Nature* por parte de Schaefer¹²⁰. Para o autor de *The Nature*, Schaefer não compreendeu corretamente as suas posições nem as dos autores utilizados para a construção da genealogia histórica de sua principal obra. Quando Schaefer chama a posição de Hartshorne em *The Nature* de

¹²⁰ A esse respeito ver LUCKERMAN, F. *The Nature of Geography: Post Hoc, Ergo Propter Hoc?* In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989. Luckerman aponta que dois dos problemas centrais da crítica de Schaefer foram a falta de citações extensivas de muitas referências utilizadas e a seletividade das citações que foram utilizadas.

“excepcionalista”, confunde, em nosso entendimento, a preocupação do autor com as características específicas do debate teórico-metodológico da disciplina, com uma suposta reivindicação à singularidade absoluta da Geografia no conjunto das ciências. Hartshorne acredita que a Geografia compartilha com todas as outras ciências a necessidade de lidar tanto com o estudo de casos individuais como com a busca de princípios genéricos, logo, a disciplina não possui, de acordo com sua posição, uma *excepcionalidade*, mas sim uma *especificidade*, que é dada pelo princípio corológico.

A divergência entre as posições de Hartshorne e Schaefer é a manifestação no debate geográfico de um conflito entre pressupostos filosóficos distintos. A defesa da importância do estudo de casos específicos na obra de Hartshorne revela, em nossa leitura, uma influência indireta do historicismo que entra em choque com o positivismo lógico de Schaefer. O historicismo, na leitura de Reis (2006, p. 211)¹²¹, é uma espécie de contraposição às tradições iluministas universalistas que enfatiza a inexistência de padrões universais, a importância de considerar a multiplicidade dos povos e sociedades e o fato de que os homens são sempre de um tempo e de um lugar determinado, o que torna impossível falar em uma natureza humana trans-histórica e imutável. Hartshorne ao sustentar que o estudo de casos particulares é uma decorrência lógica da natureza da Geografia, salientando que o conceito de lugar, como o de pessoa ou de evento é um conceito do que é único, está defendendo uma posição bastante similar à ênfase historicista no estudo das particularidades. Schaefer acerta, em nosso entendimento, quando diagnostica a presença do historicismo no pensamento de Hartshorne, pois o autor de *The Nature* oferece uma “versão geográfica” do argumento historicista que defende o estudo das particularidades. A isso se acrescenta o fato de que para este último a Geografia e a História são disciplinas “irmãs” que têm um enfoque voltado para a integração no espaço e no tempo dos fenômenos específicos estudados pelas Ciências Sistemáticas.

Embora Reis reconheça que o historicismo seja um conceito impreciso, polissêmico, complexo e problemático¹²², a linha interpretativa que o concebe como uma defesa da particularidade contra a universalidade, ou em outros termos, como uma reação romântica que contrapõe o Iluminismo, predomina em todo o seu texto. Quando tomamos ciência da grande plasticidade do termo tentamos buscar a leitura do historicismo que coloca maior peso nos

¹²¹ REIS, J. C. *Dilthey, o Historicismo e a Redescoberta da História*. In: *História e Teoria – Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006. A ideia de que a história científica deveria vencer a especulação e o subjetivismo teleológico contribuiu para que os estudos históricos ganhassem grande prestígio na Alemanha no século XIX. A história científica serviu como uma trincheira de resistência à especulação própria à filosofia da história ao tomar como objeto não a ideia, a razão ou a providência, mas sim uma situação humana espaço-temporal concreta (REIS, 2006, p. 213).

¹²² REIS, 2006, p. 214.

aspectos que se manifestam mais claramente no pensamento de Hartshorne. A leitura de Reis desnuda justamente o aspecto mais substancial da manifestação do historicismo nas ideias de Hartshorne, que é a grande importância conferida ao estudo das particularidades. Esta ênfase nas particularidades em nenhum momento é acompanhada de uma rejeição da busca de princípios genéricos. Para Hartshorne os princípios genéricos são fundamentais, o que não o impede de acreditar que nem todos os casos individuais são enquadráveis em princípios genéricos.

A manifestação do historicismo na obra de Hartshorne está ligada a um momento específico dessa ampla corrente de pensamento, que é o momento neokantiano do final do século XIX¹²³. Para os epistemólogos neokantianos o saber científico exigiria a colaboração de duas categorias de ciências, pois os mesmos materiais poderiam ser objeto de pesquisa naturalista (nomotética) e de pesquisa histórica (genética e idiográfica). Além dessa reflexão sobre a questão da relação entre o geral e o específico na prática científica, os epistemólogos neokantianos defendiam a especificidade das Ciências Humanas, pois viam o mundo natural e o mundo espiritual como distintos e afirmavam que a originalidade dessas ciências residiria no fato de que o investigador não estuda um objeto exterior a si próprio, mas uma realidade na qual está imerso¹²⁴. Essa vertente do historicismo também defendeu que a ciência não é uma reprodução ou cópia do real, mas uma construção conceitual¹²⁵, o que a coloca em uma postura racionalista que revela a força da retomada do kantismo no final do século XIX. Essa mistura de posturas historicistas e kantianas que marca a atmosfera intelectual da Alemanha das últimas décadas do século XIX foi vivenciada diretamente por Alfred Hettner. O papel de Hettner na genealogia histórica construída em *The Nature* e o peso de sua influência para as posições defendidas por Hartshorne são importantíssimos para entender o influxo dessas posturas filosóficas em sua obra.

O reconhecimento do papel da subjetividade no processo de construção do conhecimento científico e da especificidade epistemológica das Ciências Humanas por parte dos neokantianos contrasta fortemente com o discurso antimetafísico dos positivistas lógicos. A busca de uma ciência unificada, de um sistema de fórmulas neutro que transcende as especificidades das linguagens históricas e a defesa da ideia de que os problemas filosóficos

¹²³ Dentre as figuras chave desse momento de grande presença do historicismo e do kantismo estão Wilhelm Dilthey, Heinrich Rickert, Wilhelm Windelband e Max Weber.

¹²⁴ Essa posição é amplamente defendida por Dilthey (CAPEL, 2012, p. 290).

¹²⁵ REIS, 2006, p. 219. Em nosso entendimento, um dos artifícios teóricos que mais evidenciam essa postura racionalista é a noção weberiana de “tipo ideal”; uma espécie de aproximação da realidade que não se confunde com a realidade em si.

tradicionais sejam tratados como problemas empíricos, são algumas das posições mais importantes dos filósofos do Círculo de Viena¹²⁶. Schaefer ao defender que os geógrafos procurem descobrir leis morfológicas de organização espacial da superfície terrestre está claramente se posicionando ao lado da meta de uma ciência unificada em torno dos moldes das Ciências Naturais, tal como preconizado pelos positivistas lógicos. O autor da crítica a Hartshorne manifesta uma grande preocupação com a importância que o estudo de casos particulares tem na Geografia, por vê-los como um obstáculo à transformação da Geografia em um corpo de saber “científico”.

O destaque dado à importância dos estudos nomotéticos que buscam a descoberta de leis e generalidades por parte de Schaefer é um artifício retórico que visa antagonizar a postura historicista que ressalta a relevância do estudo das especificidades que compõem os lugares terrestres¹²⁷. Schaefer realizou uma leitura seletiva e altamente parcial de *The Nature* retratando equivocadamente as posições epistemológicas enunciadas nessa obra como necessariamente contrárias a busca de princípios gerais na disciplina. Isso serviu como estratégia para produzir uma forte polêmica contra as posições de Hartshorne. O autor de *Excepcionalism in Geography* vê a busca de princípios genéricos na Geografia como sinônimo da obtenção de leis. Sua concepção para o significado do termo “ciência” é muito mais rígida do que a de Hartshorne, e sua crítica incidiu justamente sob a alegação de que a Geografia e a História seriam ciências distintas das Ciências Sistemáticas por integrarem fenômenos de classes distintas no espaço e no tempo. Essa distinção entre a Geografia e as Ciências Sistemáticas, qualificada por Schaefer como um argumento “excepcionalista”, entra em choque com a postura positivista de crença na ciência unificada em torno do quadro teórico-metodológico das Ciências Naturais.

É bastante difícil determinar precisamente quais motivações, além das divergências de posturas filosóficas e teórico-metodológicas até aqui analisadas levaram Schaefer a desferir seu ataque contra *The Nature*. Podemos levantar mais alguns fatores que talvez tenham exercido um papel na exacerbação dessa polêmica. Hartshorne no início da década de 1950 ocupava uma posição consolidada na comunidade geográfica estadunidense em virtude do grande impacto causado por sua principal obra. Schaefer, por outro lado, era um imigrante alemão refugiado nos EUA que tinha uma trajetória intelectual inteiramente marcada pelo envolvimento político com ideias de esquerda. Enquanto Hartshorne era um acadêmico

¹²⁶ HAHN, H. , NEURATH, O. , CARNAP, R. *A Concepção Científica do Mundo – O Círculo de Viena*. Cadernos de História e Filosofia da Ciência (CLE- UNICAMP), 10, (1986), pp. 5-20.

¹²⁷ O que de modo algum significa que Hartshorne não defenda a importância da busca de princípios genéricos na disciplina, tal como vimos no capítulo 2.

consolidado que havia ocupado uma importante posição junto ao *establishment* da intelectualidade estadunidense trabalhando no OSS durante o período da II Guerra e presidido a AAG entre 1949 e 1950, Schaefer teve problemas com o FBI e sofreu com a perseguição macarthista a ideias políticas de esquerda que se instalou nos EUA a partir dos anos 1950. Essa oposição entre uma posição estabelecida no campo e um desafio proposto por um *outsider* é uma das facetas importantes do antagonismo entre os dois autores que pode ter exercido algum peso neste importante episódio da história do debate teórico-metodológico da Geografia de meados do século XX.

O impacto do artigo de Schaefer também pode ser explicado, em parte, pelo fato de que no início da década de 1950 já existiam geógrafos dentro dos EUA com ideias próximas às suas. Harold McCarty, que foi professor na Universidade de Iowa antes e durante o período em que Schaefer lá esteve, procurou junto com outros geógrafos, realizar trabalhos que estabelecessem leis morfológicas bastante aparentadas às discutidas pelo crítico de Hartshorne (JOHNSTON, 1986, p. 85)¹²⁸. No mesmo período da publicação do artigo de Schaefer, um influente grupo de pesquisadores começou a ganhar força na Universidade de Washington (Seattle), o que trouxe, em certa medida, uma ameaça à hegemonia da Geografia do meio-oeste. Em 1955 esse grupo já contava com figuras que ocupariam posições de protagonismo na Geografia estadunidense dos anos 1960, como William Bunge, Brian Berry e Richard Morrill, geógrafos que foram diretamente inspirados pelos esforços pioneiros de William L. Garrison (líder do grupo reunido nessa instituição), e que teriam papel central no fortalecimento da Revolução Quantitativa nos EUA (MARTIN, 1989, p. 77).

O menor impacto que a segunda obra teórico-metodológica de Hartshorne publicada em 1959 teve quando comparado com o impacto de *The Nature* pode ser explicado por todos esses elementos. Já em 1945, quando Edward Ackerman publica um artigo revelando sua insatisfação com a precariedade da formação dos geógrafos nas especializações sistemáticas e com o método da síntese regional, é possível ver a crise da epistemologia clássica da disciplina. Hartshorne defende uma das definições que compõem o quadro clássico da Geografia, concebendo a disciplina como uma Ciência Corológica que visa explicar a diferenciação de áreas da superfície terrestre e que dá grande importância para o estudo de

¹²⁸ Sobre a relação dos geógrafos da Universidade de Iowa com o artigo de Schaefer ver KING, L. *Areal Associations and Regressions*. Annals of the Association of American Geographers, 69, 1979, pp. 124-128. King afirma que é bastante curioso o fato de que o artigo de Schaefer não teve reconhecimento dentro do departamento de Geografia de Iowa e que nenhuma referência a ele era feita nas publicações dos geógrafos de Iowa na época (1979, p. 128). Isso reforça nossa argumentação de que o quadro de recepção favorável ao fortalecimento de uma Geografia alinhada com a crença na matematização e com os pressupostos filosóficos do positivismo lógico já estava em processo de formação antes da publicação do ataque a Hartshorne em 1953.

casos particulares. A proposta de Schaefer e o espírito que animou a Revolução Quantitativa a partir dos anos 1950 reivindicam uma orientação do trabalho geográfico em torno da busca de leis mais genéricas contrapondo as concepções que dão grande peso às especificidades estudadas pela Geografia Regional.

Esse quadro de insatisfação com a versão da orientação clássica da disciplina representada pela obra de Hartshorne foi intensificado pelo episódio de eliminação da Geografia na Universidade de Harvard em 1948, o qual teve como uma das consequências principais de seu desfecho, a alegação, feita pelo presidente da instituição, de que a Geografia não era um tema adequado para a pesquisa acadêmica (SMITH, 1987). Essa vulnerabilidade epistemológica e institucional, que já havia sido um fator determinante para a recepção favorável à principal obra de Hartshorne em 1939, também teve grande peso para que a crítica de Schaefer contasse com certa receptividade e para que a Revolução Quantitativa ocorresse, pois a afirmação da necessidade de enquadramento da Geografia à busca de leis científicas nos moldes das leis das Ciências Naturais é uma resposta a essa situação desfavorável da disciplina em um campo científico marcado pela crescente divisão do trabalho intelectual e uma tentativa de alçar a Geografia a uma situação de maior dignidade “científica” no cenário intelectual estadunidense do pós II Guerra¹²⁹. Embora existam todas essas diferenças até aqui apontadas entre as posturas filosóficas de Hartshorne e de Schaefer, a proposta que defende que a explicação do inter-relacionamento de fenômenos que constituem as áreas da superfície terrestre é a meta central da disciplina, uma das mais importantes posições estabelecidas em *The Nature*, foi levada adiante sob uma roupagem mais matematizada em alguns esforços dos geógrafos quantitativos, o que torna bastante complexa a compreensão das continuidades e rupturas que existem entre o projeto de Geografia de Hartshorne e projeto neopositivista da Geografia Quantitativa¹³⁰.

Após considerarmos o conteúdo das críticas protagonizadas por Carl Sauer e Fred K. Schaefer, faremos, no último item desse capítulo, algumas breves reflexões sobre a forma como Hartshorne tratou a questão da unidade da Geografia.

¹²⁹ É importante lembrar aqui que a quantificação na pesquisa geográfica antecede os esforços dos geógrafos estadunidenses do pós II Guerra, e que já nos anos 1930, o influente trabalho de Walter Christaller na Alemanha (que serviu de inspiração para Schaefer) empregava maciçamente o uso de métodos quantitativos.

¹³⁰ Um dado bastante interessante é que o departamento de Geografia da Universidade de Wisconsin, onde Hartshorne lecionou durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, teve durante esse período uma longa tradição de pesquisa com inclinação quantitativa (JOHNSTON, 1986, pp. 87-88).

3.3 - A unidade da Geografia e as ideias de Hartshorne

Hartshorne, como demonstrado até aqui, ofereceu uma definição para o papel da Geografia e realizou uma importante reflexão sobre a relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina. Além desses dois problemas epistemológicos tratados, o autor lidou de forma mais pontual com o problema da relação entre a Geografia Humana e a Geografia Física. A consideração desse problema o levou a discutir a questão da unidade da disciplina. Essa questão epistemológica não tem um tratamento tão extenso em seus escritos teórico-metodológicos como os outros dois problemas já tratados até aqui, logo, nossa análise das posições do autor a esse respeito será muito mais sucinta do que as longas análises que realizamos nos capítulos 1 e 2. Após considerarmos a definição do propósito da Geografia edificada por Hartshorne, analisarmos suas reflexões sobre a relação entre os enfoques sistemático e regional e compararmos suas posturas epistemológicas com as ideias de Carl Sauer e Fred K. Schaefer, entendemos que a reflexão sobre a questão da unidade da disciplina será um interessante desfecho para a nossa dissertação.

É curioso observar que embora *The Nature* trate da questão da relação entre os elementos humanos e os elementos naturais na disciplina, sua discussão não está concentrada em nenhum capítulo e espalha-se por trechos ao longo da obra. Diferentemente de sua obra de 1939, em sua segunda obra teórico-metodológica, publicada em 1959, Hartshorne dedica dois capítulos à discussão dessa questão. Focaremos nossa análise e nossa reconstrução da posição do autor sobre essa questão nesses dois capítulos.

Hartshorne acredita que ao assumirmos que o papel da Geografia é analisar todas as modalidades de relações que existem entre os diversos fatores, os quais, em seu conjunto, constituem a realidade existente em qualquer área, a insistência em distinguir entre dois grupos particulares de fatores, os humanos e os não-humanos, introduziria, em sua leitura, elementos desfavoráveis ao desenvolvimento das pesquisas. Para o autor, quando se procura separar em elementos humanos e naturais os fatores abrangidos pela análise de qualquer integração espacial, pode-se acabar deixando de lado a análise de aspectos com elevado grau de inter-relação facilmente reconhecível que atravessam a linha que separa os fenômenos humanos dos naturais, como é o caso, por exemplo, da relação entre os transportes e as vias navegáveis ou entre as estruturas urbanas e as formas do relevo. O fato de que a realidade não distingue entre o “humano” e o “natural” é usado como justificativa para a necessidade de considerar a integração dos fenômenos em áreas tal como se apresentam empiricamente sem

obrigatoriamente partir de uma distinção entre os dois grandes grupos que são tidos como objeto de estudo da Geografia Humana e da Geografia Física (HARTSHORNE, 1978, pp. 53-54).

Para o autor, se admitirmos que a norma fundamental da ciência impõe que comecemos sempre um estudo pela observação dos fenômenos tais como se apresentam, sabemos que, na Geografia, esses fenômenos jamais são puramente humanos ou exclusivamente naturais, mas possuem caráter misto. O argumento de apoio à dicotomia entre o estudo desses dois grupos de fenômenos se baseia na distinção convencional entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais. Hartshorne acredita que os geógrafos estadunidenses aceitaram sem discutir o realce conferido a essa abstrata dicotomia porque boa parte deles adquiriu sua formação profissional à luz do conceito do determinismo geográfico, segundo o qual, seria básica a distinção entre o humano e o natural. Mesmo após o abandono do conceito determinista teriam, em seu entendimento, perdurado vestígios desse conceito no pensamento dos geógrafos, como é o caso da tendência a considerar as “relações” em Geografia como sinônimo das relações entre o homem e a natureza (HARTSHORNE, 1978, pp. 59-60).

O geógrafo demonstra ter grande indisposição com as posições que postulam que a Geografia deve ser concebida como o estudo das relações entre o homem e a natureza. Essa indisposição reforça o nosso diagnóstico de que a sua definição da disciplina como Ciência Corológica que busca explicar o inter-relacionamento de fenômenos que constituem o caráter variável das áreas terrestres é uma contraposição à definição clássica de alguns geógrafos do final do século XIX que entendem que o termo “relações” em Geografia designa um sinônimo para as relações entre o homem e a natureza. A própria assunção dessa definição, se levarmos a posição de Hartshorne às últimas consequências, já pressupõe a admissão de uma consideração dicotômica dos aspectos estudados pela Geografia.

Mesmo defendendo a unidade, expressa na realidade, dos aspectos estudados pela disciplina, é interessante notar que Hartshorne é bastante crítico à ideia de que o estudo dos fenômenos humanos deve adequar a sua explicação aos parâmetros de racionalidade das Ciências Naturais¹³¹. O autor quer manter a unidade da disciplina ao mesmo tempo em que refuta sua adequação à filosofia positivista implícita que anima os esforços dos defensores da utilização integral dos métodos das Ciências Naturais no estudo de todos os aspectos que compõem a Geografia. Hartshorne defende a unidade da disciplina, sem deixar de reconhecer que a explicação dos diferentes fenômenos com os quais ela lida obriga o pesquisador a

¹³¹ HARTSHORNE, 1978, p. 65.

utilizar métodos distintos. Essa defesa da unidade soma-se a uma postura antropocêntrica, semelhante às suas posições a respeito da questão da significância na Geografia, em que todos os fenômenos naturais devem ter sua consideração em função de sua significância para o homem.

O autor chega a afirmar que:

“Quando de fato chegamos ao exame dos processos, nas relações entre os fatores humanos e naturais, verificamos não saber quais os elementos da natureza que têm de ser examinados até possuímos um completo conhecimento das reações psicológicas e sociais. Em outras palavras, não podemos começar pela natureza. Cumpre analisar, em primeiro lugar os processos humanos e sociais como se faz nas Ciências Sociais, antes de pensar em relações com a natureza” (HARTSHORNE, 1978, p. 66)

A ideia de que o estudo geográfico deve principiar pela análise dos aspectos naturais que serviriam de “base” para preparar a compreensão dos aspectos humanos, tão importante na história da disciplina, é invertida pela postura antropocêntrica de Hartshorne. O autor defende que na Geografia não existe uma separação real entre os elementos físicos e humanos e que não temos uma disciplina formada de duas partes distintas. Na Geografia alguns dos aspectos estudados terão sido em larga medida determinados pela natureza, sem a intervenção do homem, ao passo que outros aspectos terão sido, em larga medida, determinados pelo homem ao lado da natureza (HARTSHORNE, 1978, p. 71). Esse pressuposto da unidade quando colocado ao lado das posições antropocêntricas do autor, nos revela, que entre os aspectos determinados pela natureza sem a intervenção do homem e os aspectos determinados pelo homem ao lado da natureza, a Geografia deve privilegiar, de acordo com a sua posição, os últimos. Esse antropocentrismo que não abre mão da unidade da disciplina é uma das tensões na reflexão de Hartshorne sobre a questão da relação entre a Geografia Física e a Geografia Humana.

É importante lembrar que Hartshorne compartilha com Humboldt e com Ritter a ideia (que é defendida também pelos positivistas) de que existe uma unidade da natureza e de que o homem é parte dessa natureza. Contudo, o geógrafo estadunidense assume esse pressuposto sem abrir mão de reconhecer que a explicação dos fenômenos humanos não pode ser realizada satisfatoriamente com o emprego dos mesmos métodos usados pelas Ciências Naturais. O entrecruzamento da influência da posição holística de Humboldt e Ritter (defensores da ideia da unidade da natureza), que faz parte da genealogia histórica construída em *The Nature*, com a posição historicista que defende a incomensurabilidade metodológica

entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais, parece explicar o fato de Hartshorne defender a manutenção da unidade da disciplina e ao mesmo tempo assumir que a explicação no estudo de aspectos humanos e naturais deve ser pautada por métodos diferentes.

Essa tensão entre um posicionamento holístico e a divisão entre Ciências Humanas e Ciências Naturais, própria ao historicismo, também tem outra faceta de sua manifestação nas posições de Hartshorne referentes à questão da unidade da Geografia. O holismo da definição da disciplina defendida pelo autor o obriga, quando discute a questão da diferenciação entre o estudo dos fenômenos humanos e naturais, a sustentar um realismo mais empirista e ressaltar que a configuração geográfica dos elementos em integração nas áreas não distingue entre os fenômenos humanos e naturais. Esse realismo empirista contrasta com o forte tom racionalista kantiano que predomina em boa parte das discussões epistemológicas de Hartshorne, especialmente em sua reflexão sobre a região entendida como um artifício intelectual construído pelo pesquisador. O autor, ao discutir a relação entre a Geografia Humana e a Geografia Física não abandona o racionalismo de sua obra, pois ao lado do realismo empírico que defende a unidade da manifestação dos fenômenos nas áreas, Hartshorne assume que os fenômenos humanos não podem ser explicados da mesma forma que os fenômenos naturais, e que se deve partir da análise dos processos sociais para explicar, posteriormente, a relação que os grupos humanos têm com a natureza.

Essa tensão entre a defesa da unidade da disciplina e o reconhecimento de que os estudos de fenômenos humanos e de fenômenos naturais não podem ser explicados pelos mesmos princípios e métodos, nos obriga a colocar a questão de até que ponto essas duas posições defendidas por Hartshorne são conciliáveis. O reconhecimento da especificidade dos princípios e métodos explicativos dos fenômenos humanos e sociais (contribuição importante dada pelos epistemólogos neokantianos, especialmente por Dilthey), que os distingue dos utilizados nas Ciências Naturais, torna a prática de uma Geografia unitária, tal como defendida por Hartshorne, bastante problemática.

Antônio Carlos Robert de Moraes, referindo-se ao contexto das discussões epistemológicas do final do século XX, argumenta que a crítica à ideia de que a cada ciência corresponderia um objeto particular acabou se impondo nas últimas décadas. Em contraposição ao contexto de consolidação das disciplinas e de luta pela demarcação de objetos de estudo específicos que marcou o fim do século XIX e início do século XX, teríamos, em sua leitura, atualmente, uma situação em que a metodologia passa a ganhar maior autonomia face aos debates disciplinares, o que faz com que as disputas se travem no

plano dos métodos (MORAES, 2000, pp. 7-8)¹³². Moraes acredita que existem métodos com determinados componentes filosóficos que podem ser aplicados em diversas disciplinas, como é o caso do positivismo e do neopositivismo, assim como existem métodos dotados de componentes filosóficos que tornam sua aplicação restrita às Ciências Humanas, como é o caso do marxismo e da fenomenologia, que estão entre as tendências que se instalaram no debate epistemológico da Geografia a partir do final da década de 1960 (MORAES, 2000, p.10).

Quando colocamos o pensamento de Hartshorne em paralelo com o quadro mais recente do debate epistemológico traçado por Moraes, podemos dizer que a meta de preservação da unidade da disciplina, representada pela abrangência do princípio corológico afirmado pelo geógrafo estadunidense, entra em uma contradição insolúvel com o reconhecimento de que os dois grandes grupos de fenômenos (humanos e naturais) estudados pela Geografia devem ter princípios e métodos explicativos distintos. O projeto de uma Geografia unitária, que tem na racionalização epistemológica de Hartshorne uma das mais sofisticadas defesas, está fadado a ter que se defrontar com a força da posição que sustenta a incomensurabilidade metodológica entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais. Dizer que na realidade geográfica as integrações entre fenômenos humanos e naturais se dão independentemente dessa distinção intelectual em dois grupos feita pelo pesquisador, não resolve o obstáculo da incomensurabilidade metodológica. Ressaltar o dado ontológico (isto é, que constitui a realidade do que as coisas de fato são) de que sociedade e natureza formam uma unidade indissociável na realidade é uma estratégia absolutamente ineficaz para amenizar o vácuo epistemológico existente entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais.

Hartshorne incorre nessa estratégia equivocada, e a análise de sua obra nos levou a entender porque o projeto de uma Geografia unitária fracassou ao longo do século XX. O autor quer preservar a concepção unitária da disciplina e ao mesmo tempo romper com a definição da Geografia como ciência das relações homem-natureza. Para isso, o geógrafo estadunidense centra toda sua exposição filosófica da natureza da disciplina em torno da afirmação do princípio corológico que procura explicar a diferenciação de áreas a partir da análise da integração de fenômenos. O contexto de meados do século XX, em que a definição da Geografia como “ciência ponte” começa a perder força progressivamente, criou uma situação que favoreceu a emergência da definição da Geografia como Ciência Corológica. Essa definição preservou as concepções clássicas da unidade da disciplina (representadas por

¹³² MORAES, A. C. R. *Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente*. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2000.

autores como Humboldt, Ritter, Richthofen, Ratzel, Mackinder e Vidal de La Blache) e ofereceu uma nova ortodoxia definicional que substituiu a noção da Geografia como “ciência ponte”, contribuindo para justificar a existência de uma comunidade intelectual em meio à intensificação da divisão do trabalho intelectual que continuou a se perpetuar nas décadas de meados do século XX.

Robert Sack, em sua reflexão sobre a atualidade de *The Nature*, tenta pensar as ideias de Hartshorne à luz da situação do debate geográfico das últimas décadas do século XX. Esse autor argumenta que o discurso intelectual moderno e a teoria social contemporânea se debruçam sobre quatro dimensões básicas interconectadas: a natureza, o significado, as relações sociais e o agenciamento humano. Sack acredita que os geógrafos devem se interessar por todas essas dimensões e que um poderoso aglutinador delas é a ideia de *lugar geográfico*. Hartshorne teria, em seu entendimento, com a afirmação do princípio corológico que unificaria os esforços da disciplina e com a ênfase na importância do estudo dos lugares individuais, considerado todas essas questões de forma implícita, mesmo não tendo escrito *The Nature* com o objetivo de considerar especificamente cada uma delas (SACK, 1989, pp. 148-149)¹³³.

A primeira dimensão do discurso da teoria social manifestou-se na disciplina através da consideração naturalista do homem como um ser biológico presente nos esforços dos geógrafos do final do século XIX e início do XX. A segunda dimensão manifestou-se pela concepção de que os homens atribuem significado existencial e subjetivo para os lugares, sendo um importante pressuposto da corrente que ficou conhecida como Geografia Humanista, cujos desenvolvimentos ocorrem a partir dos anos 1960. A terceira dimensão refere-se à consolidada concepção do homem como ser social, que é um dos traços marcantes da toda teoria geográfica inspirada pelo marxismo, corrente que ganha impulso na disciplina após a década de 1970. A quarta dimensão, que se refere ao papel do agenciamento individual, sempre pensado na relação com a estrutura social, emerge na Geografia de língua inglesa na década de 1980 e tem grande inspiração na Teoria da Estruturação proposta pelo sociólogo Anthony Giddens.

Embora Sack ressalte a importância que *The Nature* teve pela afirmação do princípio corológico e pela relevância conferida ao estudo dos lugares específicos que aglutinam as quatro dimensões da vida social e dão unidade à disciplina, em nenhum momento essa

¹³³ SACK, R. *The Nature, in the Light of The Present*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

capacidade de abrangência da epistemologia de Hartshorne apontada por Sack resolve, em nosso entendimento, o problema da cisão metodológica entre o estudo dos aspectos humanos e naturais. O diagnóstico de Sack de que os escritos de Hartshorne aglutinam de forma implícita essas quatro dimensões não coloca em questão o problema da integração e análise dos fenômenos estudados pela Geografia Humana e pela Geografia Física, pois a consideração da dimensão que Sack chama de “natureza” é centrada nas preocupações de compreensão do homem como um ser biológico e material e não na análise da “natureza” propriamente dita estudada pela Geografia Física. A unidade implícita das quatro dimensões aglutinadas através da ideia de lugar (que é inclusive intercambiável por “região” e “área” ao longo do texto de Sack, o que revela grande imprecisão conceitual em suas ideias) é uma unidade específica em torno dos problemas tratados apenas pela Geografia Humana. O problema de considerar unitariamente aspectos humanos e naturais (no sentido da Geografia Física) permanece não resolvido, pois as quatro linhas de força distinguidas por Sack estão no interior da teoria social. O pressuposto de Sack para diagnosticar a abrangência da proposta epistemológica de Hartshorne é a ideia de que a Geografia é uma ciência humana.

O problema de integrar o estudo dos fenômenos humanos e naturais, cujos princípios explicativos passam pela utilização de métodos distintos, não reside apenas em um quadro interno ao campo científico em que a metodologia das Ciências Humanas ganhou progressivamente cada vez mais autonomia em relação ao modelo hegemônico das Ciências Naturais. Existem causas filosóficas mais amplas. O parâmetro da racionalidade ocidental moderna é inteiramente baseado em uma cisão entre a natureza de um lado e a cultura/sociedade/homem de outro. Bruno Latour em seu influente ensaio, intitulado “Jamais Fomos Modernos”, argumenta que essa repartição do discurso moderno impediu a compreensão dos híbridos de natureza e cultura que se proliferaram ao longo de todo processo de formação da civilização moderna, tornando a análise do tecido inteiriço de *naturezas-culturas* que constitui a realidade impossível (LATOUR, 2011)¹³⁴. A situação de separação metodológica entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais que marca a organização do campo científico atualmente é decorrente desse movimento amplo que a razão ocidental realizou em direção à constituição dessas duas zonas ontológicas distintas; logo, sua compreensão deve transcender a análise que se restringe aos mecanismos internos de funcionamento do campo científico e aos debates epistemológicos das disciplinas específicas.

¹³⁴ LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo, Editora 34, 2011.

Hartshorne se apoia nesse tecido inteiriço de *naturezas-culturas* (para usar a expressão de Latour) que constitui a realidade das áreas para defender a unidade da Geografia. Quando o autor ressalta que a realidade que compõe a geografia das áreas não distingue entre fenômenos humanos e naturais e que suas integrações se dão independentemente dessa separação intelectual, está identificando o objeto da disciplina como um ente empírico, como a realidade fática das integrações em áreas dos diversos elementos que as constituem. Por outro lado, quando Hartshorne discute o problema da busca de complexos de elementos em integração e ressalta a importância da seleção, por parte do pesquisador, de quais elementos em integração devem ser escolhidos para compreender a realidade das áreas e fundamentar as divisões regionais, está concebendo o objeto como um ser heurístico, construído a partir de um processo de racionalização intelectual. Isso nos fez constatar a existência de uma oscilação entre uma visão mais fisicalista e empirista da definição do objeto da disciplina e uma visão mais racionalista do objeto, entendido como uma construção intelectual do pesquisador, quando nos debruçamos sobre a apologia que Hartshorne faz a respeito da unidade da Geografia¹³⁵. Essa ambiguidade revela que mesmo diante da influência predominante do racionalismo kantiano, existem aspectos residuais de posturas empiristas e positivistas nas posições do autor.

Iremos agora, após nossa reflexão sobre a questão da unidade da disciplina para Hartshorne, expor uma síntese conclusiva das principais hipóteses que pudemos estabelecer a respeito de sua obra ao longo de nossa pesquisa.

¹³⁵ Essa argumentação tem como fundamento a distinção feita por Moraes (2000, pp.19-20) entre o objeto concebido como ente empírico e o objeto concebido como recorte analítico construído com o concurso de abstrações. A proposta de Moraes defende que o objeto da Geografia deve ser uma construção heurística efetuada pelo pesquisador, o que o situa em uma contraposição às posições empiristas e positivistas.

Considerações Finais

A discussão epistemológica de Hartshorne é uma das mais elaboradas tentativas de construção de uma definição do objeto da Geografia realizadas ao longo de toda a história do pensamento geográfico moderno. O protagonismo obtido por sua obra foi viabilizado pela existência de algumas condições epistemológicas e institucionais da disciplina no contexto nacional dos EUA nas primeiras décadas do século XX. A fragilidade epistemológica, a falta de clareza sobre o objeto de estudo, o grande peso das demandas heterônomas e a batalha para a consolidação da autonomia institucional da disciplina, contribuíram para que um quadro de recepção favorável à racionalização teórico-metodológica hartshorniana se formasse. Somando-se a esses elementos, certos aspectos da trajetória do autor, como o fato de ter sido doutorando em uma instituição que renovaria os rumos do pensamento geográfico após os anos 1920 (a Universidade de Chicago), de ter lecionado durante décadas em outra instituição de destaque na Geografia dos EUA (a Universidade de Wisconsin) e de ter grande domínio da produção bibliográfica europeia numa situação em que a Geografia acadêmica nos EUA ainda estava se consolidando, fizeram com que sua obra tivesse grande impacto em todo o pensamento geográfico de língua inglesa.

O esforço de busca de uma definição clara do objeto da disciplina representado principalmente por *The Nature* teve como estratégia de legitimação a elaboração de uma genealogia histórica do desenvolvimento do pensamento geográfico. Essa genealogia é a tentativa de canalização de uma versão pessoal do desenvolvimento da disciplina ao longo do tempo para justificar a posição de que a Geografia é uma Ciência Corológica que busca explicar o inter-relacionamento de fenômenos que constituem as áreas da superfície terrestre. Esse expediente de poder, que é a busca de uma definição “essencial” amparada numa reconstrução seletiva do desenvolvimento histórico do pensamento geográfico, apoiou-se largamente na apropriação que Hartshorne fez da tradição alemã, destacando a noção de unidade da natureza defendida por Humboldt e Ritter e a posição corológica de Hettner.

The Nature representa a indissociação entre uma prática historiográfica de reconstituição seletiva do desenvolvimento histórico do pensamento geográfico e a meta normativa de formalização de uma definição sobre a natureza “essencial” da disciplina. O autor mobiliza um procedimento historiográfico para tentar resolver um problema epistemológico. Essa atitude é absolutamente problemática, pois o trabalho historiográfico acaba virando uma espécie de meio para a realização do fim de cristalização de um núcleo

definicional para a Geografia. Hartshorne tem mérito por ter fornecido à comunidade geográfica estadunidense um grande inventário de posições convergentes e divergentes às suas próprias posições. Contudo, a riqueza de seu inventário não serve para absolver o erro de ter sustentado a crença de que é possível reconstruir “objetivamente” o desenvolvimento histórico do saber geográfico. O autor conseguiu, em sua principal obra, expor uma posição epistemológica clara que produziu uma das definições mais sólidas sobre o papel da Geografia perante o conjunto das ciências. Reconhecer o valor da definição construída por Hartshorne é bastante diferente de endossar sua retórica de que tal definição constitui a “natureza essencial” da disciplina. Sua obra tem o brilho de uma teorização vigorosa que a distingue da maioria dos esforços que haviam sido empreendidos pelos geógrafos nas primeiras décadas do século XX. Esse brilho não deve turvar nossa compreensão dos dois dispositivos autoritários que são evidenciados pela estratégia de Hartshorne: a ideia de que sua definição representa a “natureza essencial” da disciplina e de que a reconstrução histórica que a fundamenta seria uma consideração “objetiva” do passado do pensamento geográfico. O paradoxo entre a grandeza de sua contribuição e os dispositivos levemente autoritários a partir dos quais o autor conduz sua racionalização epistemológica é uma das marcas da leitura que predominou ao longo de toda nossa dissertação.

Na reflexão de Hartshorne sobre a relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina, importantes posições, como a afirmação do princípio da *significância geográfica* na consideração dos fenômenos individuais e a defesa da ideia de que a região é um artifício intelectual construído pelo pesquisador a partir da análise da ocorrência diferencial dos elementos em integração nas áreas, foram estabelecidas. A definição abrangente do papel da disciplina defendida pelo autor acabou criando uma situação em que a Geografia inevitavelmente ficou em uma posição de grande dependência em relação ao conhecimento elaborado pelas Ciências Sistemáticas. O contexto de enrijecimento da divisão do trabalho intelectual, que marca toda a primeira metade do século XX, fez com que a necessidade de distinção entre a Geografia e as ciências que se debruçam sobre fenômenos de categorias mais específicas se impusesse.

A centralidade da discussão sobre a relação entre os enfoques sistemático e regional na disciplina é uma decorrência direta desse contexto, pois a forma predominante de divisão do conhecimento em torno de temas sistemáticos específicos de estudo acabou influenciando diretamente as subdivisões internas da Geografia, e Hartshorne, em sua genealogia histórica construída, teve na abrangente posição corológica de Hettner, que postula a necessidade de

integração dos diversos fenômenos estudados pelas disciplinas sistemáticas, uma das principais bases para o estabelecimento de sua própria posição. Ao discutir essa questão o autor deixa claras duas tendências bastante fortes de sua obra. A postura filosófica racionalista, que é representada pela ideia de que as regiões são construções mentais feitas pelo pesquisador e a grande preocupação com a especificidade epistemológica do ponto de vista disciplinar da Geografia, pois em toda a discussão sobre os estudos sistemáticos na disciplina, Hartshorne demonstra grande preocupação sobre a forma como os conhecimentos de outras disciplinas serão internalizados pelos geógrafos na condução de seu trabalho intelectual. O princípio da significância, que ressalta a importância de que todo fenômeno específico considerado na análise seja pensado sempre na sua relação com outros fenômenos importantes para a organização da área analisada, é uma das evidências da grande preocupação do autor com a clarificação da especificidade epistemológica da disciplina.

A autoridade científica obtida por Hartshorne com a publicação de sua principal obra fez com que a sua posição recebesse duas importantes críticas que foram analisadas no último capítulo da dissertação. A primeira crítica analisada, feita por Carl Sauer em 1940, importante figura das discussões teórico-metodológicas da Geografia estadunidense da primeira metade do século XX, defende o princípio corológico advogado por Hartshorne, mas vê no conceito de paisagem (e não no de região) a possibilidade de operacionalização do trabalho intelectual na disciplina. Sauer tem uma postura de abertura maior para a interdisciplinaridade, salienta a centralidade da perspectiva temporal na Geografia e vê com um olhar muito crítico a tentativa de Hartshorne de delimitar com precisão o escopo da disciplina. O autor de *The Nature*, por outro lado, centra boa parte de sua discussão epistemológica nos problemas metodológicos envolvidos em torno da produção de divisões regionais na Geografia, se indis põe com a importância conferida ao conceito de paisagem por parte de Sauer (por entender que a tradução desse conceito do alemão para o inglês teria gerado uma imprecisão de vocabulário), defende a relevância de uma discussão metódica sobre a definição e o escopo da disciplina e a subordinação da reconstituição temporal no trabalho geográfico à preocupação com a situação presente das áreas.

A segunda crítica analisada, publicada em 1953 e protagonizada por Fred. K. Schaefer, advoga a busca de leis genéricas de organização espacial que possam adequar Geografia à filosofia neopositivista endossada pelo autor e aos parâmetros metodológicos das Ciências Naturais. Schaefer lê a posição de Hartshorne como uma defesa do estudo de casos específicos na disciplina e como uma apologia da “excepcionalidade” da disciplina, que seria

concebida, de acordo com a leitura que o crítico de Hartshorne faz de *The Nature*, como uma disciplina de integração que se distinguiria das Ciências Sistemáticas que procuram princípios mais genéricos. Hartshorne em nenhum momento se opõe à necessidade de buscar princípios genéricos na disciplina, e defende que tanto o estudo de casos individuais, como a procura de generalizações têm importância para a disciplina. A maior divergência entre os dois autores está nas diferenças de posturas filosóficas que embasam suas posições epistemológicas. Enquanto Schaefer é fortemente influenciado pelo positivismo lógico do Círculo de Viena e tem grande afinidade pela ideia de uma ciência unificada em torno da metodologia das Ciências Naturais, Hartshorne sofre influência do historicismo, corrente que enfatiza a importância do estudo das particularidades e reconhece a incomensurabilidade metodológica entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais, e do racionalismo, quando ressalta que a subjetividade do pesquisador interfere no processo de produção do conhecimento geográfico.

Mesmo com essa influência do historicismo, Hartshorne mantém-se fiel à tradição clássica do pensamento geográfico e defende a ideia de uma unidade da disciplina dada pela realidade das integrações de fenômenos humanos e naturais nas áreas. O princípio corológico é, de acordo com autor, o unificador da grande variedade de elementos que são estudados pela disciplina. Essa defesa da unidade da Geografia com base na constatação de que a realidade constitutiva das áreas não distingue entre fenômenos humanos e naturais, não resolve, em nosso entendimento, o problema epistemológico da incomensurabilidade metodológica entre os princípios de estudo do homem e da natureza. Hartshorne tenta preservar a unidade da disciplina e ao mesmo tempo reconhecer essa diferença de princípios metodológicos. Isso gera uma tensão grande em seu pensamento, que nos levou a concluir que sua obra não oferece solução para o problema da falta de unidade da Geografia.

Ao olharmos a obra de Hartshorne à luz dos esforços que animaram o debate geográfico após a década de 1970, com a introdução de um grande diálogo com a teoria social, com o materialismo histórico e com os estudos culturais das Ciências Sociais, constatamos que o debate epistemológico da Geografia Humana foi progressivamente ganhando autonomia em relação aos debates da Geografia Física e que na prática a separação da disciplina em duas metades foi total. A relação dos geógrafos com as disciplinas vizinhas às suas especialidades sistemáticas muitas vezes é mais intensa do que com as pesquisas desenvolvidas por outros geógrafos. A esperança da unidade, promessa da proposta corológica hartshorniana, parece bastante distante da realidade atualmente. Contribuições seminais de geógrafos como David Harvey, Milton Santos, Yves Lacoste e Edward Soja (para

ficar só em alguns epistemólogos), que marcaram a Geografia nas últimas décadas, situaram a disciplina no interior do campo das Ciências Humanas. A interdição metodológica entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais cobrou seu preço e tornou irreal qualquer ambição à unidade da disciplina tal como pensada por Hartshorne.

Mesmo com o abandono do projeto unitário e com sua impossibilidade no contexto da Geografia atual, a obra de Hartshorne pode ser considerada relevante para as pesquisas realizadas no século XXI por dois aspectos. O primeiro é a concepção racionalista de região, pois muitas divisões regionais efetuadas por geógrafos nas últimas décadas seguiram a prática de escolha de elementos em integração nas áreas como critério de delimitação e abriram mão em definitivo da noção empirista de que a região é um “dado” da realidade. O segundo é a importância da compreensão do inter-relacionamento de fenômenos, pois mesmo depois dos esforços que passaram a definir a Geografia como uma Ciência Social, que ora tem como objeto o espaço geográfico concebido como um produto social, ora os processos sociais através dos quais a sociedade se relaciona com espaço, a busca da explicação do inter-relacionamento de fenômenos de categorias distintas que constituem as áreas continua sendo levada a cabo pelos geógrafos.

Bibliografia

- ACKERMAN, E. *Geographic Training, Wartime Research and Immediate Professional Objectives*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 35, No. 4, (Dec., 1945), pp.121-143.
- BAILEY, F. G. "Anthropology". In: CLARK, B. R. e NEAVE, G (orgs.) *Encyclopedia of Higher Education – Volume 3 Analytical Perspectives*. Oxford, Pergamon, 1992, pp. 1777-1787.
- BARNES, T. *Geographical Intelligence: American Geographers and Research and Analysis in the Office of Strategic Services 1941-1945*. Journal of Historical Geography, 32, 2006, pp. 149-168.
- BARROWS, H. *Geography as Human Ecology*. Annals of the Association of American Geographers. Vol. 12, No.1, (Mar., 1923), pp. 1-14
- BOURDIEU, P. *Os Usos Sociais da Ciência*. São Paulo, Unesp, 2003a.
- _____. *O Campo Científico*. In: *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. ORTIZ, R. (org.). São Paulo, Olhod'Água, 2003b.
- _____. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa, Edições 70, 2008.
- BUNGE, W. *Fred. K. Schaefer and the Science of Geography*. Annals of the Association of American Geographers, n. 69, 1979, pp. 128-133.
- BUSHONG, A. *Geographers and Their Mentors: A Genealogical View of American Academic Geography*. In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp. 193-220.
- BUTZER, K. *Hartshorne, Hettner and The Nature of Geography*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.
- CAPEL, H. *Filosofía y Ciencia en La Geografía Contemporánea.- Una Introducción a La Geografía*. Nueva edición ampliada. Barcelona, Ediciones del Serbal, 2012.
- CLAVAL, P. *Evolución de La Geografía Humana*. Barcelona, Oikos-tau, 1974.
- COSTA, W. M. *Geografia Política e Geopolítica – discursos sobre o território e o poder*. São Paulo, Edusp, 2008.
- DUNCAN, J. *O Supra-Orgânico na Geografia Cultural Americana*. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Introdução à Geografia Cultural*. Rio De Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. *Editor's Preface*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, Política e Trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

HAESBAERT, R. *Regional-Global - Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

HAHN, H., NEURATH, O., CARNAP, R. *A Concepção Científica do Mundo – O Círculo de Viena*. Cadernos de História e Filosofia da Ciência (CLE- UNICAMP), 10, (1986), pp. 5-20.

HARTSHORNE, R. *The Significance of Lake Transportation to the Grain Traffic of Chicago*. *Economic Geography*, n. 2 (1926), pp. 274-291.

_____. *Location as a Factor in Geography*. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 17 (1927), pp. 92-99.

_____. *The Nature of Geography*. *Annals of Association of American Geographers*, v. 29, numbers 3 and 4, Lancaster, Pennsylvania, 1939.

_____. *On the Mores of Methodological Discussion in American Geography*, *Annals of The Association of American Geographers*, n. 38 (1948), pp.113-125.

_____. *Comment on “Excepcionalism in Geography”*. *Annals of The Association of American Geographers*, Vol. 44, No. 1, (Mar. 1954), pp.108-109.

_____. *“Excepcionalism in Geography” Re-examined*. *Annals of The Association of American Geographers*, Vol. 45, No. 3, (Sep., 1955), pp. 205-244.

_____. *The Concept of Geography as a Science of Space, from Kant and Humboldt to Hettner*. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 48, No. 2 (Jun., 1958), pp. 97-108.

_____. *Propósitos e Natureza da Geografia*. São Paulo, Hucitec, 1978.

HARTSHORNE, R. e DICKEN, S. *A Classification of the Agricultural Regions of Europe and North America on a Uniform Statistical Basis*. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 25, (1935), pp. 99-120.

HARVEY, F. e WARDENGA, U. *The Hettner-Hartshorne Connection: Reconsidering the Process of Reception and Transformation of a Geographic Concept*. *Finisterra*, XXXIII, 65, 1998, pp. 131-140.

HETTNER, A. *A Geografia Como Ciência Corológica da Superfície Terrestre*. *Revista Geographia*, vol. 13, No 25. Rio de Janeiro, 2011, pp. 136-152.

_____. *A Essência e as Tarefas da Geografia*. *Revista Geographia*, Vol. 13, No. 26, 2011, pp. 136-149.

HOLZER, W. *Nossos Clássicos – Carl Sauer (1889-1975)*. *Revista Geographia*, Ano. II, Nº4, 2000.

JOHNSTON, R. J. *Geografia e Geógrafos – A Geografia Humana anglo-americana desde 1945*. São Paulo, Difel, 1986.

KING, L. *Areal Associations and Regressions*. Annals of the Association of American Geographers, 69, 1979, pp. 124-128.

KLIMM, L. “*The Nature of Geography*”: *A Commentary on the Second Printing*. Geographical Review, Vol. 37, No.3, (Jul. 1947), pp. 486-490.

LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo, Editora 34, 2011.

LEIGHLY, J. *Some Comments on Contemporary Geographic Method*. Annals of the Association of American Geographers, Vol. 27, No. 3, Sep. 1937, pp. 125-141.

_____. *Carl Ortwin Sauer (1899-1975)*. Annals of the Association of American Geographers, 1976, 66 (3), pp.337-48.

LEPETIT, B. *Proposições Para uma Prática Restrita da Interdisciplinaridade*. In: *Por uma nova História Urbana*. São Paulo, Edusp 2001, pp. 31-43.

LIVINGSTONE, D. *The Geographical Tradition*. Blackwell Publishing, 2008.

LUCKERMAN, F. *The Nature of Geography: Post Hoc, Ergo Propter Hoc?* In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

MARTIN, G. *The Nature of Geography and the Schaefer-Hartshorne Debate*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

_____. *In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992*. Annals of The Association of American Geographers, vol. 84. No. 3 (Sep. , 1994), pp. 480-492.

MORAES, A. C. R. *Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente*. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2000.

PATTISON, W. *Rollin Salisbury and the Establishment of Geography at the University of Chicago*. In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp.151-163.

REIS, J. C. *Dilthey, o Historicismo e a Redescoberta da História*. In: *História e Teoria – Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

RUGG, D. *The Midwest as a Hearth Area in American Academic Geography*. In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp.175-192.

SACK, R. *The Nature, in the Light of The Present*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

SAHR, W. D. e ARANTES, L. *A Profusão das Teorias Espaciais e a Fusão do Espaço Geográfico: Alfred Hettner e o projeto corológico*. Revista Geographia, vol. 13, No 25, 2011.

SAUER, C. *Foreword to Historical Geography*. Annals of The Association of American Geographers, vol. 31, No. 1 (Mar., 1941).

_____. *A Morfologia da Paisagem*. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1998, pp. 12-74.

SCHAEFER, F. *Excepcionalism in Geography: A Methodological Examination*. Annals of The Association of American Geographers, vol. 43. No. 3 (Sep., 1953), pp.226-249.

SCHULTEN, S. *The Geographical Imagination in America (1880-1950)*. University of Chicago Press, 2001.

SMITH, N. "Academic War Over the Field of Geography": *The Elimination of Geography at Harvard 1947-1951*. Annals of the Association of American Geographers. Vol. 77, No. 2, (Jun. 1987), pp. 155-172.

_____. *Geography as Museum: Private History and Conservative Idealism in The Nature of Geography*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

SOUZA, A. *Serie's Editor Preface*. In: ENTRIKIN, N. e BRUNN, S. (orgs.) *Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography*. Occasional Publications of the Association of American Geographers, Washington, 1989.

SPETH, W. *Berkeley Geography, 1923-33*. In: BLOUET, B (org.) *Origins of Academic Geography in the United States*, Archon Book, Hamden, 1981, pp. 221-244.